

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (MESTRADO)

TATIANE SAFFNAUER

**A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE DOIS VIZINHOS NO CONTEXTO
DO SUDOESTE PARANAENSE**

**MARINGÁ
2005**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (MESTRADO)

TATIANE SAFFNAUER

**A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE DOIS VIZINHOS NO CONTEXTO
DO SUDOESTE PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado), área de concentração: Análise Regional e Ambiental, do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. César Miranda Mendes.

**MARINGÁ
2005**

“Um desenvolvimento urbano autêntico, sem aspas, não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Ele não é, meramente, um aumento da área urbanizada, e nem mesmo, simplesmente, uma sofisticação ou modernização do espaço, mas, antes e acima de tudo, um desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade: vale dizer a melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social (SOUZA, 2003, p.192).”

Dedico este trabalho a minha família.

AGRADECIMENTOS

A DEUS pela saúde e oportunidade de cumprir esse trabalho;

A minha família pelo apoio incondicional aos meus estudos;

As amigas Elenice, Marli e Vera pelo companheirismo;

Especialmente ao Prof. Dr. César Miranda Mendes, pela paciência e profissionalismo na orientação deste trabalho;

A todo o corpo Técnico e Docente do Programa de Pós-Graduação e do departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá;

Aos professores Márcio Mendes Rocha e Generoso de Angelis pela participação na banca de exame de qualificação, contribuindo para uma melhor qualidade deste trabalho;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo apoio financeiro com a concessão da bolsa de estudos;

Enfim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho, muito obrigado.

SUMÁRIO

EPÍGRAFE	03
DEDICATÓRIA.....	04
AGRADECIMENTOS.....	05
LISTA DE TABELAS	08
LISTA DE GRÁFICOS	09
LISTA DE MAPAS	10
LISTA DE FOTOS.....	11
LISTA DE ORGANOGRAMAS	12
LISTA DE ABREVIATURAS.....	13
RESUMO	15
ABSTRACT	16
1- INTRODUÇÃO	17
2- PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	23
2.1- O ESPAÇO URBANO (Cidade).....	24

4.1.6- A gestão de Lessir Canan Bortuli no período 2001-2002.....	135
4.2- A INTERVENÇÃO DO CAPITAL NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE DOIS VIZINHOS.....	143
4.2.1- Promotores imobiliários.....	144
4.2.1.1- Imobiliárias.....	144
4.2.1.2- Construtoras.....	150
4.2.2- Instituições financeiras.....	157
4.2.3- Proprietários dos meios de produção.....	159
4.2.4- Proprietários fundiários.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS	182
FONTES ORAIS.....	189

LISTA DE TABELAS

Tabela – 1	Evolução da população Urbana (U), Rural (R) e Total (T) da Mesorregião Sudoeste Paranaense (SD) 1970-2000.....	74
Tabela – 2	População Urbana, Rural e Total no município de Dois Vizinhos no período 1970-2000.....	76
Tabela – 3	Evolução do valor adicionado na economia de Dois Vizinhos nos Setores: Primário (P), Secundário (S) e Terciário (T) no período 1980-2002.....	85
Tabela – 4	Evolução do número de estabelecimentos comerciais, industriais e serviços na cidade de Dois Vizinhos 1975-2000	87
Tabela – 5	Relação de integrados por município do Sudoeste do Paraná em 2004.....	96
Tabela – 6	Área urbana produzida por agente na cidade de Dois Vizinhos no período 1977-2002.....	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico – 1 Evolução da população urbana (U), Rural (R) e Total (T) da Mesorregião Sudoeste Paranaense (SD) 1970-2000.....	74
Gráfico – 2 População Urbana, Rural e Total no município de Dois Vizinhos no período 1970-2000	76
Gráfico – 3 Evolução do valor adicionado na economia de Dois Vizinhos nos Setores: Primário (P), Secundário (S) e Terciário (T) no período 1980-2002	85
Gráfico – 4 Evolução número de estabelecimentos comerciais, industriais e serviços na cidade de Dois Vizinhos 1975-2000	87
Gráfico – 5 Área urbana produzida por agente na cidade de Dois Vizinhos no período 1977-2002.	140

LISTA DE MAPAS

Mapa – 1 Localização do município de Dois Vizinhos no Estado do Paraná e malha urbana.....	63
Mapa – 2 Mesorregião Sudoeste paranaense, destaque município de Dois Vizinhos	64
Mapa – 3 Localização da malha urbana no município de Dois Vizinhos	64
Mapa – 4 Parque Industrial de Dois Vizinhos.....	90
Mapa – 5 Distribuição espacial das principais empresas ligadas ao ramo agrícola na cidade de Dois Vizinhos.....	92
Mapa – 6 Espacialização do destino da produção de aves da Sadia Dois Vizinhos/PR 2004	98
Mapa – 7 Indicação dos cortes selecionados para elaboração dos perfis do espaço urbano de Dois Vizinhos em 2004	106
Mapa – 8 Parcelamento do solo realizado pelo GETSOP 1972.....	108
Mapa – 9 Uso e ocupação do solo urbano da cidade de Dois Vizinhos	126
Mapa – 10 Espacialização da ação do Estado no espaço urbano duovizinhense ..	142
Mapa – 11 Espacialização da ação das imobiliárias na produção do espaço urbano duovizinhense	148
Mapa – 12 Distribuição espacial da verticalização em Dois Vizinhos	156
Mapa – 13 Espacialização da ação dos proprietários fundiários na produção do espaço urbano duovizinhense.....	167
Mapa – 14 Espacialização da ação dos proprietários fundiários, prefeitura municipal, COHAPAR e imobiliárias no espaço urbano duovizinhense.....	173

LISTA DE FOTOS

Foto – 1 Cidade de Dois Vizinhos quadrante norte (1970)	69
Foto – 2 Vista parcial da unidade agroindustrial da Sadia de Dois Vizinhos	93
Foto – 3 Vista parcial do loteamento Rex as margens do Rio Dois Vizinhos – quadrante sul	114
Foto – 4 Vista parcial do loteamento Central – quadrante nordeste.....	114
Foto – 5 Conjunto Habitacional Margarida Galvan.....	133
Foto – 6 Vista parcial parque industrial de Dois Vizinhos.....	136
Foto – 7 Implantação de calçamento no bairro Jardim da Colina – quadrante noroeste.....	138
Foto – 8 Construção de empreendimento da Construtora Engenhar – Centro Sul	152
Foto – 9 Construção de empreendimento da Construtora Alves	153
Foto – 10 Concentração da verticalização – Centro Norte.....	155
Foto – 11 Área ociosa localizada na Av. Salgado Filho – quadrante sul	170

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma – 1	Organograma teórico metodológico	20
Organograma – 2	Comércio de aves no mercado interno - 2004	99
Organograma – 3	Comércio de aves no mercado internacional - 2004	100

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIADV – Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Dois Vizinhos.

APUCARANA – Companhia Colonizadora Apucarana Ltda.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNH – Banco Nacional de Habitação.

CAMDUL – Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda.

CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório.

CAPEG – Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda.

CEF – Caixa Econômica Federal.

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica.

CESUL – Centro de Estudos Superiores.

CETIS – Centro Tecnológico e Industrial do Sudoeste.

CITLA – Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda.

COAGRO - Cooperativa Agropecuária de Capanema.

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná.

COMERCIAL – Companhia Comercial e Agrícola do Paraná.

CTG – Centro de Tradições Gaúchas.

DERAL – Departamento Economia Rural.

DETRAN – Departamento de Trânsito.

FADEP – Faculdade de Pato Branco.

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IAP – Instituto Ambiental do Paraná.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

LACTEC – Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento.

LATCO – Laticínio Dois Vizinhos Ltda.

OCA – Engenharia e Empreendimentos.

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

PDT – Partido Democrata Trabalhista.

PMDB – Partido Movimento Democrata Trabalhista.

PMDV – Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos.

SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento Paranaense.

SEDU – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano.

SISA – Imposto Escrituração de Imóveis.

SUDCOOP – Cooperativa do Sudoeste do Paraná.

TIROL – Laticínio Treze Tilias Ltda.

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

UNISEP – União de Ensino Superior do Sudoeste do Paraná.

UNIPAR – Universidade Paranaense.

VIZIVALI – Sociedade Educacional Vale do Iguaçu.

RESUMO

Esta pesquisa faz algumas considerações sobre a (re)produção do espaço urbano de uma cidade de pequeno porte - Dois Vizinhos - PR, no transcorrer do período de 1980 a 2002. Baseou-se na hipótese de que a (re)produção do espaço urbano de Dois Vizinhos é resultado de ações das esferas pública e privada que objetivavam a reprodução do capital, o que se refletiu nas diferentes formas de consumo da cidade. Teoricamente, fundamenta-se nos conceitos de espaço urbano (cidade), Estado (Poder Público) e capital, pois acredita-se que na produção do espaço urbano estas categorias de análise são de fundamental importância para o entendimento da cidade capitalista. Constatou-se através do trabalho que o Estado vem atendendo aos interesses das classes mais capitalizadas, mediante a implantação de infra-estrutura e equipamentos nas áreas mais valorizadas, bem como vem permitindo a abertura de loteamentos sem que sejam atendidos os requisitos mínimos de infra-estrutura que determina a legislação urbanística. Já o capital imobiliário (proprietários fundiários e construtores) tem contribuído para a sobrevalorização de terrenos e imóveis localizados nas áreas centrais, fazendo com que a população de menor poder aquisitivo ocupe áreas mais periféricas, onde os preços dos terrenos e imóveis são mais baixos. Dessa forma, entendemos que tanto a ação do Estado como a do capital têm contribuído para reforçar a segregação socioespacial das diferentes camadas de poder aquisitivo.

Palavras chave: espaço urbano, Estado (Poder Público), capital; segregação socioespacial.

ABSTRACT

This research does some considerations about urban space (re) production of a small size town – Dois Vizinhos – PR, in the period from 1980 to 2002. It was founded on hypothesis that the urban space reproduction of Dois Vizinhos is result of actions of public and private sectors that aimed the capital reproduction, that was reflected in town different ways of consumption. Theoretically it was based on urban space town conceptions, State (Public Power) and the Capital, because it believes that in urban space production these analysis categories are fundamental importance for understanding of a capitalist city. We perceived through this work that the State is accommodating to interest of more capitalized classes, through equipment and infra-structure implantation in value areas, as well it is permitting an opening of estate without answering to minimal requirement of infra-structure that determines urban legislation. Then the immobile capital (earthly owners and builders) has contributing to ground and immobile super-evaluation located in central areas, because this poorer population is occupying more suburb areas, where prices of grounds and immobile are lower. This way, we understand that as much State or Capital action has contributed to reinforce segregation of different layer of acquisition power.

Word Keys: urban space, State (Public Power), capital, socio-spatial segregation

1 INTRODUÇÃO

A cidade resulta de um processo de desenvolvimento social, no qual diferentes agentes sociais desempenham seus papéis, cada qual marcando sua intervenção de acordo com seus próprios interesses e objetivos. Os agentes são, fundamentalmente, as classes dominantes, as classes dominadas e o Estado.

Na concretização das articulações entre os agentes, cabe ao capital privado e ao Estado o papel dinâmico e impulsionador do processo de produção e reprodução do espaço urbano. Assim, a cidade fundamentada na lógica capitalista serve de base para o desenvolvimento dos interesses capitalistas, representados pelos proprietários fundiários, construtoras, imobiliárias, instituições financeiras e as grandes indústrias, que têm suas atuações intermediadas pelo Estado.

Nesse sentido a cidade caracteriza-se como um lugar de produção, resultado do trabalho e das práticas sociais envolvendo todos os agentes nele relacionados, que estão em constante transformação, sendo o espaço urbano a materialização da ação destes agentes produtores (CORRÊA, 2000).

Destarte, essa materialização reflete o poder exercido pelo Estado (Poder Público) e pelo capital sobre a sociedade, resultando numa construção que é fruto de uma história concreta, a qual, na maioria das vezes, baseia-se na concentração de capital, do poder econômico e do poder político nas mãos de poucos, resultando na segregação e desigualdade social.

Inserido num contexto capitalista, o espaço urbano duovizinhense é influenciado pelas tramas deste sistema econômico. A intensificação das relações capitalistas no campo e na cidade a partir dos anos 1980 contribuiu para que o fluxo

migratório campo-cidade aumentasse, o que se refletiu em aumento da urbanização, delineando os novos contornos do espaço urbano de Dois Vizinhos.

Nesse sentido, o trabalho orientou-se pela hipótese de que a (re)produção do espaço urbano duovizinhense é resultado de ações públicas e privadas calcadas na (re)produção do capital, as quais se refletem nas diferentes maneiras de consumo da cidade.

O problema a ser abordado orienta-se pela seguinte questão:

Como ocorre a intermediação do capital e do Estado na (re)produção do espaço urbano de Dois Vizinhos?

Na busca de respostas ao questionamento têm-se como orientação os seguintes objetivos:

- compreender o processo de reprodução do espaço urbano de Dois Vizinhos – PR;
- resgatar como ocorreu a formação geoeconômica do Sudoeste do Paraná e do município de Dois Vizinhos – PR;
- entender a dinâmica populacional e a evolução da economia urbana de Dois Vizinhos – PR;
- Identificar a atuação dos principais agentes produtores do espaço urbano de Dois Vizinhos – PR.

Para atingir os objetivos propostos, adotaram-se como metodologia os seguintes instrumentais: referencial teórico, referencial empírico e referencial técnico.

O referencial teórico abarca o levantamento bibliográfico de obras que tratam da questão urbana e da ação do poder público e do capital na produção das cidades.

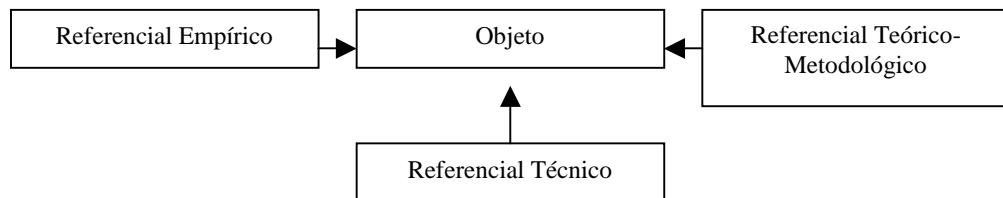
O referencial empírico consiste no levantamento de informações através de entrevistas não padronizadas com representantes do poder público municipal, loteadores, corretores de imóveis e representantes de legislaturas municipais anteriores. Compreende ainda o levantamento de informações junto às seguintes instituições: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, IBGE, UNIOESTE, SEAB/DERAL e IPARDES.

A organização dos dados levantados no trabalho de campo resultou na produção de gráficos, tabelas, mapas e fotografias, os quais constituem o referencial técnico.

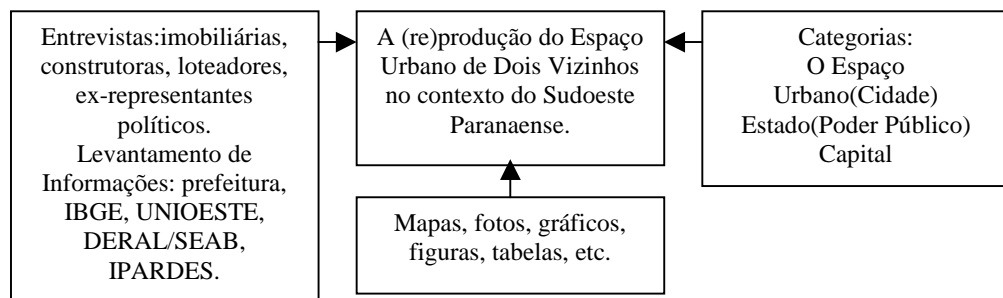
Já a pesquisa produzida é o resultado da interpenetração dos referenciais teórico, empírico e técnico que levam à compreensão da (re)produção do espaço urbano de Dois Vizinhos.

ORGANOGRAMA TEÓRICO-METODOLÓGICO

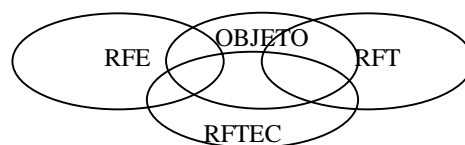
FASE I - OS REFERENCIAIS DE PESQUISA



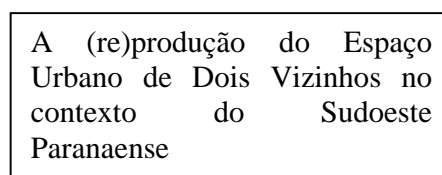
FASE II – OS REFERENCIAIS E SEUS COMPONENTES



FASE III – A INTERPENETRAÇÃO DOS REFERENCIAIS E SEUS COMPONENTES



FASE IV – A PESQUISA PRODUZIDA



Fonte: Mendes, 1992.

Organização: Saffnauer, 2004.

Através da aplicação desta metodologia acredita-se ser possível a compreensão da (re)produção do espaço urbano de Dois Vizinhos, onde estão implicadas determinações econômicas, políticas e sociais do município, condições que se manifestam na dinâmica socioespacial.

O trabalho apresenta-se organizado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo -- Introdução - mostra-se como está organizado o trabalho.

No segundo capítulo apresentam-se os pressupostos teóricos, que têm como propósito possibilitar uma aproximação e esclarecimento preliminar sobre alguns conceitos essenciais à elaboração da pesquisa, tais como: O Espaço Urbano, o Estado (Poder Público) e o Capital.

No terceiro capítulo, procura-se contextualizar a área de estudo, resgatando a formação geoeconômica do Sudoeste paranaense e particularmente, do município de Dois Vizinhos, as atividades econômicas do município e região, bem como a evolução da população.

Por fim, no quarto capítulo demonstra-se a intervenção do Estado e do capital na (re)produção do espaço urbano da cidade de Dois Vizinhos, buscando-se compreender a influência destes agentes no espaço construído.

As cidades, de uma maneira geral, são dinâmicas, estão em constante movimento, em constante mutação. Vivem em contínua transformação, estão sendo sempre construídas e reconstruídas, assim como suas sociedades, que se reestruturam, modificam seus valores e suas relações com o ambiente urbano.

Ao longo do tempo são impressas novas marcas nas cidades, que renovam incessantemente sua paisagem, marcas que são resultantes de seguidos processos (econômicos, sociais, culturais, entre outros) que determinam essa dinâmica.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 O ESPAÇO URBANO (Cidade)

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer que no decorrer do trabalho serão utilizados os termos cidade e espaço urbano como sinônimos, visto que o objetivo não é discutir diferenças desses termos, mas sim, entender a produção e reprodução da cidade através da atuação do Estado (Poder Público) e do capital.

A cidade é o palco de inúmeras transformações, que podem ser observadas e analisadas sob diferentes aspectos, em que suas formas, funções, estruturas e processos¹, juntamente com a maneira como estes estão organizados no espaço², revelam transformações realizadas pela sociedade no espaço urbano, numa relação de produção e consumo da cidade pela sociedade (SANTOS, 1985).

O estudo da cidade se faz importante, pois é nela que vive a maior parte da população e é no meio urbano, na produção da cidade, que estão concentrados os maiores investimentos de capital em atividades. O espaço urbano materializa as ações que se realizam no presente, como também aquelas que se realizaram no passado.

¹ Segundo Santos (1985, p.50) “forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Função, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, instituição, pessoa ou coisa. Estrutura implica inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”.

² Para Santos (1985) o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade, por isso a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão da produção do espaço.

Silveira (2003, p.25) compreende o espaço urbano enquanto “[...] produto social, ou seja, como resultado da atividade de várias gerações que, através de seu trabalho acumulado, tem agido sobre ele, modificando-o, humanizando-o, tornando-o um produto cada vez mais distanciado do meio natural”. Isso leva a entender a produção do espaço urbano como o resultado da dinâmica social de determinada sociedade que, ao reproduzir-se através de um determinado modo de produção, imprime na paisagem urbana as marcas correspondentes. Sendo assim, caracteriza-se como condição, meio e produto do processo de reprodução da sociedade.

Para Lefebvre (1999a, p.119), o espaço urbano é modelado pelo avanço e pelas pressões dos grupos sociais. Segundo esse autor:

[...] o espaço urbano é o resultado de uma história que deve ser concebida como a atividade de “agentes” ou “atores” sociais, de “sujeitos” coletivos operando por impulsos sucessivos, projetando e modelando de modo descontínuo extensões de espaço. [...] As qualidades e “propriedades” do espaço urbano resultam de suas interações, de suas estratégias, seus êxitos e derrotas. [...] A burguesia mercantil, os intelectuais, os homens de Estado, modelaram a cidade. Os industriais, antes de tudo, demoliram-na. Quanto a classe operária, não teve outro espaço que o da sua expropriação, da sua expulsão: da segregação.

Carlos (1994, p.181) complementa essas considerações, dizendo que

O urbano é um produto do processo de produção de um determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e consumo), mas também no que se refere às determinações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Assim, “o urbano é mais que um modo de produzir é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim é um modo de vida.”

Dessa forma, a produção do espaço urbano, em um contexto no qual o capitalismo, através do mercado tornado mundial, impõe a aceleração dos fluxos de informação, mercadorias, capitais no tempo e no espaço, adquire novos e

contraditórios significados, presentes no processo de fragmentação dos lugares da cidade, enquanto manifestação da vida.

Já para Corrêa (2000, p.83), o espaço urbano seria

O conjunto de objetos ou formas criadas pelo homem ao longo da história e dispostos sobre a superfície da terra. É a natureza transformada pelo social, de acordo com as possibilidades concretas que cada sociedade tem de transformá-la e que derivam do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Cada cidade organiza seu espaço segundo uma lógica que lhe é inerente.

O mesmo autor entende que o espaço urbano capitalista pode ser apreendido através de seis pontos, a saber:

- como espaço fragmentado, dado o complexo conjunto de usos do solo, justapostos e responsáveis pela animação de distintas áreas funcionais: área central de comércio e de serviços, área industrial, áreas residenciais, áreas de lazer, etc.;
- como espaço articulado, uma vez que cada uma dessas áreas mantém e incrementa relações espaciais com as demais através de fluxos visíveis, como mercadorias, pessoas, veículos, através da circulação de informações, capital, etc.;
- como reflexo da sociedade, uma vez que a sua divisão em áreas residenciais segregadas, ou mesmo excluídas, reflete a complexa e desigual estrutura social em classes;
- como condicionante da sociedade, dado o papel condicionante que as obras conduzidas e fixadas pela sociedade desempenham na reprodução das condições de produção e das próprias relações de produção;

- como dimensão simbólica, já que a vida da sociedade é repleta de crenças, valores, mitos, que podem estar materializados no espaço através de monumentos, ruas, igrejas, etc.;
- como campo de lutas, visto que o espaço, por se fragmentado, pode tornar-se local de conflitos sociais e políticos.

As idéias de Carlos (1994), Lefebvre (1999a), Corrêa (2000) e Silveira (2003), sobre a produção do espaço urbano levam a entender que o espaço urbano é produto das relações sociais que se realizaram e se realizam, deixando suas marcas impressas nas formas espaciais.

O espaço urbano também reflete um processo ideológico: o de dominação dos grupos menos favorecidos pela ideologia dos grupos e instituições dominantes na sociedade, e em parte é moldado pela dinâmica das forças de mercado (HARVEY, 1980).

Como vivemos numa sociedade capitalista, o espaço urbano é dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes, onde quem pode pagar mais, aumenta a possibilidade de morar em áreas melhor atendidas por infra-estrutura, como é o caso do centro da cidade.

Silveira (2003, p.29) faz algumas considerações sobre a apropriação do espaço, dizendo:

Analogamente o espaço se fragmenta através de distintas formas de apropriação: para o trabalho, para o lazer, para o morar, para o consumo, etc. Assim, o espaço fragmentado em pedaços separados torna-se mercadoria como outra qualquer e como tal é objeto de apropriação privada a ser mediada pelo mercado. Têm-se assim, a mercantilização da cidade em pedaços o que, em uma sociedade de classes, implica a construção de uma paisagem desigual e excludente. Desse processo resulta a constante transformação do lugar e a produção do estranhamento do indivíduo em relação à cidade, na sua totalidade e nos diferentes espaços que a constituem.

Percebe-se que na cidade capitalista a distribuição da população e das atividades econômicas no solo urbano é determinada pelo poder aquisitivo da população, de modo que quem possui maior poder aquisitivo melhor se localiza na estrutura da cidade, em relação ao local de trabalho, aos serviços urbanos, ao comércio e serviços.

O cidadão tem cada vez mais dificuldade de acesso a melhores condições de vida, e o acesso à moradia está cada vez mais difícil, devido à forma como está organizado o espaço na cidade e ao alto preço que a terra assumiu por causa da especulação. Soma-se a isso a estrutura política vigente, que tem se voltado a atender aos interesses das classes mais favorecidas, contribuindo para a construção de uma cidade mais desigual.

O desenvolvimento das relações capitalistas contribuiu para a intensificação da divisão social do trabalho, o que se refletiu na produção e organização do espaço, que passou a ser comandado pela cidade, alterando-se as relações entre o campo e a cidade, entre as cidades de uma rede urbana e no interior de um espaço urbano (SPOSITO, 1998).

A cidade, como produto do capitalismo, tornou-se o local da concentração de pessoas, de capital e das atividades comerciais, industriais e de serviços, ou seja, dos instrumentos de reprodução do capital, que se refletem nas formas espaciais de sua urbanização.

Lima (2004, p.26) ratifica essas considerações dizendo:

Produto da economia de mercado, a cidade moderna encontra-se num substrato físico-natural altamente modificado e delineado pelas características culturais e econômicas de uma sociedade. Reflete a segregação espacial, fruto de uma distribuição de renda estabelecida pelo processo de produção capitalista. Tal segregação aparece no acesso a determinados serviços e infra-estruturas, enfim, aos meios de consumo coletivo e nas áreas destinadas à moradia.

O espaço para o capitalismo, enquanto mercadoria, apresenta diversos usos, de modo que a cidade dá ao seu solo, ao mesmo tempo, a condição de valor de uso e valor de troca. A esse respeito Lefebvre (1999, p.135) diz que “O valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa a desejabilidade. O valor de troca corresponde à relação dessa coisa com as outras coisas, com todos os objetos, e com todas as coisas, no “mundo da mercadoria”. Isso leva a entender que, à medida que se intensificam a aglomeração urbana, a (re)produção das atividades econômicas e mesmo o processo de expansão territorial, o solo passa a adquirir valor de uso e troca. O valor de uso está relacionado à esfera do consumo, e o valor de troca, à esfera de circulação do capital.

Enquanto mercadoria, o solo urbano é produto “*sui generis*” - é ao mesmo tempo um elemento vital a toda atividade humana e condição necessária à produção capitalista - o que lhe atribui um valor de uso; mas é também uma mercadoria não reprodutível e concentrada nas mãos de uma parcela da sociedade, o que gera sobre o solo um valor de troca, e assim um preço, que os indivíduos devem pagar pelo direito de propriedade (SPOSITO, 1983).

Entende-se que o valor de uso não é o mesmo para todas as pessoas, visto que estas apresentam diferentes necessidades, hábitos culturais, estilos de vida e reivindicações sociais. Já o valor de troca é o preço pago por aquele que não tem direito à propriedade da terra e por isso paga para ter acesso a ela através do arrendamento, do aluguel ou mesmo da compra.

O solo, como bem material (mercadoria), produto do capitalismo, só poderá ser apropriado via capital; ou seja, para se ter acesso a ele é necessário pagar seu preço. Sobre essa questão Carlos (1994) diz que:

Para se ter acesso a um pedaço de terra é necessário pagar-se por ele (através da venda ou do aluguel) pelo fato de que, na sociedade atual, o uso é produto das formas de apropriação (que tem na propriedade privada sua instância jurídica). Por outro lado o preço é a expressão de seu valor (CARLOS, 1994, p.87).

O preço do solo vai variar dependendo da situação do espaço na sua divisão técnica e social, o que interfere na produção do espaço urbano. A divisão técnica do espaço decorre da divisão técnica do trabalho, por isso há um lugar para indústria, para o comércio, para residências. Já na divisão social do espaço há um lugar para residência dos patrões e outro para operários (LIPIETZ, 1982).

Outro aspecto importante na estruturação interna da cidade são os atributos locais, visto que eles podem contribuir para a valorização ou não dos terrenos. Esses atributos podem variar no tempo e no espaço, pois estão sujeitos a mudanças.

Segundo Leme (1999), a natureza dos atributos de localização é determinada pela inter-relação dos elementos, acessibilidade e infra-estrutura.

A acessibilidade, no espaço urbano, é determinada pelo conjunto de vias de circulação e pelo sistema de transportes da cidade. A acessibilidade é um atributo local que influi na determinação do preço do solo, pois quanto melhor for a acessibilidade de um terreno, maior será o seu preço, e, mesmo tendo boa localização, caso o terreno seja de difícil acesso, seu preço será menor.

A infra-estrutura também influencia a determinação do preço do solo, pois onde ela inexistir, a valorização do terreno também será menor do que em áreas onde ela estiver implantada. Ou seja, a infra-estrutura determina uma valorização diferenciada. A desigualdade na distribuição de infra-estrutura nas cidades é a lógica capitalista da contradição, pois justamente os que mais precisam dos serviços públicos são aqueles que estão mais distantes desses serviços.

A cidade é um espaço de constantes transformações em sua estrutura interna. Esta estrutura dependerá dos recursos econômicos da sociedade, de espaço para expansão da malha urbana, do preço do solo urbano que a demanda possa pagar³.

Sendo assim, compreende-se que terrenos com as mesmas qualidades⁴ podem ter preços diferenciados em função de localizarem-se em regiões, cidades ou países diferentes:

[...] a evolução dos preços relaciona-se com as condições de reprodução do espaço urbano, pelo grau de crescimento demográfico, pela utilização do solo, pelas políticas de zoneamento ou de reserva territorial e pelas modificações do poder aquisitivo de seus habitantes (CARLOS, 1994, p. 89).

Desse modo, o processo de reprodução do capital é que determinará a ocupação do espaço pela sociedade, com base nos mecanismos de apropriação privada. O uso residencial será determinado pelo papel que cada indivíduo ocupará no processo de produção geral da sociedade e de acordo com a riqueza gerada.

Ainda segundo Carlos (1994, p.138):

[...] a população de maior poder aquisitivo se instalará nas áreas onde o preço do solo é mais elevado, onde as áreas dos terrenos e das casas são maiores que no resto da cidade, dotadas de infra-estrutura, enquanto as camadas de menor poder aquisitivo irão se instalar em terrenos menores, com deficiência ou mesmo ausência de infra-estrutura básica, em casas geralmente produzidas em sistema de auto- construção, em topografia acidentada muitas vezes imprópria à construção.

Assim, a diferenciação dos usos será a manifestação espacial da divisão técnica e social do trabalho, num determinado momento histórico. Essa divisão se

³ O preço do solo também é determinado pelo que a demanda estiver disposta a pagar, ou que ela possa pagar, pois se a sociedade for descapitalizada não terá como pagar. Então, entende-se que o poder aquisitivo interfere no preço do solo e no tipo de habitação a ser construído.

⁴ Tamanho, declividade, posição com relação ao sol.

expressará também na segregação espacial, fruto da diferenciação de classe, do poder econômico, político e social.

A cidade é, assim, a expressão do próprio modo de produção capitalista⁵, em que a produção é social, porém a apropriação se dá de modo seletivo, contribuindo para a divisão da sociedade em classes e a segregação espacial.

Mesmo considerando-se a especificidade da dinâmica da produção espacial de cada cidade, suas características históricas, econômicas e políticas, pode-se identificar um grupo de agentes ou atores produtores do espaço urbano.

A análise da ação desses agentes tem servido de importante ferramenta explicativa para vários autores estudiosos do espaço urbano, entre os quais Harvey (1980)⁶, Form (1985)⁷, Capel (1990)⁸, Leitão (1999)⁹ e Corrêa (2000).

Utilizou-se nesta abordagem a classificação indicada por Corrêa (2000, p.12), a qual identifica tais agentes como:

- (a) os proprietários dos meios de produção;
- (b) os proprietários fundiários;
- (c) os promotores imobiliários;
- (d) o Estado;
- (e) os grupos sociais excluídos;

Segundo esse autor, a reflexão sobre a ação destes agentes na produção da

regula a atuação deles. Este marco não é neutro, pois reflete o interesse dominante de cada um dos agentes.

Capel (1990, p.83-84) confirma esse pensamento dizendo que:

El juego de los distintos agentes se realiza dentro del marco de una normativa jurídica que regula sus actuaciones. Dicha normativa no es, desde luego, neutra, sino que representa y defiende los intereses de las clases dominantes en la formación social, constituyendo en algunas ocasiones – cuando se presenta como garante del interés general de la población – un simple discurso retórico con las suficientes ambigüedades como para que pueda ser transgredido impunemente de acuerdo con los intereses específicos de aquellos agentes.

A cidade expressa a atuação desses agentes, que, embora antagônicos em seus interesses, acabam por se articular entre si. É a materialização dessas relações de classe que aí se estabelecem, pois revela em suas formas espaciais a própria estrutura de classe, resultado do sistema capitalista.

A estrutura urbana é a expressão de um processo e da combinação ou articulação de ações dos diversos agentes produtores de espaço urbano [...] entender tal processo, torna-se necessária uma reflexão acerca das relações sociais que acabam por fazer com que determinado espaço se apresente com uma determinada forma. Em outras palavras, compreender a configuração espacial da cidade implica necessariamente em tentar compreender os processos sociais que engendram esta forma espacial (HORA; SILVA, 1992, p.83).

Nesse sentido, a estrutura da cidade é entendida como o resultado do processo combinado e articulado de ações dos diversos agentes produtores do espaço através de práticas segregativas e discriminatórias, resultado de diversos usos distribuídos no solo urbano, como o industrial, o comercial, o residencial e o público, pois na “[...] forma de existência do modo de produção capitalista [...] a cidade é antes de tudo uma aglomeração para produzir.”(LIPIETZ, 1982, p.07).

Na sociedade capitalista, as relações entre os diversos segmentos da sociedade refletem interesses antagônicos e manifestam-se sobretudo no espaço

urbano. Alguns grupos sociais, geralmente os de maior poder econômico ou político, agem no espaço de forma articulada, submetendo os outros segmentos à lógica da expropriação capitalista, que é obtenção de lucro. Em uma sociedade de classes, o espaço é reflexo do processo combinado e articulado com símbolos e significados que estão em constante mudança, através dos diversos segmentos que produzem e consomem o espaço.

Os proprietários dos meios de produção - geralmente os grandes industriais - interferem na produção e organização do tecido urbano quando da escolha do local para instalação e/ou ampliação de sua indústria. Eles priorizam, na escolha do local, aspectos importantes, como acessibilidade às vias de circulação para transporte da produção, proximidade das fontes de matérias-primas, mão-de-obra e em alguns casos incentivos fiscais oferecidos pelo poder público (esses incentivos podem ser oferecidos no plano estadual e/ou municipal, dependendo das políticas de incentivo de cada lugar; podem ser concedidos desde isenção de impostos por prazo determinado até doação de infra-estrutura e, em alguns casos, a doação do próprio terreno).

As atividades industriais em geral estão localizadas em lugares que viabilizam a produção e comercialização de seus produtos. As decisões sobre a localização são de ordem econômica e política, pois procuram diminuir os custos para aumentar as taxas de lucro da empresa. Nesse sentido “a terra urbana tem, em princípio, um duplo papel: o de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locais específicos às atividades.” (CORRÊA, 2000, p.13).

Os proprietários dos meios de produção também podem interferir na produção do espaço urbano, influenciando na escolha do local para construção de habitações

populares pelo poder público e até mesmo na dinamização do mercado imobiliário dos loteamentos das áreas próximas à localização de sua indústria (CAPEL, 1990).

Os proprietários fundiários tanto de terras urbanas quanto de terras rurais podem ter pouca ou muita influência na determinação do preço de sua terra, na medida em que conhecem ou prevêem o uso potencial de sua propriedade.

Não obstante, cada fração do território da cidade pode ser vendido ou comprado, desde que os proprietários destas terras, que monopolizam a sua propriedade, decidam como e quando vão colocar os seus terrenos no mercado, controlando dessa forma o acesso à cidade. Outra questão a ser objeto de reflexão é que todos os proprietários, seja de terrenos seja de imóveis construídos, irão se beneficiar da renda fundiária, conforme a quantidade e o uso de suas propriedades, pois todas elas possuem valor de uso e valor de troca.

O papel do proprietário fundiário é decisivo no processo de expansão vertical e horizontal da cidade (SPOSITO, 1991). O proprietário possui o direito absoluto de decidir sobre o uso do terreno, embora em muitos países existam legislações de uso do solo que permitem ao poder público a desapropriação de áreas de interesse para a sociedade, o que muitas vezes contraria o proprietário.

Alguns proprietários fundiários procuram obter vantagens adicionais de seus terrenos, objetivando aumentar sua renda, já que muitas vezes a localização desses terrenos pode possuir características únicas que contribuem para o aumento da renda a ser obtida com sua venda ou locação. Quando o proprietário utiliza o terreno para moradia ele está produzindo o valor de uso; contudo, a partir do momento que vende ou aluga, ele passa a obter o valor de troca, que gera uma renda excedente.

Os grandes proprietários fundiários podem exercer pressões junto ao poder público municipal, com o objetivo de modificar leis de zoneamento ou conseguir

investimentos públicos nas áreas onde estão localizados seus terrenos, agregando valores, de forma a aumentar a produção de renda na comercialização futura (CORRÊA, 2000). Contudo a influência dos proprietários fundiários não ocorre de forma igual, já que geralmente os que têm suas reivindicações atendidas são aqueles que representam os grupos econômicos mais capitalizados.

Os promotores imobiliários são um conjunto de agentes (imobiliárias, incorporadoras, construtoras, corretores de imóveis e instituições financeiras) que deliberam a ação para definir mudanças no uso do solo, realizando o lançamento de novas áreas na cidade através de loteamentos, edifícios e condomínios horizontais e verticais.

Atuando em conjunto ou separadamente, são responsáveis pelas seguintes operações:

[...] (a) incorporação, que é a operação-chave da promoção imobiliária; o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de transformação em mercadoria, em imóvel; a localização, o tamanho das unidades e a quantidade do prédio a ser construído são definidos na incorporação assim como as decisões de quem vai construí-lo, a propaganda e a venda das unidades. (b) financiamento, ou seja, a partir da formação de recursos monetários provenientes de pessoas físicas e jurídicas, verifica-se, de acordo com o incorporador, o investimento visando à compra do terreno e à construção do imóvel; (c) estudo técnico, realizado por economistas e arquitetos, visando verificar a viabilidade técnica da obra, dentro de parâmetros definidos anteriormente pelo incorporador e a luz do código de obras; (d) construção ou produção física do imóvel, que se verifica pela atuação de firmas especializadas nas mais diversas etapas do processo produtivo; a força de trabalho está vinculada às firmas construtora; e (e) comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros; os corretores, os planejadores de vendas e os profissionais de propaganda são os responsáveis por esta operação (CORRÊA, 2000, p. 19-20).

A atuação dos promotores imobiliários, sejam eles incorporadores¹⁰, corretores de imóveis ou construtores, caracteriza-se como ação que organiza

¹⁰ Segundo Smolka (1987, p.47) “[...] o capital incorporador, é aquele que desenvolve o espaço geográfico organizando os investimentos privados no ambiente construído, em especial aqueles destinados à produção de habitações”.

investimentos privados para produção de habitação enquanto mercadoria que, para gerar lucros, só poderá ser adquirida por quem puder pagar por ela, nesse caso as classes média e alta.

Quando houver a necessidade de financiamento para a construção ou venda, os promotores imobiliários podem utilizar-se de seus próprios recursos, mas podem também obter créditos junto aos agentes bancários públicos e privados, a fim de financiar o possível comprador.

Sobre essa questão Harvey (1980, p.19-20) diz que:

As instituições financeiras desempenham papel importante no mercado de moradias em relação às características particulares da habitação fundamentalmente, [...] interessadas em obter valores de troca por meio de financiamentos de oportunidades para a criação e aquisição de valores de uso [...] estão envolvidas em todos os aspectos do desenvolvimento do patrimônio real (industrial, comercial, residencial, etc.) e elas, por isso, conseguem alocar o solo para usos sob seu controle através do financiamento. Decisões dessa espécie, evidentemente orientadas para a lucratividade e para evitar riscos.

Tratando-se de financiamento para habitação, as instituições privadas têm diminuído significativamente sua participação no mercado. Quando oferecem esse tipo de operação elas cobram elevadas taxas de juros, o que tem levado à diminuição da procura por esse tipo de financiamento. Já as instituições públicas - como a Caixa Econômica Federal – têm sido responsáveis pelos financiamentos destinados às classes média e alta, já que estas são as únicas que atendem às suas exigências, como renda comprovada e compatível com valor das prestações, entre outras.

O financiamento de habitação para população de baixa renda não é de interesse das instituições financeiras, já que esse financiamento não gera lucros. Por isso essa categoria de habitação vem sendo financiada pelos governos estaduais

em convênio com os municípios, através das companhias habitacionais - no caso do Estado do Paraná a Companhia Habitacional da Paraná – COHAPAR.

Os promotores imobiliários também atuam na abertura de loteamentos periféricos sem a implantação de infra-estrutura, já que este tipo de loteamento geralmente é destinado à população de baixo poder aquisitivo. A implantação de infra-estrutura geralmente é realizada pelo poder público quando o loteamento está consolidado e seus moradores reivindicam melhorias.

Cumprindo ainda observar que na sociedade capitalista a cidade é o local da concentração dos meios de produção e do capital necessário para a produção, e é também o local de consumo. Para a continuidade desta sociedade será necessária uma permanente reprodução da mão-de-obra, com a criação de um exército de reserva, que garanta a contínua produção da mais-valia. Este excedente de trabalhadores possibilita o surgimento dos *grupos sociais excluídos*, que estão distribuídos espacialmente na cidade nos “[...]cortiços, [...] a casa produzida pelo sistema de auto-construção em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, [...] e a favela.” (CORRÊA, 2000, p.29).

Os grupos sociais excluídos¹¹, como agentes produtores do espaço, produzem um espaço urbano que reflete a lógica contraditória do capital, segundo a qual o poder aquisitivo de cada indivíduo determina o espaço por ele ocupado na cidade.

O proletariado compõe numericamente maior parte da população da cidade, e como habitantes da cidade, eles, proletários, a consomem: moram, vestem-se, alimentam-se, têm um modo de vida, “esse modo de viver produz e reproduz o espaço urbano.” (CARLOS, 1994).

¹¹ Excluídos do poder de consumo, mas não do modo de produção.

A ação de todos estes agentes (os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, os grupos sociais excluídos) é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem.

Assim, entendendo-se o espaço urbano como o resultado da ação dos agentes produtores, prioriza-se neste estudo a análise teórica das categorias analíticas Estado (Poder Público) e o capital, a qual será desenvolvida a seguir.

2.2 O ESTADO (PODER PÚBLICO)

Grande parte dos estudos urbanos considera o Estado (Poder Público) como um dos principais agentes responsáveis pela produção e reprodução do espaço urbano capitalista, por isso prioriza-se sua análise como categoria analítica neste estudo. Sua ação se concretiza através das políticas urbanas¹² nos três níveis político-administrativos: o federal, o estadual e o municipal.

Para Schmidt (1983, p.14), “[...] a crescente importância da intervenção estatal na sociedade brasileira, em sua totalidade, tem atraído substancial atenção de parte dos estudiosos, especialmente durante o recente período de rápido crescimento econômico e taxas altíssimas de urbanização”, o que denota a importância de se estudar o papel do Estado na produção da cidade.

¹² Entende-se política urbana como política pública específica, sendo um meio de integrar ambas as dimensões, a econômica e a política, de uma formação social histórica.

Como um agente modelador do espaço urbano, o Estado (Poder Público) possui um conjunto de instrumentos que podem influenciar a produção e estruturação do espaço urbano. Ele é responsável pela elaboração/execução de políticas para implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos¹³ e de leis que regem a estruturação do espaço; é também responsável pela captação de impostos e contribuições, atua na produção e comercialização do solo e moradias.

Não obstante, percebe-se uma grande distância entre o discurso e a intenção nas políticas urbanas adotadas pelo Estado, principalmente no âmbito municipal, em que muitas vezes as práticas políticas são tomadas baseadas em compromissos eleitorais ou atendem a interesses da classe dominante. Sobre essa questão, Moreno (2002, p.60) diz que “[...] os projetos aprovados nas Câmaras Municipais, seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão”.

Esta tem sido uma das características da intervenção do Estado (Poder Público) nas políticas públicas: apoiar as camadas da população cuja posição econômica e política lhe parece mais favorável.

O Estado (Poder Público), como responsável pela aplicação das verbas destinadas à melhoria e implantação de infra-estrutura - como sistema viário, água, esgoto, iluminação, parques etc. - contribui para a valorização de áreas e para a melhoria da qualidade de vida. No entanto, nem sempre as áreas que recebem tais investimentos são as que mais precisam, e sim, as que já possuem uma certa infra-estrutura, as quais recebem assim maior valorização.

Sobre essa questão Spósito (1998, p.74) observa que “o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os

¹³Neste trabalho é considerado como infra-estrutura: iluminação, pavimentação, redes de água, esgoto, energia. Já como equipamentos urbanos consideram-se escolas, creches, postos de saúde, hospitais entre outros.

lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo”. Através desta ação o Estado se constitui num agente segregador do espaço urbano, contribuindo para a estratificação espacial da sociedade.

Essa ação segregadora do Estado (Poder Público) concorre para a valorização diferenciada do espaço, pois sempre que houver intervenção pública no espaço, esta contribuirá para a valorização dos terrenos e imóveis, e nos locais onde não haja nenhuma infra-estrutura o efeito será contrário, pois os terrenos e imóveis serão ali menos valorizados.

Na elaboração de leis e normas que regem a estruturação urbana, bem como na captação de impostos, o Estado atua como agente planejador e regulador do espaço, porém por vezes sua atuação volta-se a atender aos interesses da elite dominante, evidenciando a segregação socioespacial.

Sobre essa questão Mendes (1992, p.39-40) explica que:

O Estado capitalista cria mecanismos que levam a segregação residencial e à sua ratificação, assim, os diferenciais do imposto territorial e predial são fortes fatores discriminantes, afetando o preço da terra e dos imóveis e, como consequência, incidindo na segregação social. Assim, os grupos de renda mais elevadas residem em imóveis mais caros localizados em bairros onde o preço da terra é mais elevado e os de terra mais baixa na periferia, onde geralmente os preços são menores. Através da alocação espacialmente diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo, o Estado também interfere na segregação residencial.

Através da cobrança de impostos diferenciados, o Estado está delimitando o uso do espaço urbano e assim concorrendo para segregação residencial.

Essa atuação do Estado capitalista não se dá por acaso, muito menos de forma neutra e baseada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, e sim, atendendo aos interesses da sociedade capitalista. Esse fato confirma que a noção do Estado como entidade superior e neutra é idealista, visto que sua atuação na produção e reprodução do espaço urbano está atrelada à defesa de interesses

da sociedade capitalista, sendo por vezes seu representante. Isso vem ao encontro das idéias de Schmidt (1983, p.37), quando diz que: “A intervenção estatal no meio urbano é um instrumento complexo destinado a remover obstáculos, reais ou possíveis, à completa socialização do espaço urbano, bem como um instrumento de controle político, capaz de gerar aumentos de poder para as classes dominantes””, o que confirma. Isso ratifica a idéia de que os instrumentos de controle político tendem a privilegiar os interesses das classes dominantes.

A função do Estado deveria ser defender os interesses da sociedade como um todo, e não apenas os interesses da classe capitalizada, prejudicando os demais cidadãos.

Sobre essa questão concorda-se com Hora (1994, p.78), quando diz que:

Tem-se por um lado, o poder público proferindo discursos em prol da sociedade de um modo geral, colocando-se como mediador, enquanto que, em contrapartida, concretamente, o mesmo atua no sentido de garantir a acumulação e a reprodução do capital, quanto a subordinação/exploração pela classe dominante.

O Estado (Poder Público) também pode adotar políticas que visam ao desenvolvimento econômico das cidades através da criação de vantagens locacionais, oferecendo ao capital vantagens como doação de terrenos, incentivos fiscais e infra-estrutura para que este instale seus empreendimentos no município. Com o objetivo de atrair investimentos criou-se uma espécie de competição entre as administrações municipais. Na busca de estratégias para atrair tais investimentos, “as cidades passam a competir por investimentos de capital, aporte de tecnologia, geração de novos negócios e atração de mão-de-obra qualificada,” (VAINER, 2000, p.76) o que caracteriza o Estado como representante dos interesses do capital.

O Estado (Poder Público) também é responsável pela organização espacial das cidades, por ser quem elabora leis, normas de zoneamento e códigos de obras. Contudo essa atuação, como já referido anteriormente, não ocorre de maneira igualitária em todas as cidades, nem mesmo dentro de uma mesma cidade.

Além dessas funções, o Estado atuou como promotor imobiliário através da produção e financiamento de habitação por meio do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH, que utilizava recursos do Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço - FGTS para a produção de habitação. Contudo, para se ter acesso a esses financiamentos, era necessário atender a algumas exigências, como renda mínima - que a maior parte da população não possuía; além disso, o número de habitações construídas não acompanhava o crescimento populacional, fato que contribuiu para o aumento do número de favelas.

A Constituição Federal de 1988 trouxe a descentralização das políticas sociais para as cidades, passando estas políticas a ser de responsabilidade dos estados e municípios.

No Estado do Paraná também ocorreu essa descentralização, passando o Estado a responsabilizar-se pelas políticas sociais para as cidades, conforme explicam Ribeiro et al (1997):

A problemática em torno da descentralização faz parte das preocupações predominantes do governo central no sentido de definir condições tidas como necessárias para universalizar o atendimento da população e conseguir maior eficiência através das políticas públicas. Para atingir esses objetivos, defende-se a crescente transferência das funções executivas relacionadas às políticas de habitação, saneamento, saúde, recursos hídricos, entre outras, para estados e municípios (RIBEIRO et al. 1997, p.34).

Passaram os estados e municípios a ser responsáveis pela produção de habitação popular. No Estado do Paraná o órgão estadual responsável pela

produção de habitação é a Companhia Habitacional do Paraná - COHAPAR, a qual institui programas habitacionais rurais e urbanos, tendo sido esta responsável pela implantação dos seguintes programas na cidade de Dois Vizinhos¹⁴: lotes urbanizados, autoconstrução, sistema multirão, os programas “Casa Feliz” e “Moradias Solidarietà”.

A COHAPAR, juntamente com o município, planeja o número de casas a serem construídas com base em pesquisa socioeconômica e destina as habitações às famílias cadastradas pelo município. Para o município fica a responsabilidade de doação do terreno, implantação de infra-estrutura, transportes de materiais e fornecimento da mão-de-obra.

A transferência de responsabilidades para os municípios caracteriza o processo de descentralização de políticas urbanas. A descentralização é a transferência, para os municípios, das funções de planejar e formular uma política habitacional, de executar e de negociar fontes de financiamento para seus programas habitacionais, desenvolvendo sua capacidade de gerenciamento financeiro.

Além da produção da habitação, o Estado do Paraná também adotou política descentralizadora para melhoria da infra-estrutura¹⁵ dos municípios, através da criação do Paraná Urbano, na gestão do Governador Jaime Lerner, em 1995. Para a implantação desse programa o Estado do Paraná buscou auxílio financeiro no Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – responsável pelo financiamento dos recursos necessários à implantação desse programa. Contou também com recursos próprios e recursos dos municípios.

¹⁴ No item 4.1 será demonstrado como ocorreu a interferência da COHAPAR na produção de habitação em Dois Vizinhos.

¹⁵ Entendida pelo Estado como: saneamento básico, pavimentação, creches, terminais rodoviários, teatros, praças, entre outras obras.

Mediante ação descentralizadora, o Governo Estadual repassava os recursos financeiros aos municípios, os quais seriam responsáveis pela elaboração e implantação de projetos que contemplassem as reais necessidades de seus munícipes com relação à infra-estrutura urbana.

Com a implantação desse programa acreditava-se que as cidades, estando mais bem-estruturadas, poderiam atrair investimentos e, conseqüentemente contribuir com o crescimento da economia paranaense. Percebe-se que os interesses voltaram-se a dar base para a reprodução do capital, enquanto os interesses sociais eram relegados a um segundo plano.

A Constituição Federal promulgada em 1988 traz um capítulo específico sobre política urbana, nos artigos 182 e 183, que trazem o seguinte:

ART 182 A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano, não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbano progressivo no tempo;

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais, sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183 Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor por mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Por meio dos instrumentos criados nesses dispositivos constitucionais seria possível realizar uma reforma urbana capaz de coibir a especulação imobiliária, reduzir as diferenças socioespaciais da cidade e democratizar o planejamento e gestão do espaço urbano. Contudo, para que tais instrumentos pudessem ser colocados em prática era necessário que ele fossem regulamentados por uma lei federal, o que veio a ocorrer após onze anos de tramitação no Congresso Nacional, com a aprovação do Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 de 10/07/2001, regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Através desta lei federal os municípios podem implementar uma política fundiária, bem como planejar seu desenvolvimento. Esta lei define princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos de gestão urbana, delegando aos municípios, através de seus planos diretores, a tarefa de definir, no âmbito da cidade, as condições de cumprimento da função social da propriedade e da própria cidade.

O Estatuto da Cidade reúne importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que devem possibilitar a efetivação do Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, em nível municipal.

A lei cria instrumentos voltados à melhoria da qualidade das cidades e à normatização do uso e ocupação do solo. Ela não resolve os problemas urbanos, mas representa um avanço, ao permitir aos municípios criar instrumentos capazes de disciplinar o uso do solo urbano, com condições de combater a especulação imobiliária. Contudo, para que surta os efeitos esperados e necessários, é preciso que seja executada pelos municípios.

Além disso, a lei estabelece que o Plano Diretor¹⁶ constitui o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, conforme ressalva Soares (2003, p.84): “[...] o planejamento municipal deve ter como instrumento principal um Plano Diretor que leve em conta as diversidades das realidades locais, bem como, a cooperação entre as cidades para o encaminhamento de soluções para várias questões urbanas que muitas vezes são regionais.”

Ainda segundo a mesma autora, só mediante a implementação de políticas urbanas será possível:

[...] ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade mediante a garantia do direito à cidade sustentável – entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, serviço, trabalho e lazer para as presentes e futuras gerações (SOARES, 2003, p. 85).

Não se pode, por outro lado, esquecer que para o desenvolvimento mais justo e sustentável de uma cidade muito mais do que bons instrumentos são necessárias condições políticas para que sejam colocados em prática esses instrumentos. Acredita-se serem possíveis tais condições com o aumento da participação popular em gestões mais democráticas, que poderiam ser implementadas através do orçamento participativo.

Segundo Souza (2004), o orçamento participativo consiste em uma sucessão de etapas ao longo do ano. Num primeiro momento a Prefeitura presta contas das despesas do ano anterior e mostra a previsão orçamentária para o próximo ano à sociedade civil. Esta escolhe alguns representantes, que servirão de conselheiros e representantes seus junto à administração e fiscalizarão no sentido de que o que foi

¹⁶Em Dois Vizinhos o PDDU foi elaborado na gestão do prefeito Olivindo Antonio Cassol – PDT 1993 - 1996, tendo sido aprovado pela Lei 685/95, conforme será tratado no item 4.1.4.

decidido seja implementado. Num segundo momento são organizadas reuniões setoriais, geralmente nos bairros, a fim de discutir suas necessidades e estabelecer prioridades. Num terceiro momento cria-se um conselho, compostos de membros da sociedade civil, o qual verificará essas necessidades e contribuirá para a elaboração do orçamento a ser encaminhado à Câmara Municipal para apreciação e votação.

Nesse sentido, entende-se o orçamento participativo como uma maneira de delegar poder aos próprios cidadãos para, diretamente, decidirem sobre o destino a ser dado aos recursos públicos. Contudo, o êxito da experiência do orçamento participativo, assim como de qualquer participação popular, dependerá de um conjunto de fatores como “a coerência político-ideológica da administração, o nível de conscientização e mobilização da sociedade civil e as condições econômicas da base (SOUZA, 2003, p.142).”

Acredita-se que a implantação do orçamento participativo seja uma tentativa de introduzir, na gestão da cidade, elementos de democracia direta que, pela participação popular, levariam a uma diminuição das disparidades urbanas, contribuindo para diminuir a desigualdade social nas cidades.

Posteriormente, no item 4.1 , far-se-ão outras reflexões sobre o papel do Estado, no momento em que se abordar a atuação deste no espaço urbano de Dois Vizinhos.

2.3 O CAPITAL

No estudo do espaço urbano da cidade capitalista, faz-se necessário discutir a ação do capital, já que, juntamente com o Estado (Poder Público), ele é um dos grandes responsáveis pela estruturação do espaço urbano.

Souza (1985) considera que para o entendimento do espaço urbano da “cidade capitalista” é obrigatório considerar o capital como categoria de análise, pois a cidade evidencia seu processo de apropriação e construção do solo a partir de estratégias de acumulação, produção e reprodução do capital.

A (re)produção espacial da cidade obedece, primordialmente, aos interesses do capital, das elites, do Estado e do mercado imobiliário. Historicamente, o espaço da cidade tem sido destinado a cumprir funções específicas, que variam segundo as necessidades da sociedade, em que o uso do solo urbano tem atendido aos interesses capitalistas, gerando dessa forma a elevação dos preços do solo urbano e das habitações, bem como o processo de segregação e exclusão socioespacial.

Nesse sentido, o processo de (re)produção do espaço urbano recria, constantemente, as condições básicas a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital. Este, por sua vez, vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, tendo em vista, particularmente, os mecanismos de apropriação privada da terra.

Nessa perspectiva, a cidade assume várias formas e papéis, constituindo-se num produto social e econômico, resultado de ações acumuladas e articuladas entre os agentes. Estes produzem, reproduzem e consomem o espaço, o qual, inserido no modo de produção capitalista, transforma-se em mercadoria.

A cidade apresenta-se como materialização do trabalho humano, sendo, essencialmente, o local de concentração dos meios de produção e das pessoas, o lugar da divisão econômica, social e espacial do trabalho; ou seja, concentra as condições gerais da produção capitalista. De acordo com Lefebvre (1991, p.56), “[...] a cidade é a projeção da sociedade sobre um local.”

Ao possuir um constante movimento de valorização e (re)valorização do que é produzido em seu espaço, a cidade acumula e multiplica as formas de desenvolvimento do capital. A cidade é então organizada pelo capital, para o capital e para a reprodução do capital (SPOSITO, 1983).

Outro autor que discute a cidade como local de acumulação do capital é Topalov, este entende a cidade como local de acumulação do capital, onde se evidenciam as contradições próprias do sistema capitalista, dizendo:

No modo de produção capitalista, a relação social fundamental, geradora da maior parte das outras relações sociais e dominando aquelas que ela não gera, e a relação de exploração, isto é, o próprio capital. Quando as relações de produção capitalistas se apoderam de uma esfera de produção, esta se insere no processo de acumulação: este processo está implicado na colocação e na reprodução ampliada das condições de valorização do capital (TOPALOV, 1979, p.8).

A acumulação de capital impulsiona a sociedade capitalista, que, por sua própria natureza, necessita da expansão dos meios de produção, da expansão do tamanho da força de trabalho assalariada, da expansão da atividade de circulação - na medida em que mais produtos se tornam mercadorias - e da expansão do campo de controle da classe capitalista (GOTTDIENER, 1997).

Nesse sentido a distribuição e a ocupação do espaço estariam intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento econômico e à acumulação de capital; a acumulação de capital seria responsável pelos processos de desenvolvimento da

cidade, cuja urbanização e funcionamento estariam radicados na produção, reprodução e circulação do processo de acumulação de capital.

O mesmo autor ainda diz que no processo de acumulação do capital existem três frações de capital atuando sobre o espaço construído, de acordo com as várias formas de realizar a mais-valia:

A primeira fração de capital concentra-se na renda e se apropria dela diretamente, como no caso dos senhores da terra, ou indiretamente, como indicam interesses financeiros que atuam através da especulação imobiliária. A segunda fração de capital busca ao mesmo tempo juros e lucros através da construção, contribuindo diretamente para o ambiente construído, ou encarregando-se ela mesma da construção ou financiando a obra de outros. A terceira fração de capital atua no interesse da classe como um todo. Esta fração é denominada de capital geral, pois ela considera o ambiente construído um local para a apropriação efetiva de mais-valia, que favorece a acumulação de capital (GOTTDIENER, 1997, p.95-96).

Pela fala do autor, entende-se a primeira fração de capital como aquela que envolve os proprietários fundiários, os quais podem influir na acumulação de capital principalmente através da especulação imobiliária, com a retenção de terrenos como reserva de valor, buscando sua valorização. Na segunda e terceira fração de capital identifica-se o capital imobiliário como aquele responsável pela abertura de loteamentos, construção e financiamento de edificações de onde se extrai a renda fundiária (acumulação de capital).

Nos seus estudos, Smolka (1987) faz importantes considerações com relação ao capital incorporador. Caracteriza-o como aquela fração de capital responsável pela organização do uso do solo urbano com vista à apropriação na forma de lucros ou juros, e da mais-valia na forma de rendas fundiárias.

[...] o capital incorporador é definido como aquela fração do capital que se valoriza pela articulação de diversos serviços contratados. [...] conceber tal capital como o que adquire terreno com a finalidade de valorizá-lo na alteração de seu uso, ou seja, capital que investe nas bases em que as rendas fundiárias são formadas (SMOLKA, 1987, p.47).

Assim, entende-se o capital incorporador¹⁷ como aquele que se valoriza e se expande ao tentar assumir o controle do processo pelo qual rendas fundiárias são criadas e apropriadas.

Para melhor entender o capital incorporador e como se realiza sua valorização, torna-se necessário distingui-lo daqueles realizados por outros capitais, “em especial o industrial, o comercial e o financeiro (SMOLKA, 1987, p.61).”

No que diz respeito ao capital industrial, “os ganhos de produtividade, provenientes de modificações nos métodos de produção, são traduzidos em aumentos temporários na taxa de lucros ou repassados ao mercado na forma de reduções no preço (SMOLKA, 1987, p.61).” Dessa forma ele estimula a entrada de novos capitais, que podem conduzir, via competição, à redução nos preços, à expansão de produção, ou ainda a maior concentração da produção no mercado.

Para Smolka (1987, p.66), “o capital financeiro concentra capital em sua forma monetária”, não estando engajado em operações industriais ou comerciais. Ele contribui para financiar a produção, efetuar pagamentos diversos, compras, entre outras atividades; ou seja, ele acelera a circulação do capital na medida em que reduz a parcela que cada unidade privada deve manter em forma líquida para garantir a continuidade de suas operações.

Assim, as variações de renda fundiárias incorporadas ao preço da habitação somente são realizadas à medida que o imóvel é comercializado; porém, o volume

¹⁷ No item 4.2.1.2 será mostrado a intervenção dos construtores que atuam como capitais incorporadores na cidade de Dois Vizinhos.

de imóveis comercializados diretamente pelo capital incorporador vai se tornando hegemônico na promoção de novos empreendimentos. Ou seja, a promoção imobiliária sob a proteção dos interesses de incorporação restringe, de certa forma, a extensão do mercado imobiliário controlado diretamente pelo capital geral.

Para o mesmo autor, o capital comercial supostamente reduz os custos de circulação, na medida em que estes custos seriam mais elevados se cada unidade industrial tivesse que, converter suas mercadorias produzidas diretamente em dinheiro.

Ainda diz Smolka que ao capital industrial imobiliário interessa aumentar a produção real de habitação e realizá-la onde “o aumento das rendas fundiárias no preço final do imóvel, por um lado, representa um artifício para ampliação da demanda efetiva em certos mercados e, por outro, reduz este mesmo mercado, à medida que o elitiza (SMOLKA, 1987, p.68).”

Harvey (1980) também faz uma importante consideração a respeito do capital, dizendo que este é um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado e periférico estão profundamente implicadas. Nesse sentido, entende-se que a sustentação do sistema no qual se insere a sociedade está na acumulação do capital ao longo do tempo. Essa acumulação só se intensifica com o aumento dos meios de produção e, por consequência, do consumo; assim sendo, surge a necessidade de mais produtos se tornarem mercadorias.

Nesse contexto de reprodução do capital por meio da produção de mercadorias, serão feitas algumas considerações com relação à terra urbana enquanto mercadoria.

Low-Beer (1983) não considera a terra um bem produzido, e por esse motivo, em seu entender, ela não deve ser considerada mercadoria. Dessa forma, a renda produzida pela propriedade do solo não se constitui em capital, apesar de muito se assemelhar.

Segundo Singer (1982, p.21), o capital é “[...] constituído pela propriedade privada dos meios de produção, os quais, quando movimentados pelo trabalho humano, reproduzem o seu valor, o valor da força de trabalho gasta e mais um valor excedente, que aparece nas mãos do capitalista sob a forma de lucro.”

O mesmo autor ainda diz que “[...] a ocupação do solo é apenas uma contingência que o seu estatuto de propriedade privada torna fonte de renda para quem o detém (SINGER, 1982, p.21).” Complementa as idéias afirmando que “o capital imobiliário é [...] um falso capital. Ele é, sem dúvida, um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é a atividade produtiva, mas a monopolização do acesso a uma condição indispensável àquela atividade (SINGER, 1982, p.22).”

Entende-se que Singer (1982) e Low-Beer (1983) não consideram a terra como mercadoria pelo fato de ela não ser um bem produzido, e sim, um bem natural; contudo entendem que a terra constitui-se como condição básica para a realização de qualquer atividade econômica, podendo gerar renda aos possuidores de sua propriedade privada. Nesse sentido “[...] a propriedade privada do solo significa o domínio de uma condição específica para a realização do processo de produção e circulação de mercadorias, cujo cerne é o lucro (LOW-BEER, 1983, p.34).”

Nesse sentido concorda-se que a instituição da propriedade privada da terra permite que seja atribuído um valor de uso e valor de troca à terra, em que o direito à propriedade transforma a terra em capital e, conseqüentemente, em mercadoria.

Compreende-se o espaço urbano como mercadoria, visto que ele é produzido e vendido enquanto solo urbano, sujeito a especulação, em que a apropriação do espaço ocorre de forma diferenciada por estratos diferenciados da sociedade.

A cidade expressa em sua configuração socioespacial o processo de produção e reprodução do sistema capitalista, o qual é uma forma de apropriação do espaço urbano produzido; ou seja, a cidade “como materialização do trabalho social, instrumento na criação de mais-valia é condição e meio para que se instituem relações sociais diversas (CARLOS, 1994. p. 84).”

Nessas relações sociais, destaca-se um modo determinado de apropriação da cidade, que é expresso através do uso e ocupação do solo urbano. Contudo, faz-se necessário ressaltar que esse uso ocorre, evidentemente, através dos condicionantes do processo produtivo vigente. No capitalismo, o uso do solo urbano será determinado pelos processos de troca realizados no mercado mediante o processo de apropriação da terra urbana via propriedade privada. Isso denota o caráter de mercadoria que a terra urbana assumiu no capitalismo ou seja, “o acesso ao espaço na cidade está preso e submetido ao mercado, onde a propriedade privada do solo urbano aparece como condição do desenvolvimento do capitalismo (CARLOS, 2004, p.27).”

Segundo Singer (1982), as regras do jogo capitalista se fundamentam no estatuto da propriedade privada e determinam a renda do solo¹⁸.

¹⁸ Sposito (1990) classificou a renda fundiária urbana em: diferencial I, diferencial II, absoluta e de monopólio, em que a renda diferencial I depende das condições particulares do terreno (declividade, área, localização), enquanto a renda diferencial II depende do capital investido no entorno do terreno (privado ou público) e no próprio terreno. A renda absoluta na cidade independe de sua localização e de suas características, mas simplesmente pela propriedade privada do solo. E a renda de monopólio existiria pelas características não reproduzíveis que um terreno teria dentro da cidade, o qual permitiria a seu proprietário a obtenção de preços menores do que os preços do monopólio. Contudo faz-se necessário lembrar solo urbano, estariam sendo formados pelos diferentes tipos de rendas, o que denota a dificuldade de se identificar cada uma delas.

O uso do solo na economia capitalista é regulado pelo mecanismo de mercado [...]. Os preços no mercado imobiliário tendem a ser determinados pelo que a demanda estiver disposta a pagar [...]. No mercado imobiliário, a oferta de espaço não depende do preço corrente, mas de outras circunstâncias. A produção do espaço urbano se dá, em geral, pela incorporação à cidade de glebas que antes tinham uso agrícola. O seu “custo de produção” é, nestes casos, equivalente à renda (agrícola) da terra que deixa de auferir. Mas não há uma relação necessária entre este “custo” e o preço corrente no mercado imobiliário urbano. Como a demanda por solo urbano muda frequentemente, dependendo em última análise, do próprio processo de ocupação do espaço pela expansão do tecido urbano, o preço de determinada área deste espaço está sujeito a oscilações violentas, o que torna o mercado imobiliário essencialmente especulativo (SINGER, 1982, p.23).

Dessa forma, entende-se o espaço como condição essencial à realização de qualquer atividade produtiva humana, tornando-se uma fonte de renda para quem o detém. A terra como instrumento de produção e suporte é matéria-prima para a produção de qualquer atividade, e enquanto localização, não pode ser reproduzida. Como bem não reproduzível, seu preço não pode ser regulado pelos mecanismos normais de mercado, e sim, por um conjunto de fatores, como a renda do solo, a demanda do mercado, a expansão territorial da cidade, a infra-estrutura do entorno, os parâmetros urbanísticos estabelecidos pela legislação urbanística (Lojkine, 1997).

Nesse sentido, os ganhos no mercado imobiliário acontecem pela apropriação da urbanização do entorno que eleva o preço da terra, conforme Ribeiro (1982, p.30):

[...] é a utilização capitalista do espaço urbano que confere à propriedade privada da terra um valor, isto porque os vários agentes capitalistas estabelecem uma concorrência para controlar as condições que permitem os surgimento de lucros extraordinários. A origem destes lucros extraordinários esta no acesso diferenciado que a localização dos terrenos propicia ao uso do valor. Neste sentido, o preço da terra nada mais é do que uma transformação sócio-econômica do sobrelucro de localização.

Assim, o preço da terra se caracteriza como instrumento de segregação urbana, que diferencia acessibilidade e qualificação urbana para diferentes estratos de renda. Deste modo, se faz importante salientar que as imobiliárias, construtoras,

loteadores e o Estado determinam as intervenções no espaço, que se torna produto de uma estrutura urbana. Há portanto, um jogo de interesses em conflito que faz da cidade um espaço desigual.

As formas assumidas pelo processo de produção do espaço urbano, em decorrência da divisão social e territorial do trabalho, refletem a contradição entre um processo de produção socializado e sua apropriação privada. Implicam na contradição entre os interesses e necessidades da reprodução do capital, de um lado, e do desenvolvimento da sociedade, de outro.

Nesse sentido, a cidade torna-se um bem material, consumido de acordo com as leis de reprodução do capital. O mesmo processo que transforma a cidade em mercadoria, através da valorização da renda do solo, transforma o urbano em produto que possui valores de uso e de troca específicos.

Segundo Bellido; Tamarit apud Leitão (1999), na apropriação do espaço urbano ocorre o predomínio do valor de troca sobre o valor de uso:

[...] quando pela lógica de crescimento da cidade algum elemento ou setor da mesma desenvolve a possibilidade de abrigar usos que permitem a obtenção de elevados valores de troca, então o capital trata de apropriá-lo e transformá-lo, ainda que seu valor de uso seja elevado, ou seja, que preste um serviço para a população (BELLIDO; TAMARIT apud LEITÃO 1999, p.40).

Em função do valor do solo, as populações de menor poder aquisitivo, instalam suas moradias em locais afastados do centro e desprovidos de infraestrutura e equipamentos. Tal fato os mantém distantes, não permitindo que manifestem suas reivindicações ou que poluam visivelmente locais valorizados na cidade. As questões locacionais interferem em todo o ambiente urbano, em que cada fração do solo recebe destino apropriado para a ocupação conforme o valor e a localização.

Com a intensificação das relações capitalistas, as áreas centrais passaram a representar uma porção de grande valor financeiro, devido aos serviços e atividades ali desempenhados. Por geralmente constituírem a parte mais antiga da cidade, tais áreas possuem infra-estrutura consolidada, que contribui para valorizá-las e torná-las objeto de interesse do capital imobiliário.

[...] a cidade é a condição geral da produção, este fato impõe uma determinada configuração ao urbano, aparecendo enquanto fenômeno concentrado, fundamentado numa complexa divisão espacial do trabalho, formando uma aglomeração que no capital, tem em vista o processo de acumulação (CARLOS, 1994, p.37).

A divisão espacial da cidade revela que o centro, em função da complexidade de elementos que configuram sua paisagem, assume posição de destaque no contexto urbano, pois ali está concentrada a maior parte das atividades.

A segregação socioespacial ocorre de maneira proporcional ao desenvolvimento das relações capitalistas, nas quais se observa uma concentração de renda, que é muito alta para poucos e baixa para muitos. Es últimos, como consequência, têm maiores dificuldades de acesso a habitação, educação, saúde, entre outros benefícios. Dessa forma o ambiente construído e apropriado pela sociedade pode ser entendido como produto racional do processo de acumulação capitalista (HARVEY, 1980).

A produção do espaço urbano, em decorrência do processo de acumulação capitalista, evidencia a necessidade de novos espaços para a concentração de população e de elementos para a sua reprodução, criando ambientes diferenciados de trabalho, consumo e lazer, onde as desigualdades refletem as diferenças de poder aquisitivo. Essa variação no uso do solo urbano é condição específica para a valorização do espaço e do capital, de maneira que, “[...] o solo e suas melhorias são

freqüentemente valorizadas de acordo com seu melhor e mais alto uso (HARVEY, 1980, p.195).”

O mercado de terras é dominado por imobiliárias, incorporadores, construtores e proprietários fundiários, que, firmados na lógica capitalista, utilizam seu potencial econômico para controlar o acesso à terra¹⁹.

Campos Filho (1999) considera a atividade imobiliária como produtiva e improdutiva. Para o autor, a atividade é produtiva quando se investe capital e se utiliza o trabalho produtivo do trabalhador para produzir uma mercadoria (lote urbanizado, habitação, edifício), gerando nessa atividade de produção valor e riqueza social. Na atividade improdutiva não se gera riqueza social. Nela há produção de valor e riqueza social para o proprietário da terra, sem que se invista em trabalho, portanto ela assume caráter especulativo.

Nesse contexto, a especulação imobiliária seria a forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida de outros setores produtivos da economia, especialmente os investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos urbanos. A especulação sustenta-se na existência de poucos lotes urbanizados e de um grande número de lotes sem urbanização, o que provoca uma diferenciação crescente dos estoques, de maneira que primeiro se comercializam alguns terrenos, reservando os melhores para venda posterior, quando a área estiver mais ocupada e com melhor infra-estrutura, o que contribuirá para a valorização da área. O alto preço da terra urbana também incentiva a verticalização, solução encontrada pelo mercado imobiliário para diminuir os custos e ampliar os ganhos em capital.

¹⁹ A influência dos proprietários fundiários, imobiliárias e construtoras no mercado imobiliário duovizinhense pode ser observada no item 4.2.

Quando da abertura de loteamentos distantes da malha urbana ficam vazios urbanos que poderão ser beneficiados, pois quando for estendida e infra-estrutura ao novo loteamento, essa infra-estrutura passará por essa área, contribuindo para sua valorização, prática muito utilizada no Brasil e na cidade de Dois Vizinhos.

A especulação é prejudicial também para as pessoas que dependem de aluguel, pois a valorização da área igualmente contribui para o aumento do preço do aluguel, o que muitas vezes faz com que as pessoas tendam a procurar imóveis mais baratos. A grande procura por imóveis e a sua escassez para locação ou venda também contribuem para a valorização imobiliária.

Posteriormente, no item 4.2, será abordado o papel do capital no espaço urbano de Dois Vizinhos.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1 LOCALIZAÇÃO

A cidade de Dois Vizinhos localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense, Mesorregião Sudoeste Paranaense (Mapa 1), Microrregião de Francisco Beltrão. Situa-se a 25° 44' de latitude sul e 53° 04' de longitude oeste, distando 530km de Curitiba.

O clima predominante na região é do tipo subtropical úmido mesotérmico (Cfa), de verões quentes, geadas pouco freqüentes e chuvas com tendência de concentração nos meses do verão. Nos meses mais quentes a temperatura média é superior a 22°C, e nos meses mais frios, inferior a 16°C (MAACK, 1968).

Alterações das rochas basálticas, associadas ao clima da região, deram origem aos solos do tipo terra roxa, nos quais os solos mais profundos ocupam áreas aplainadas e mais suavemente onduladas, enquanto as superfícies de maiores declividades são ocupadas por solos rasos, dentre os quais se destacam três tipos: latossolo roxo, muito ácido e com baixa fertilidade; terra roxa estruturada, com solos profundos, argilosos e com elevada fertilidade natural; e litólicos, solos pouco profundos e suscetíveis a erosão (MAACK, 1968).

Faz parte da Mesorregião Sudoeste Paranaense, tendo como limites territoriais, ao norte, os municípios de Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu, a leste São Jorge do Oeste, a Oeste Salto do Lontra e Enéas Marques, e ao sul, Verê (Mapa 2).

3.2 A FORMAÇÃO GEOECONÔMICA DO SUDOESTE PARANAENSE E MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Este tópico orienta-se pelo objetivo de resgatar aspectos importantes da formação geoeconômica do Sudoeste Paranaense e do município de Dois Vizinhos. Aborda-se a ocupação e a formação da região e do município, visando à compreensão do contexto histórico-geográfico no qual estão inseridas.

O povoamento da região do Sudoeste Paranaense ocorreu em duas fases: iniciou-se com a chegada dos caboclos e efetivou-se com os colonos oriundos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O caboclo não deixou marcas significativas na região, pois não se fixava ao lugar: tomava posse, derrubava o mato, negociava a terra e seguia em frente, à busca de novas terras (ABRAMOWAY, 1981).

No governo do Presidente Getúlio Vargas (1943), foi criada uma colônia agrícola ligada diretamente ao Ministério da Agricultura, com a designação de Colônia Agrícola Nacional General Osório - CANGO, sediada em Francisco Beltrão, tendo por objetivo delimitar e estabelecer a colonização desta área com o excedente de mão-de-obra agrícola do Rio Grande do Sul.

Para Lazier (1997), a ação da CANGO foi de fundamental importância para a efetivação da colonização do Sudoeste, pois distribuiu terras gratuitamente e ofereceu madeira para construção de casas, sementes e ferramentas para a produção agrícola. Entretanto, essa criação foi ilegal, visto que, estando essas terras em disputa jurídica entre a União e a Companhia São Paulo - Rio Grande desde 1940, não poderiam ter sido utilizadas antes da regulamentação.

A ação ilegal da União prosseguiu, pois em 1950, no Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, a própria União vendeu à Clevelândia Industrial Territorial - CITLA toda a gleba Missões e parte da gleba Chopim (WACHOWICZ, 1985).

Na época o Governador do Paraná, Moisés Lupion, interveio em favor da CITLA, permitindo que as terras fossem escrituradas em favor desta, mesmo sabendo que essas glebas já estavam sendo ocupadas através da CANGO, ou via posse direta.

Com a eleição de Bento Munhoz da Rocha Neto para Governador do Estado do Paraná, foi proibido o fornecimento da SISA²⁰, o que impedia que a CITLA passasse escritura aos que comprassem suas terras.

Durante a gestão do Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, os colonos gaúchos afluíram em grande número. As condições de sobrevivência em seu estado haviam se agravado, pois com o aumento das famílias e a minimização da propriedade rural tornara-se inviável a sobrevivência no campo, o que contribuiu para migrações em busca de novas oportunidades na nova fronteira agrícola do Sudoeste Paranaense.

Na eleição de 1955, Moisés Lupion reelegeu-se governador e liberou o fornecimento da SISA, obrigando a CITLA a aceitar mais duas companhias imobiliárias, a Companhia Comercial Agrícola Paraná - COMERCIAL e Companhia Colonizadora Apucarana – APUCARANA.

As companhias passaram a atuar na região do Sudoeste Paranaense com o intuito de medir e demarcar as terras dos colonos ali residentes, bem como fazer a cobrança pela regularização das terras, visto que *“legalmente”* eram proprietárias dessas terras, o que levou a confrontos isolados que duraram vários anos, entre

²⁰ Imposto estadual recolhido na ocasião da escrituração de um imóvel. Essa proibição durou de 1951 a 1955, que foi o período do Governo Bento Munhoz da Rocha Neto.

colonos e jagunços²¹. Os colonos vieram a sofrer agressões físicas e psicológicas, resultando muitas vezes em mortes, o que contribuiu para que se revoltassem e se unissem contra a situação da época, visto que o Governo do Estado e a Polícia Civil eram coniventes com a ação das companhias.

Esses aspectos contribuíram para que no ano de 1957, liderados por políticos de Francisco Beltrão, os colonos se organizassem e ocupassem de forma armada as cidades de Capanema, Barracão, Santo Antônio, Pato Branco e Francisco Beltrão, que possuíam sede dos escritórios das companhias, destruindo as sedes e expulsando seus representantes. O movimento ficou conhecido como a Revolta dos Colonos.

O conflito terminou somente com a intervenção do Governo Federal, que passou a conduzir o processo de legalização de terras através da criação do Grupo Executivo Terras do Sudoeste do Paraná - GETSOP, o qual passou a demarcar e titular as terras das áreas em conflito, conferindo o direito de posse aos colonos. O Grupo Executivo também foi responsável pela abertura de estradas, construção de escolas e parcelamento do solo nas áreas urbanas dos patrimônios.

Neste contexto de migrações e conflitos pela posse de terra que ocorreu a ocupação de Dois Vizinhos por uma população descendente de italianos e alemães, que adotaram a estrutura fundiária em pequenas propriedades, com base no trabalho familiar e na agricultura de subsistência, pois buscavam na terra a fonte de sua sobrevivência (ABRAMOWAY, 1981).

Nas pequenas propriedades ocorriam plantações de feijão, trigo, milho, mandioca e fumo e a criação de aves, suínos e bovinos. Esses produtos eram destinados ao consumo familiar.

²¹ Os jagunços que atuaram na região eram contratados pelas companhias, muitos eram tirados das penitenciárias ou recrutados no Norte do Paraná.

As características topográficas de Dois Vizinhos favoreceram a ocupação, pois assemelhava-se com as áreas de origem dos migrantes (Noroeste Gaúcho e Oeste Catarinense), o que facilitava a reprodução das mesmas práticas²² e atividades agrícolas realizadas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A exploração da madeira passou a ser realizada a partir da década de 1960, quando se instalaram em Dois Vizinhos as primeiras serrarias, que constituíram uma das principais atividades econômicas do município até o final dos anos 1970.

Ainda nessa época foram instalados os primeiros moinhos para a produção de farinha de trigo e de milho (antigo Moinho Azevedo, atual Duovizinhense e Antigo Moinho Pagnocelli).

Segundo dados do IBGE (1970), já nessa época havia uma significativa atividade pecuária, com produção de bovinos, aves e suínos, destacando-se a produção de suínos, que foi uma das principais atividades do município desde o início do processo de ocupação²³. As características desta economia ratificam o caráter agropecuário de Dois Vizinhos.

Já com o status de cidade, a sede do município na década de 1970 era constituída por um pequeno núcleo (Foto 1), que possuía algumas casas comerciais onde eram adquiridos os produtos não produzidos no espaço rural (tecidos, calçados, sal, entre outros) e era comercializado o excedente agrícola.

²² Dentre essas práticas destacava-se a criação de suínos e a produção da banha e embutidos.

²³ Para Corrêa (1997) a criação de porcos foi responsável pela origem da cidade de Dois Vizinhos.



Foto 1 – Cidade de Dois Vizinhos quadrante norte (1970).

Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos.

Destarte, a origem das relações capitalistas da cidade de Dois Vizinhos tem como base simples e limitadas relações comerciais entre a cidade e o campo. Num primeiro momento tais relações se deram com a comercialização dos gêneros de primeira necessidade não produzidos no campo e a comercialização de suínos²⁴, posteriormente com a comercialização do excedente agrícola e a exploração madeireira.

A predominância de pequenas propriedades rurais e de mão-de-obra familiar foi de fundamental importância para a expansão do capitalismo no campo, visto que eram os próprios membros da família que atuavam na produção do excedente posteriormente comercializado com o capital comercial.

As relações capitalistas intensificaram-se quando surgiram as cooperativas agrícolas em moldes empresariais capitalistas, o que ocorreu em conjunto com o processo de modernização do campo. Complexificaram-se e dinamizaram-se os

processos de produção agrícola, que foram responsáveis por mudanças significativas na base técnica da agricultura do Estado do Paraná, da região do Sudoeste e do município de Dois Vizinhos.

No caso específico de Dois Vizinhos, destacou-se a Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense – CAMDUL. Esta foi fundada no ano de 1974, sendo responsável pela comercialização da produção agrícola de seus cooperados e pelo acompanhamento técnico, através do trabalho de extensão rural, prática responsável pelo ingresso da tecnologia no campo.

Neste processo de modernização do campo²⁵ os agricultores duovizinhenses passaram a utilizar novas técnicas de uso do solo, como técnicas de conservação, sementes selecionadas, implementos, insumos²⁶ e máquinas.

A produção em grande escala de culturas exportáveis ocorreu em menor proporção que nas demais regiões do Estado, haja vista que a estrutura fundiária é composta de pequenas e médias propriedades, possuindo um relevo acidentado²⁷, o que inviabilizou a mecanização e a produção em grande escala e contribuiu para a manutenção dessa estrutura fundiária.

A ação do capitalismo no município de Dois Vizinhos passou a ter maior efeito quando ocorreu a instalação de um frigorífico de aves do grupo Sadia S.A., o qual foi responsável pela introdução de um novo padrão de desenvolvimento agroindustrial, através da implantação do sistema de integração²⁸, que atrelou a produção do

²⁴ Atividade que atendia ao mercado consumidor de grandes centros como São Paulo.

²⁵ Silva (1982) classificou a modernização do campo como parcial, conservadora e dolorosa. Parcial porque se limitou a algumas regiões do país, a alguns produtos específicos e a certas fases da organização da produção; conservadora porque não rompeu com a tradicional concentração fundiária; e por fim dolorosa porque ocorreu para expulsar do campo milhares de trabalhadores rurais, contribuindo para o êxodo rural.

²⁶ Segundo Abramoway (1981), entre 1970 e 1975 o número dos estabelecimentos que passaram a utilizar fertilizantes aumentou em 899% no Sudoeste Paranaense.

²⁷ Conforme Moro (1998), a presença de um relevo ligeiramente movimentado, em boa parte da região, dificultou a mecanização agrícola, limitando a concentração fundiária.

²⁸ Sistema adaptado de modelo Norte Americano implantado primeiramente no Oeste Catarinense (Espíndola, 1999).

pequeno produtor ao capital agroindustrial. Considerando-se a importância da referida empresa para a economia duovizinhense, serão feitas algumas considerações no item 3.3.1.

A intensificação das relações capitalistas no campo no Paraná havia se iniciado nos anos 1960 e consolidou-se durante a década de 1970, como resultado do processo de modernização do campo²⁹. Levou a mudanças na base técnica da produção, à substituição de culturas e à concentração fundiária, que se refletiram na urbanização do Estado através da intensificação das migrações campo-cidade.

Segundo Moro (1998), no Sudoeste paranaense, os efeitos da modernização do campo sobre a população (migrações campo-cidade) revelaram-se mais expressivos na década de 1980, pois na Mesorregião Sudoeste o auge da modernização deu-se pouco mais tarde que nas demais regiões do Estado, visto que durante a década de 1970 a região ainda passava pela concretização de sua ocupação³⁰.

Com a modernização do campo, alteraram-se as relações de produção e de trabalho agrícola, provocando a desestruturação das condições rurais de sobrevivência e a expulsão de enormes contingentes populacionais, até então vinculados às atividades agrícolas. Parte dessa população rural se transferiu para os principais centros urbanos do Estado (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel), que, além de apresentarem maior grau de urbanização, já possuíam

²⁹ Entende-se que o processo de modernização do campo ocorreu em três momentos: Num primeiro momento – mudanças na base técnica com intensificação do uso de insumos agrícolas industriais (fertilizantes, agrotóxicos, herbicidas) e a utilização de máquinas (tratores, arados e colheitadeiras) que foram financiados pelo Estado (Poder Público Federal). No segundo momento – caracterizou-se pela industrialização da agricultura, em que foram implantadas indústrias que visavam à transformação dos produtos agropecuários, período em que se desenvolveram os complexos agroindustriais e cooperativas. No terceiro momento – caracteriza-se pela integração dos capitais (agrário, industrial, bancário), quando ocorre a expansão das grandes empresas e cooperativas do ramo agropecuário, passando a industrializar um número cada vez maior e mais variado de produtos agrícolas.

³⁰ Cabe resgatar que somente em 1972 os proprietários rurais receberam a documentação de proprietários de suas terras através do GETSOP.

expressiva atividade econômica, o que levou essas pessoas a buscarem melhores oportunidades de trabalho e renda (MOURA, 2003).

Nesse processo, ampliam-se sobremaneira o grau de urbanização do Estado e a tendência de concentração da população nos centros urbanos de maior porte, ao mesmo tempo que extensas correntes migratórias dirigem-se às áreas urbano-industriais do Sudeste, particularmente para São Paulo, às regiões de fronteira agrícola do Centro-Oeste brasileiro e ao Paraguai.

O Paraná, de receptor passa a constituir uma das principais áreas expulsoras de população do país. Se até esse período se destacava em função do forte ritmo de incremento de sua população, passou a apresentar o menor crescimento populacional entre os estados brasileiros (MORO, 1998).

Os anos 1990 refletem uma ligeira retomada no ritmo de crescimento populacional paranaense, sem dúvida ainda sob a influência da dinâmica migratória. A migração da população ainda ocorre, porém com intensidade menor. Tanto os movimentos interestaduais quanto os internos vêm sofrendo alterações. As trocas interestaduais perdem força e, internamente, os deslocamentos entre áreas rurais e urbanas, embora ocorram, dão lugar às transferências entre cidades.

As principais correntes migratórias do Estado levam para a Região Metropolitana de Curitiba e, num segundo plano, ao complexo urbano do Norte Central, onde se destacam as cidades de Londrina e Maringá. Nessas cidades ocorre o extravasamento da ocupação de seus núcleos, passando a ser ocupadas as cidades do seu entorno, o que contribui para a formação de aglomerados urbanos como o que ocorre na região de Maringá com os municípios de Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Mandaguaçu, Ângulo e Iguaçu (MOURA & MAGALHÃES, 1996).

O Paraná acompanha o padrão nacional de concentração em aglomerações urbanas, reunindo conjuntos de municípios vizinhos com elevada população e intenso crescimento econômico, os quais se constituem nos principais focos de atração de população.

Concorda-se com Moura & Magalhães (1996) quando dizem que a concentração econômica está intimamente relacionada com a mobilidade da população:

A distribuição populacional costuma acompanhar, grosso modo, a distribuição espacial de atividades econômicas; esta determina a localização das melhores oportunidades de trabalho e, por sua vez, determina as possibilidades de alcançar uma melhor qualidade de vida para a população, é normal que as migrações se dirijam, preferencialmente, para as regiões de maior dinamismo econômico (MOURA & MAGALHÃES, 1996, p.7).

Além da concentração populacional nos principais aglomerados urbanos do estado, ocorre concomitantemente o processo de esvaziamento populacional em boa parte dos municípios paranaenses, fazendo com que várias mesorregiões do estado apresentem índices de crescimento negativo. Esse fato ocorreu nas mesorregiões Norte Pioneiro, Noroeste e Centro-Occidental (IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR/IPARDES, 2000).

Pode-se observar o comportamento da população urbana, rural e total na Mesorregião Sudoeste Paranaense (Tabela 1, Gráfico 1).

Tabela 1 – Evolução da população Urbana (U), Rural (R) e Total (T) da Mesorregião Sudoeste Paranaense(SD) 1970-2000

	1970		1980		1991		1996		2000	
	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%
U	79.056	17,55	143.270	29,40	225.600	47,19	253.682	54,72	283.044	59,88
R	371.484	82,45	343.935	70,60	252.393	52,81	209.839	45,28	189.582	40,12
T	450.540	100	487.205	100	477.993	100	463.521	100	472.626	100

Fonte: IBGE 1970, 1980, 1991, 1996, 2000.

Organização: SAFFNAUER, 2004.

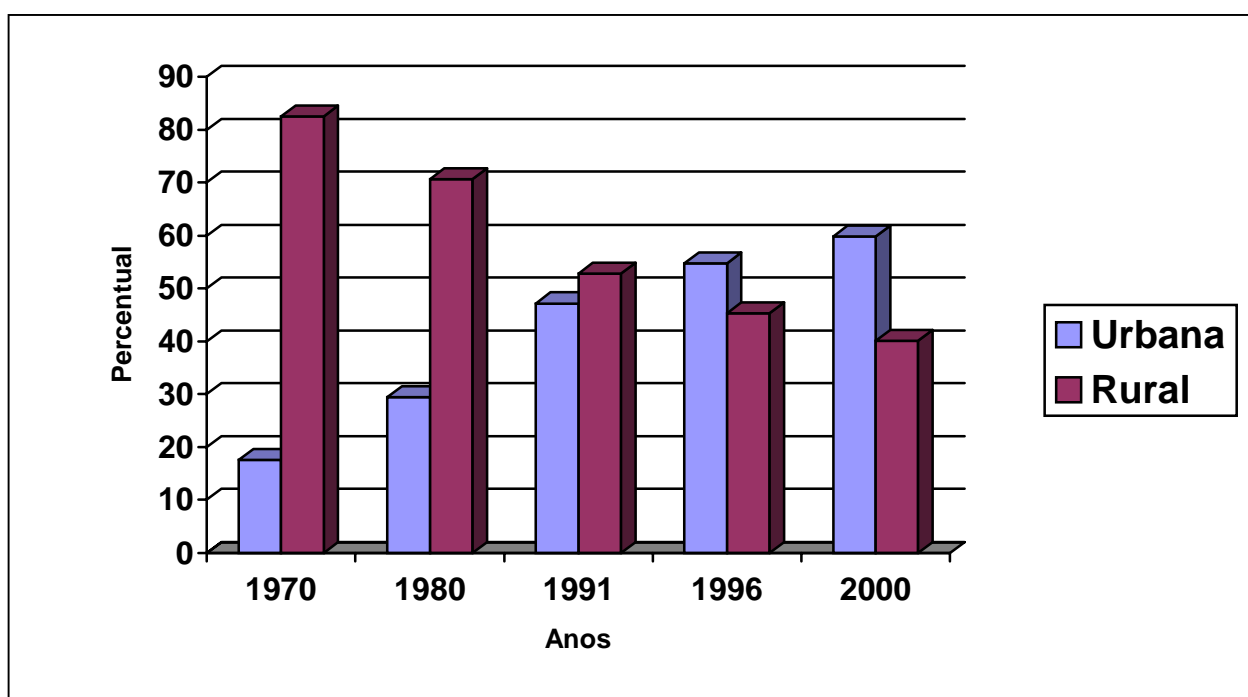


Gráfico 1 –Evolução da população Urbana (U) e Rural (R) da Mesorregião Sudoeste Paranaense (SD) 1970- 2000

Fonte: IBGE 1970, 1980, 1991, 1996, 2000.

Organização: SAFFNAUER, 2004.

Os dados acerca da evolução da população da Mesorregião Sudoeste Paranaense no período 1970-2000 revelam uma inversão populacional rural-urbana, em que uma região em 1970 caracterizava-se como “fronteira agrícola de ocupação recente,” que possuía uma expressiva população rural em decorrência do processo de ocupação baseado em pequenos lotes, com famílias numerosas. Esta população vai gradativamente migrando para as cidades.

Acredita-se que essas migrações resultaram dos seguintes fatores: 1) modernização do campo passou a utilizar sementes selecionadas, novas técnicas de plantio, máquinas e equipamentos que demandavam menos mão-de-obra; 2) a falta de incentivos ao pequeno produtor contribuiu para sua descapitalização e conseqüente migração; 3) as propriedades rurais já eram pequenas, não poderiam ser subdivididas para atender a todos os membros da família, gerando um excedente populacional.

Esses aspectos contribuíram para que em 1996 a população urbana correspondesse a 54,76%. No ano de 2000, a população urbana continuava aumentando, correspondendo a 59,88%, enquanto diminuiu a população rural, que correspondeu a 40,12%, tendo um aumento na sua população total de 1,92%. Contudo não se pode dizer que esse pequeno crescimento tenha ocorrido em todos os municípios, pois segundo o IPARDES (2002), dos 37 municípios que compõem a Mesorregião Sudoeste, apenas 6 apresentaram crescimento populacional positivo, tendo Pato Branco (2,07%), Ampere (1,90%) e Francisco Beltrão (1,03) os percentuais mais expressivos.

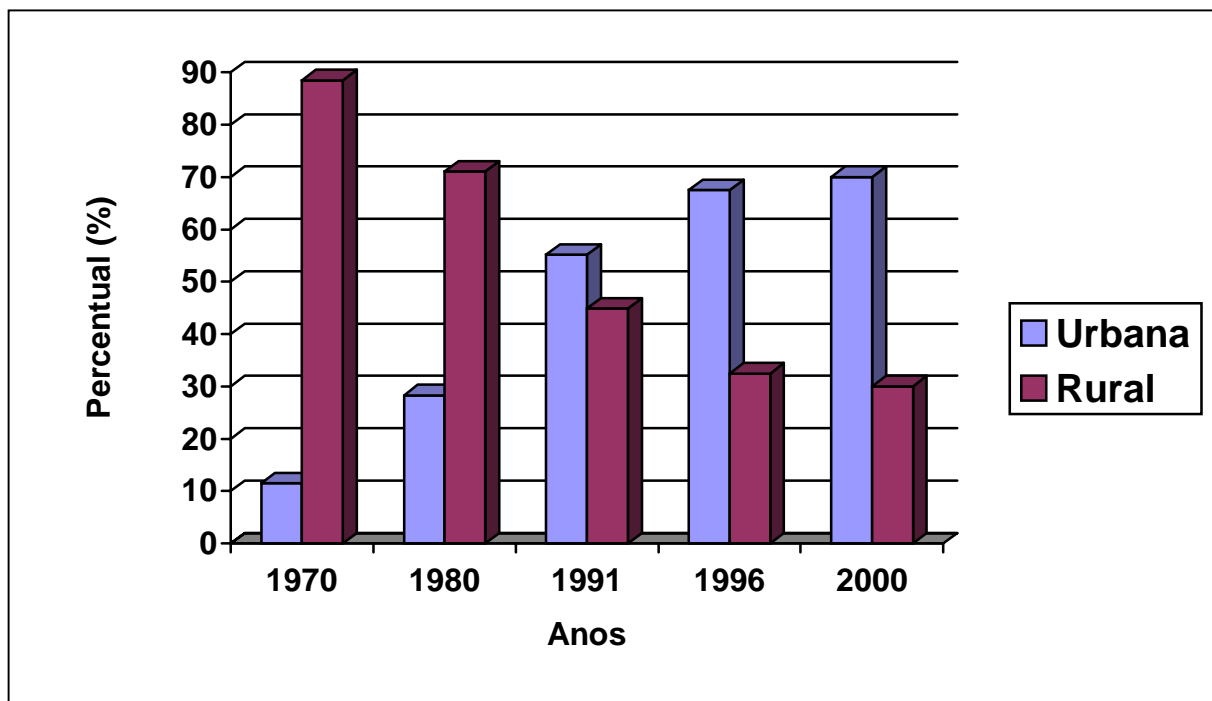
O comportamento da evolução da população do município de Dois Vizinhos assemelhou-se ao da população da Mesorregião Sudoeste Paranaense, tendo em 1980 um perfil essencialmente rural, visto que 71,07% da população viviam no campo. Onze anos depois (1991) essa realidade modificou-se, pois naquele momento 55,13% da população passou a viver na área urbana, o que correspondia a mais da metade da população. Tal fato intensificou-se até 2000, quando a população urbana passou a representar 69,98% dos habitantes (Tabela 2, Gráfico 2).

Tabela 2 – População Urbana, Rural e Total no município de Dois Vizinhos no período de 1970-2000

	1970		1980		1991		1996		2000	
	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%
U	4.301	11,48	12.286	28,93	22.202	55,13	21.669	67,53	22.380	69,98
R	33.166	88,52	30.186	71,07	18.065	44,87	10.415	32,47	9.604	30,02
T	37.467	100	42.472	100	40.267	100	32.084	100	31.984	100

Fonte: IBGE 1970, 1980, 1991, 1996, 2000.

Organização: SAFFNAUER, 2004.

**Gráfico 2** – População Urbana e Rural no município de Dois Vizinhos no período de 1970-2000.

Fonte: IBGE 1970, 1980, 1991, 1996, 2000.

Organização: SAFFNAUER, 2004.

Observa-se que num período de trinta anos - 1970-2000 - a população do município, que possuía um caráter essencialmente agrícola, passou a ter um caráter urbano. Essa mobilidade da população gerou um aumento da população urbana, o que está relacionado com transformações econômicas decorrentes da intensificação das relações capitalistas no campo.

Essas transformações no Estado do Paraná foram responsáveis por mudanças na estrutura agrária que levaram à concentração de terras. Na Mesorregião Sudoeste e no município de Dois Vizinhos essa concentração ocorreu com menor intensidade, visto que as características físicas do relevo dificultam a

mecanização agrícola e, conseqüentemente, a produção em grande escala de culturas mecanizáveis, o que favoreceu que a estrutura agrária se mantivesse com pequenas e médias propriedades.

A tecnologia no campo difundiu o uso de novas técnicas de plantio, máquinas, insumos e sementes que favoreceram a melhoria da produção e contribuíram para que diminuísse a necessidade de mão-de-obra no campo, favorecendo a migração campo-cidade.

Associada a isso, a construção da Usina Hidrelétrica Júlio de Mesquita Filho (1976) e do Frigorífico Sadia S.A. (1978) serviu de atrativo para o excedente de mão-de-obra do campo que buscava na cidade melhores oportunidades.

Reproduz-se no município a mesma dinâmica das migrações do estado esclarecida por Serra (1991, p.161):

[...] as migrações no Paraná entre os anos 1970 e 1980 como resultado da modernização do campo, em que se registravam dois tipos de migração: um, o mais comum, da zona rural para a zona urbana; outro, posterior a este, da zona urbana das pequenas cidades para a zona urbana das grandes e médias cidades do Paraná e de São Paulo.

Verifica-se que entre os anos de 1980 e 1991 a população rural do município diminuiu consideravelmente (Tabela 2 e Gráfico 2), o que certamente foi influenciado pela expansão da fronteira agrícola na Região Centro-Oeste do Brasil e Paraguai, para onde migrou grande parte do excedente populacional agrícola.

Essa questão é confirmada por Feres (1996, 52) quando diz que :

Cabe aos eliminados partir para os centros urbanos do estado, já inflados e incapazes de absorver migrantes de outras regiões; ou para o Paraguai, embalados pela promessa de terra fácil e barata, além das facilidades fiscais; ou para a frente de expansão de Rondônia e Mato Grosso, para tentar reproduzir, na última fronteira brasileira, e pela última vez o ciclo pioneiro.

No período de 1991 a 1996 percebe-se um decréscimo da população urbana, rural e total do município, como consequência do desmembramento físico territorial dos distritos administrativos de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu³¹, que se tornaram municípios no ano de 1993.

O discurso utilizado pelo representante político local na Assembleia Legislativa, Deputado Nereu Massignan (PDT), era que quanto menor o município, mais fácil seria administrá-lo, visto que diminuiriam as despesas com manutenção desses distritos (estradas, escolas, postos de saúde). Contudo, essas emancipações contribuíram para perdas, já que diminuiu a área física e conseqüentemente a produção agrícola, a população e o número de eleitores correspondente a cada município, que acarretou perda de força política.

As autoridades locais acreditavam que, com a emancipação, os novos municípios alcançariam grande desenvolvimento econômico, porém o que resultou foram municípios agrícolas de pouca expressividade, sem nenhuma ligação³² com a região do Oeste Paranaense, devido à barreira natural do Rio Iguaçu.

Os municípios resultantes desse processo emancipatório apresentavam pouca expressividade econômica e baixa capacidade de auto-sustentação, transformando-se em municípios “dependentes (MOURA, 2003, p.576).” Isso faz acreditar que essas emancipações serviram apenas para concretizar os interesses particulares de ordem político-eleitoral, onerando os cofres públicos com as novas estruturas administrativas, sem nenhum benefício à população.

Entre os anos 1990 e 2000 as migrações continuaram, porém com intensidade menor. Agricultores da região migraram para os estados de Goiás, Bahia

³¹ Segundo Censo do IBGE(1991) as populações totais dos distritos de Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu eram de 3.838 e 5.238, respectivamente.

³² Ligação interrompida em 1982 com a queda da ponte sobre o Rio Iguaçu.

e Tocantins, a fim de trabalharem em novas frentes agrícolas. Entretanto, esse agricultor não é descapitalizado; é, sim, aquele proprietário de quantidade de terra razoável, que a vende e busca melhores condições de trabalho em áreas maiores e mecanizáveis, que possibilitarão aumento de produção e lucros.

O processo de migração campo-cidade certamente continuará ocorrendo na maioria dos municípios brasileiros, mesmo que em proporções menores do que no passado, contribuindo para a redução do número de pequenos produtores e aumento do tamanho das propriedades rurais.

No Sudoeste Paranaense ainda prevalece o pequeno e o médio produtor; entretanto esse quadro permanece desta forma devido ao fato de muitos destes produtores estarem atrelados à produção de aves, suínos, leite e grãos para empresas agroindustriais.

Em síntese, a partir da modernização do campo, com a expansão das relações capitalistas, a parte dos agricultores que possui propriedades agrícolas médias em terrenos mais suaves passou a desenvolver culturas como a soja e o milho, para atender às necessidades do mercado e alcançar maior produtividade e lucros. Parte dos pequenos agricultores passou a subordinar-se ao sistema de integração, inserida na agricultura e dependente da agroindústria. Por sua vez, outra parte dos pequenos agricultores não pôde fazer parte desses sistemas, por não ter recursos financeiros para ingressar em nenhum dos ramos produtivos. Este fato levou os agricultores a partir para a área urbana do município de Dois Vizinhos ou para centros maiores, como Cascavel, Foz do Iguaçu, Curitiba (Paraná), Joinville, Jaraguá do Sul (Santa Catarina) entre outros.

3.3 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO SUDOESTE PARANAENSE E DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

As atividades econômicas dos municípios da região do Sudoeste do Paraná sempre estiveram atreladas à agricultura, visto que esta foi e continua sendo a base de sua economia, condição que não se aplica a poucos municípios, entre eles Dois Vizinhos, que atualmente tem na indústria sua base econômica.

O perfil econômico destes municípios é especializado em uma produção agropecuária³³ de numerosos pequenos e médios proprietários, com utilização de mão-de-obra familiar, em que se destaca a produção de grãos, aves, suínos e leite.

Segundo informações do núcleo de Francisco Beltrão da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento Paranaense/Departamento Economia Rural – SEAB/DERAL (2004), os principais produtos agrícolas produzidos na Região Sudoeste do Paraná continuam sendo os mesmos que eram cultivados na fase de ocupação: arroz, feijão, trigo e milho, destacando-se com maior expressividade na produção agrícola os municípios de Capanema, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Realeza.

Apesar da pouca utilização de máquinas na agricultura, se comparado com outras regiões do estado, o Sudoeste é responsável por 10% do valor da produção estadual dos principais produtos agrícolas, com destaque para o milho, por ser uma cultura desenvolvida de forma consorciada com a criação de suínos e aves. Uma das causas fundamentais dessa produção está relacionada à existência de duas

³³ Segundo IPARDES (2004) em 2002, dos 37 município que compõem a Mesorregião Sudoeste Paranaense, 30 dependiam exclusivamente de atividades agropecuárias, ocupando 42,1% dos trabalhadores, o que representa aproximadamente 94.000 pessoas.

unidades agroindustriais do grupo Sadia, instaladas nos municípios de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, que utilizam grande parte do milho produzido na fabricação de rações (IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR/IPARDES, 2000).

Na base de sua estrutura industrial predominam os gêneros tradicionais: de alimentos, de confecções e madeireiro. O gênero de alimentos é representado basicamente pelos segmentos de abate e industrialização de aves³⁴ e suínos³⁵ e na produção de leite, com pequenas unidades atuando no fortalecimento da bacia leiteira regional, por meio de melhoramento genético dos rebanhos.

O abate e processamento de aves³⁶ têm sido favorecidos pela presença de 8 frigoríficos, com destaque para as empresas: Sadia (Dois Vizinhos e Francisco Beltrão), Diplomata (Capanema), Anhambi (Itapejara do Oeste), Seva (Pato Branco) e Granzotto (Mariópolis).

Na atividade leiteira, destacam-se na industrialização e comercialização de leite as cooperativas: Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda. – CAPEG (Pato Branco), Cooperativa Agropecuária Sudoeste – COASUL (São João), Cooperativa Agropecuária de Capanema – COAGRO (Capanema), SUDCOOP – Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste (Capanema) e Cooperativa Leite Agricultura Familiar de Dois Vizinhos, bem como os laticínios: Laticínio Dois Vizinhos Ltda. – LATCO e Laticínio Treze Tílias Ltda. – TIROL em Dois Vizinhos.

As cooperativas vêm diversificando sua produção agroindustrial com a produção de ração animal, abate e processamento de bovinos e suínos, produção de derivados de milho e conservas de frutas.

³⁴ Segundo IBGE (2003), a Mesorregião ocupa o terceiro lugar na produção de aves no Estado do Paraná.

³⁵ Atividade que insere a Mesorregião como parte do pólo agroindustrial do Oeste Catarinense.

³⁶ O segmento avícola vem expandindo sua produção, que se intensificou a partir dos anos 1990, pois com o Plano Real houve uma abertura da economia para o mercado externo que favoreceu as exportações.

No que diz respeito à urbanização, a Mesorregião do Sudoeste Paranaense apresenta uma das menores taxas de urbanização entre as Mesorregiões (59,88%), e nela não se situa nenhum dos grandes centros urbanos do Estado. Destacam-se como principais núcleos urbanos Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, apresentando taxas de urbanização de 91,27%, 81,67% e 69,98% respectivamente (IPARDES, 2002).

As cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão caracterizam-se como os principais núcleos urbanos da Mesorregião Sudoeste. Desde a época de sua ocupação tiveram representatividade política no contexto estadual e federal, o que contribuiu para que fossem dotadas de vários papéis urbanos³⁷, consolidando-se como pólos regionais. Juntos oferecem aos municípios da Mesorregião Sudoeste uma diversificada estrutura comercial e de serviços.

Na prestação de serviços de ensino superior concentram as principais instituições de ensino, com destaque para: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Centro de Estudos Superiores Ltda. - CESUL e Universidade Paranaense - UNIPAR em Francisco Beltrão e Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Faculdade de Pato Branco - FADEP e Faculdade Mater Dei em Pato Branco.

O município de Francisco Beltrão destaca-se principalmente no comércio varejista e serviços, em particular nas atividades de comércio de alimentos, bebidas e confecções, serviços de alimentação, administrativos, técnicos e profissionais, transporte e comunicações. Na indústria destaca-se nas atividades de indústrias têxtil, madeireira e mobiliária³⁸.

³⁷ Órgãos públicos (IAP, IBGE, INSS, EMATER, SEAB/DERAL, DETRAN, entre outros), hospitais, instituições de ensino superior pública e privada, entre outros.

³⁸ Com destaque para as empresas AC Madefoz, Angelo Camilotti e Cozinhas Marel.

O município de Pato Branco destaca-se na indústria metalúrgica, mecânica e química. Nos serviços destaca-se nos gêneros de alimentação, administração pública, ensino particular, informática e profissionais da saúde.

Na área da saúde, Pato Branco caracteriza-se como importante centro de atendimento médico-hospitalar privado, possuindo hospitais, policlínicas, clínicas especializadas, consultórios e laboratórios, que atendem aos municípios da Região Sudoeste do Paraná e ao Noroeste Catarinense.

Pato Branco destaca-se também na atividade de informática, pois desde 1998 possui o Centro Tecnológico Industrial do Sudoeste – CETIS, uma incubadora tecnológica³⁹ que vem buscando promover a inovação e a capacitação de profissionais, assim como fomento de tecnologia para elaboração de novos produtos e serviços. O CETIS possui apoio financeiro do Governo do Estado do Paraná, Prefeitura Municipal de Pato Branco, CEFET, Universidade Federal do Paraná – UFPR e Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC.

Num segundo plano regional, o município de Dois Vizinhos apresenta um comércio especializado voltado a atender ao setor agropecuário (agrícolas, avícolas, máquinas agrícolas).

Na atividade industrial destaca-se no contexto regional por concentrar segmentos voltados aos ramos de alimentos, agropecuário e de confecções, com destaque para as empresas Agrosul, Miolar, Sadia, Diplomata, Marostin, Kuqmaq, Sulmetal, Latreille, Cropp's e Cenci.

Na atividade educacional o município de Dois Vizinhos vem ganhando destaque no contexto regional, pois recentemente passou a contar com três instituições de ensino superior: Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET,

³⁹ Abriga empresas que desenvolvem produtos de informática, software e eletrônica.

União de Ensino Superior do Sudoeste do Paraná – UNISEP e Sociedade Educacional Vale do Iguaçu - VIZIVALI, que juntas oferecem 13 cursos.

Quanto aos indicadores sociais como IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, a maioria dos municípios forma um grupo equilibrado, possuindo os melhores indicadores Pato Branco (0,849%), Francisco Beltrão (0,791) e Dois Vizinhos (0,773%), o que certamente é reflexo do componente educação, pois nesses municípios a taxa de escolaridade nos níveis fundamental e médio encontra-se acima da média estadual.

Para expor o desempenho econômico do município de Dois Vizinhos, adotou-se como parâmetro o valor adicionado, que, segundo informações da Secretaria de Estado da Fazenda (2004), é o que melhor reflete sua situação econômica, já que mostra a evolução globalizada da arrecadação por setor econômico: primário (agropecuário e extrativismo), secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços), entre os anos 1980 e 2002 (Tabela 3, Gráfico 3).

No início dos anos 1980 o município de Dois Vizinhos tinha como base de sua economia o setor primário, visto que eram praticadas atividades essencialmente agrícolas, sendo então sua população predominantemente rural, conforme referimos anteriormente. A partir do ano de 1984 o setor secundário sobressaiu ao primário, devido ao fato de a empresa Sadia S.A. ter expandido sua produção avícola. No decorrer dessa década os setores secundário e primário foram os responsáveis pela composição da maior parte do valor adicionado do município.

Os anos 1990 caracterizam-se por um aumento no setor terciário, reflexo do processo de urbanização pelo qual passou o município, visto que a maior parte da população passou a viver nas cidades, levando a uma demanda maior por estabelecimentos comerciais e de serviços (Tabela 3, Gráfico 3, Tabela 4, Gráfico 4).

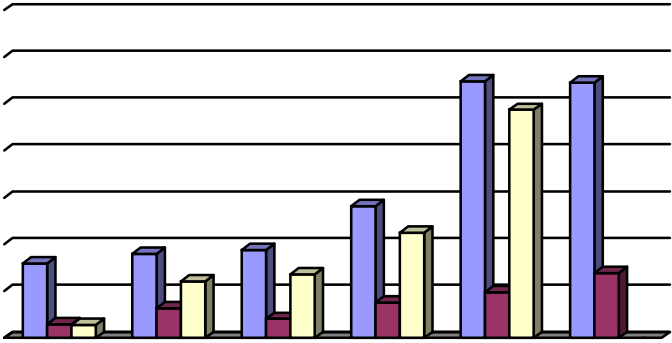


Aliadas a isso, a globalização e as inovações tecnológicas criaram novas necessidades e novo modo de vida, que propiciaram o surgimento de novas atividades, como escolas de informática e idiomas, faculdades, assistência técnica, equipamentos de informática, seguradoras, construtoras, imobiliárias, entre outras atividades.

No decorrer dos anos 1990 percebe-se que o setor secundário permanece sobressaindo aos demais. Isso pode ser explicado pelo fato de a empresa Sadia S.A., responsável pela maior parte da arrecadação de impostos no município, ter aumentado sua produção destinada ao mercado externo, principalmente para os países do Oriente Médio e da Europa, fato que se intensificou no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que permitiu a abertura das relações comerciais com outros países.

A evolução do número de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços entre os anos de 1975 e 2004 indica desenvolvimento na economia do município (Tabela 4 e Gráfico 4).

Mesmo Dois Vizinhos sendo uma cidade pequena no interior do Estado, é perceptível a atuação do capital nas atividades econômicas, constatação possível de verificação na evolução do número de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, notadamente no setor terciário, com a prestação de serviços mais complexos e uso de tecnologia de ponta.



destacavam-se os moinhos, madeireiras e frigoríficos. A maior parte das atividades, notadamente no setor terciário, caracterizava-se pela reduzida exigência tecnológica; já o setor secundário (notadamente o frigorífico) desde sua fundação apresentou utilização de novas tecnologias.

No ano de 1990 observa-se aumento considerável no número de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, porém é a partir do ano 2000 que esse aumento ocorreu de forma acentuada, sendo o metal pesado e a agroindústria as atividades que se destacaram na indústria.

No comércio, observa-se a influência do campo na produção da cidade, visto que há um comércio especializado voltado a atender o produtor rural (insumos, rações, medicamentos e equipamentos agrícolas). Nos serviços é que ocorrem as maiores mudanças. Como a cidade cresceu demográfica e economicamente, fez-se necessário um número maior de serviços (transportes de cargas, oficinas mecânicas, assistência técnica informática, profissionais autônomos em variadas áreas, entre outros serviços). Ou seja, como cresceu o número de estabelecimentos comerciais e industriais, foram necessários outros estabelecimentos de serviços para atendê-los.

Além disso, a partir de meados dos anos 1990 ocorreu o desenvolvimento de diversas empresas ligadas ao setor agroindustrial. Esse fato deve-se principalmente a mudanças na forma de gerir os negócios ocorridos na empresa Sadia S.A., que passou a transferir para terceiros a execução de tarefas que não estivessem relacionadas diretamente com a produção de seu produto final, o que caracterizou o processo de terceirização.

Foram desativados setores da empresa⁴⁰, os quais passaram a ser substituídos por novas empresas, que começaram a realizar estes serviços. Na maior parte dos casos as novas empresas foram constituídas por ex-funcionários que já conheciam a atividade e também já eram qualificados, pois quando funcionários dessa empresa recebiam treinamentos em centros maiores.

No ramo da indústria e serviços de máquinas e equipamentos para frigoríficos no município destacam-se as empresas:

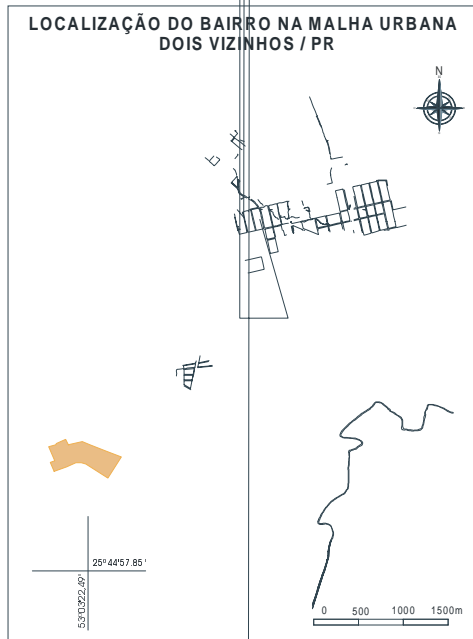
Empresa	Atividade
Frigometal	Concerto de batedouros, silos e equipamentos para laticínios.
Rei Jesus	Lavanderia e higienização industrial.
Constant	Indústria metal metalurgia.
Sulmetal	Produção de equipamentos para indústria alimentícia.
Kucmaq	Fabricação esteiras, nebolizadores, torneiras inteligentes, máquinas estratores de policárdio.
Astec	Mecânica industrial.
Marostin	Produção de ovos/ incubadora de pintainhos.
Creval	Indústria equipamentos avícolas.
Pelim Madeiras	Fábrica de paletes.
Zincar	Zincagem industrial
Inox do Brasil	Indústria metal mecânica

Quadro 1 – Principais empresas localizadas no Parque Industrial relacionadas ao setor frigorífico na cidade de Dois Vizinhos .

Fonte: ACIADV – Associação Comercial e Industrial de Dois Vizinhos (2003).

Tais empresas localizam-se no Parque Industrial (Mapa 4) e contribuem para inserir Dois Vizinhos na economia nacional, já que destinam sua produção ao mercado regional, nacional e em alguns casos até ao internacional.

⁴⁰ Segurança, transporte, limpeza, manutenção, informática, entre outros.



PARQUE INDUSTRIAL



Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos (2003)
 Fonte: Plano Diretor (1995); PMDV (2003)
 Organização: Tatiane Saffnauer

0 250 500 1000m

Mapa 4 – Parque Industrial de Dois Vizinhos.

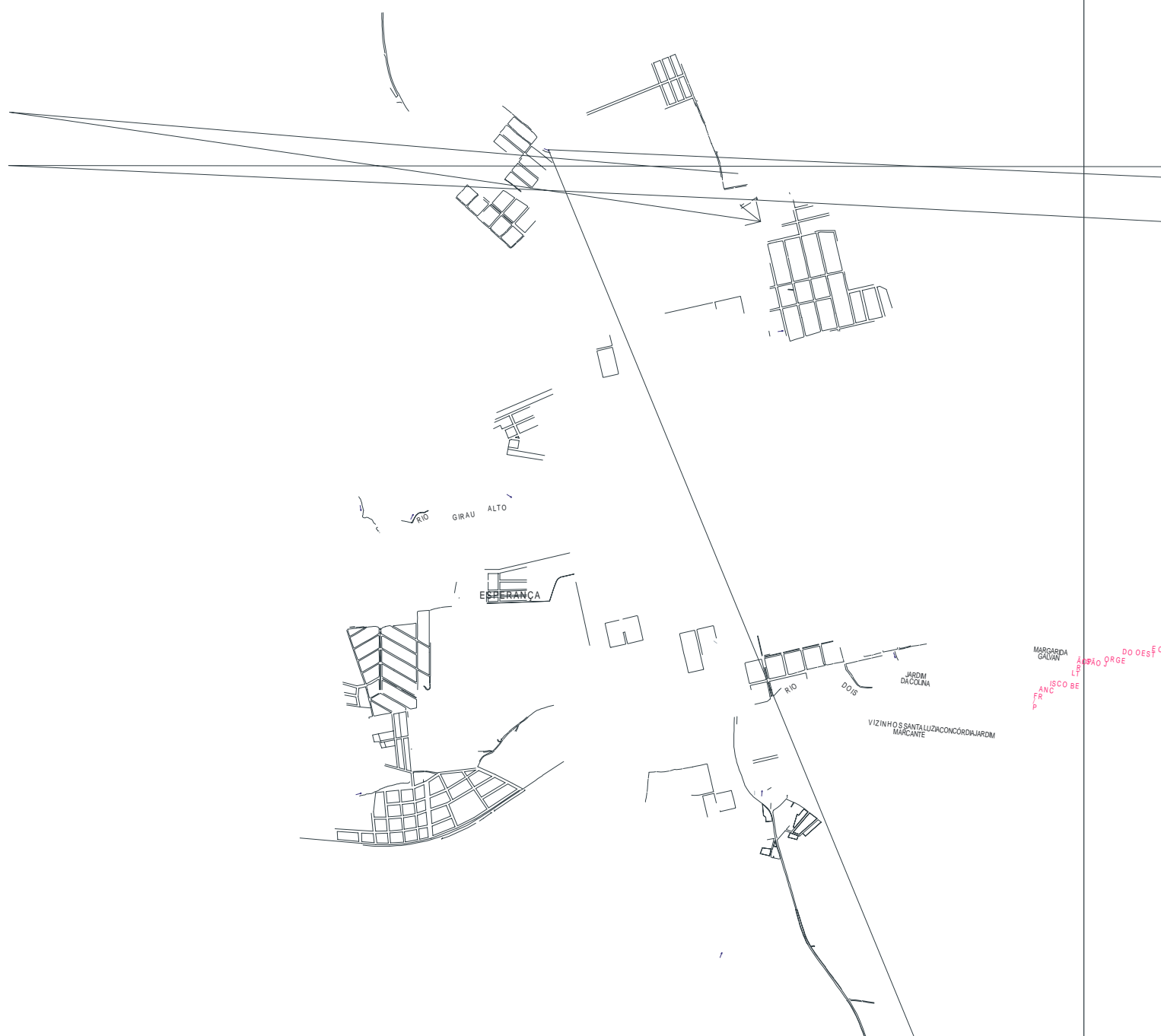
Há no espaço urbano de Dois Vizinhos várias empresas relacionadas a atividade agrícola que constituem a dinâmica do espaço urbano. Através do Mapa 5, visualiza-se a distribuição espacial das principais empresas ligadas ao setor agrícola (agropecuárias, agroindústrias, transportadoras, incubadoras).

Com o auxílio do Mapa 5 percebe-se a forte relação entre campo e cidade que ocorre em Dois Vizinhos, onde o urbano só é urbano devido à presença do rural diretamente ligado a ele. Nesse sentido entende-se o que Santos (1994) chama de regiões agrícolas e regiões urbanas, em que há uma forte relação entre campo cidade, ou seja “[...] áreas agrícolas contendo cidades adaptadas e áreas rurais adaptadas às demandas urbanas (SANTOS, 1994, p.65)”

A produção do espaço urbano duovizinhense nos últimos anos tem se norteado pela presença da indústria e prestação de serviços especializados, o que

confirma o capital na forma da indústria como um dos responsáveis por transformações na forma e na estrutura da cidade.

Neste sentido no item 3.3.1 far-se-ão algumas considerações sobre a agroindústria Sadia, haja vista sua influência na organização do espaço do município de Dois Vizinhos e Mesorregião Sudoeste Paranaense.



Mapa 5 – Distribuição espacial das principais empresas ligadas a atividade agrícola na cidade de Dois Vizinhos.

3.3.1 A agroindústria Sadia em Dois Vizinhos

As atividades da Sadia na Mesorregião Sudoeste Paranaense tiveram início no ano de 1978, com a construção de uma unidade agroindustrial para o abate de patos e frangos⁴¹ no município de Dois Vizinhos, sendo na época a maior produtora de patos do Brasil (Foto 2).



Foto 2 –Vista parcial da unidade agroindustrial da Sadia de Dois Vizinhos/PR
Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos 2002.

Em decorrência do mercado da carne de frango ter se expandido no decorrer da década de 1980, a referida unidade passou a abater somente frangos, abandonando a atividade de patos. Nesse período foram implantadas as fábricas de ração para atender aos integrados que produziam os frangos, bem como da fábrica

⁴¹ Segundo informações da Sadia (2004) a unidade agroindustrial de Dois Vizinhos atualmente possui uma produção de 503.000 frangos/dia com uma média de 12.072.000 frangos/mês, sendo considerado o maior frigorífico de frangos do Brasil.

de óleo degomado que após produzido é enviado as unidades agroindustriais de Toledo/PR e Chapecó/SC para a produção do óleo de soja refinado.

Vale lembrar que quando deu-se a instalação desta agroindústria no município a prefeitura fez doação de terreno e juntamente com o governo estadual ofereceu infra-estrutura em entradas e expansão da rede elétrica rural, visto que a região possuía deficiência nesses aspectos, e para a instalação do sistema de integração o produtor necessitava de energia elétrica para manter seu aviário bem como de estradas em boas condições para o transporte de sua produção.

Concorda-se com Alba (2002) e Espíndola (1999) quando dizem que a escolha do município de Dois Vizinhos para a implantação desta unidade foi estratégica, visto que este possui características semelhantes as encontradas do Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina⁴², mão-de-obra familiar abundante, pequenas propriedades de terras e terrenos acidentados em função dos vales dos Rios Iguaçu e Chopim, o que favoreceu o atrelamento do pequeno produtor ao grande capital agroindustrial através do sistema de integração.

A esse respeito Alba (2003, p.31) diz que:

As pequenas propriedades agrícolas foram e são importantes para o capital, pois já nasceram fragmentadas, o que possibilita às próprias empresas agroindustriais uma forma nova de estruturação industrial, obtendo-se a matéria-prima dos agricultores através do modelo de integração.

Através deste modelo de produção, as empresas conseguem preestabelecer os padrões de produção e ainda manter os produtos sob o seu controle ideológico e

agricultor/empresa. Dessa forma a agroindústria controla a produção do agricultor, determinando como deve ser a produção.

Salamoni & Gerardi (2002, p.122) confirmam esta situação dizendo que:

A agricultura, ao operar no âmbito das determinações do capital urbano-industrial, encontra oligopólios estruturados que determinam as regras do processo produtivo e da comercialização dos produtos agrícolas. Diante do cerco imposto à agricultura pelos setores industriais, comerciais e financeiros a ela conexos, imprime-lhe a fórmula: *o que, quando e como produzir*.

Com a internacionalização do capital, os processos externos (globalização) levam a disputas por mercado e determinam as mudanças nos processos produtivos, os quais se fazem refletir significativamente na produção capitalista, conforme enfatiza Pizzolati (1996, p.93) “As empresas passaram a exercer forte pressão para acelerar, mais rapidamente, a implementação e acompanhamento do novo modelo de modernização baseado na racionalização, eficiência de manejo e redução dos custos de produção.”

Essa necessidade de aumentar competitividade junto à concorrência e de acumular capital leva à modernização do sistema produtivo, que exclui parte dos agricultores, os não-capitalizados, por não atenderem às exigências do mercado. A esse respeito concorda-se com Pizzolati (1996, p.104) quando diz que “o sistema econômico de produção em que vivem os ‘integrados’, criadores de aves e/ou suínos, subordinados a um grupo industrial, é contraditório ao promover, ao mesmo tempo, a sobrevivência de um certo número e o fracasso de muitos outros.”

Mesmo com as constantes exigências por parte da agroindústria visando modernização do processo produtivo e aumento de produção é expressivo o número de produtores rurais integrados a agroindústria, sendo que atualmente a unidade

agroindustrial de Dois Vizinhos conta com 960 integrados distribuídos em 17 municípios da Mesorregião Sudoeste Paranaense (Tabela 5).

Tabela 5 – Relação de integrados por município do Sudoeste do Paraná em 2004

Município	Número de Integrados
Boa Esper. do Iguaçu	29
Chopinzinho	34
Cruzeiro do Iguaçu	31
Dois Vizinhos	301
Enéas Marques	39
Espigão Alto do Iguaçu	11
Nova Esper. do Sudoeste	16
Nova Prata do Iguaçu	20
Quedas do Iguaçu	15
Realeza	10
Salto do Lontra	144
São João	54
São Jorge do Oeste	67
Saudade do Iguaçu	30
Santa Izabel do Oeste	54
Sulina	36
Verê	69
Total	960

Fonte: Sadia Dois Vizinhos 2004.

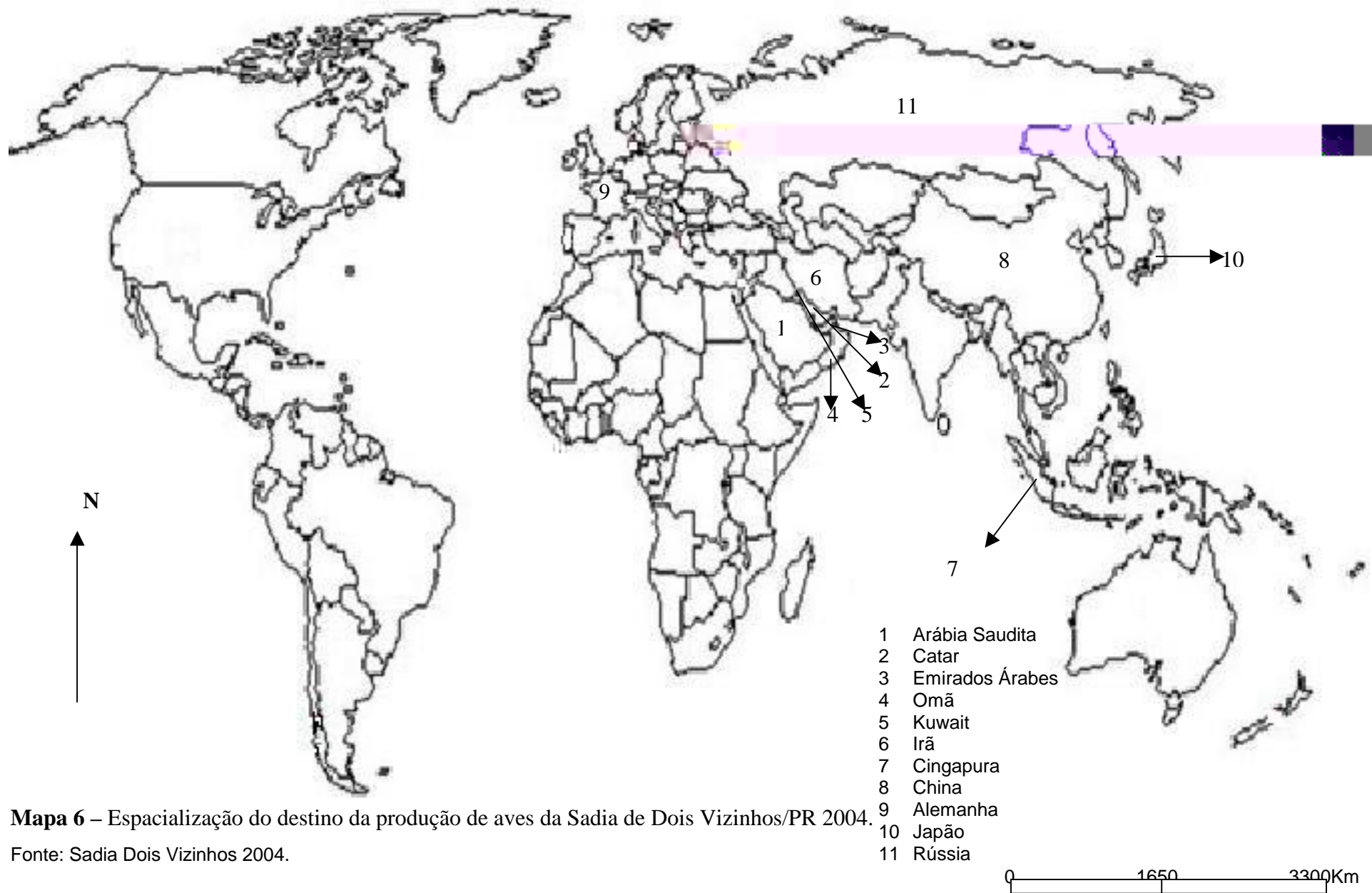
Os municípios que possuem o maior número de produtores integrados são aqueles localizados geograficamente mais próximos da unidade agroindustrial de Dois Vizinhos. Cabe salientar que o número de produtores integrados não é o mesmo de aviários, pois um produtor integrado pode possuir mais de um aviário, sendo 1206 o número total de aviários.

O grande número de produtores integrados distribuídos pela Mesorregião Sudoeste Paranaense evidenciam a forte relação entre grande capital agroindustrial e a economia local e regional. Há que se considerar, também as determinações e as inter-relações advindas da integração do lugar, com o país e com o mundo. Conforme Santos (1996, p.273) enfatiza que o lugar não tem existência própria.

Tomado isoladamente, à parte da totalidade ele é simples abstração. “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.”

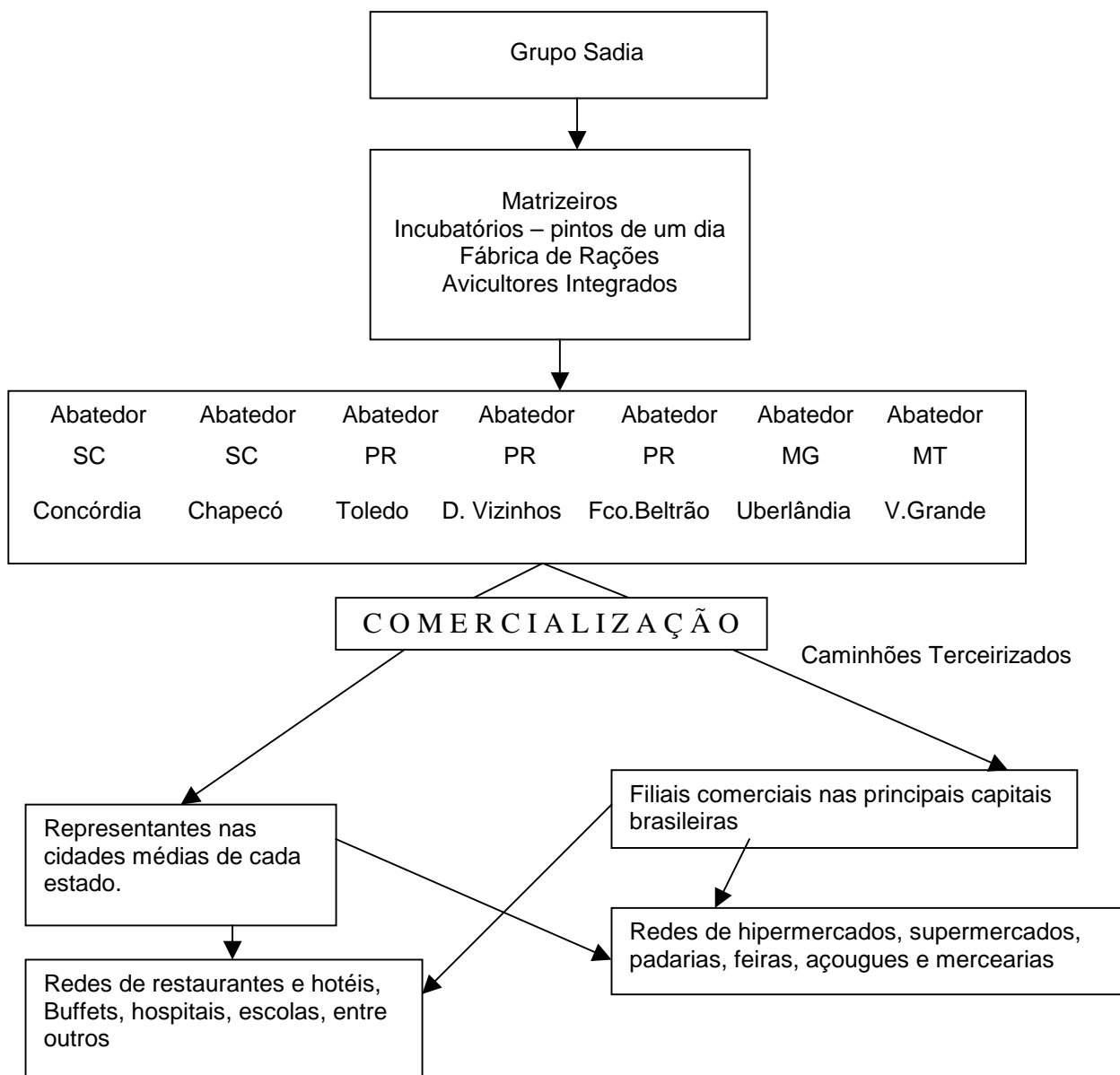
Nesse contexto, a produção, industrialização e comercialização de aves, através da agroindústria Sadia ultrapassa os limites geográficos de Dois Vizinhos, articulando sua produção com a Mesorregião Sudoeste Paranaense, com o estado do Paraná e exterior.

Assim, ao mesmo tempo que a economia local e regional esta intimamente ligada com o fornecimento de matéria-prima (aves, milho e soja) para a referida agroindústria, também o está com a dinâmica econômica do mercado da produção de alimentos nacional, e principalmente internacional, haja vista, que 90,5% da produção desta unidade agroindustrial é destinada ao mercado externo, sendo os principais países importadores: Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, Omã, Kuwait, Iran, Cingapura, China, Alemanha, Japão e Rússia (Mapa 4).

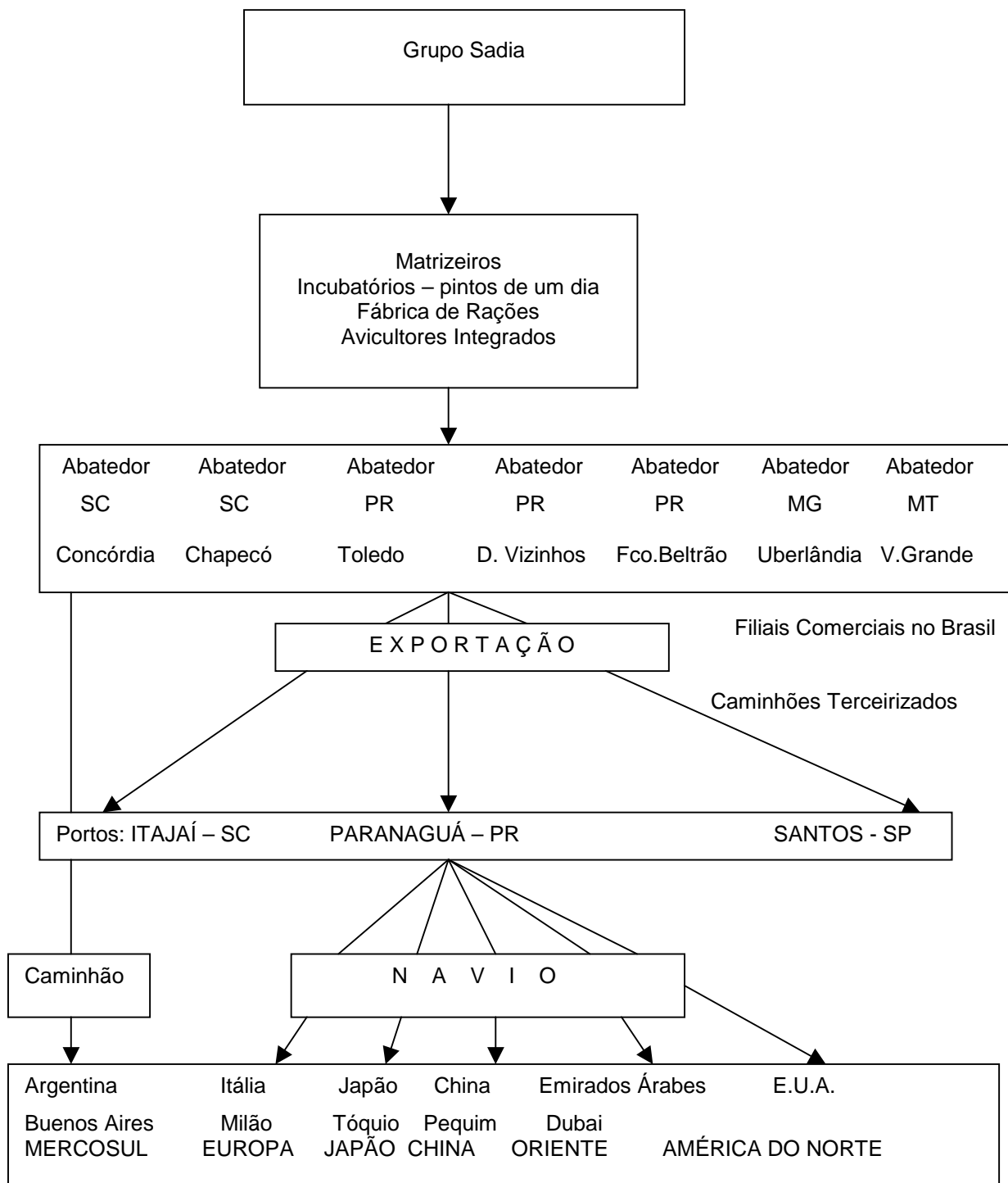


Mesmo geograficamente distantes dos grandes centros comerciais, a cidade de Dois Vizinhos possui relações com o mercado nacional e principalmente com o mercado internacional, através das relações comerciais desta empresa com esses mercados (Organograma 2 e Organograma 3).

Organograma 2 – Comércio de Aves no Mercado Interno – Brasil – 2004



Fonte: Dalla Costa, 1998
Atualizado Saffnauer, 2004

Organograma 3 – Comércio de Aves no Mercado Internacional – Exportação – 2004

Fonte: Dalla Costa, 1998
Atualizado Saffnauer, 2004

Visualiza-se pelos organogramas 2 e 3, como ocorre a produção e comercialização dos produtos para o mercado interno e internacional. A produção para ambos os mercados tem origem nas unidades produtoras localizadas nas cidades de: Concórdia e Chapecó em Santa Catarina, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Toledo no Paraná e Uberlândia em Minas Gerais e Várzea Grande no Mato Grosso. Tais unidades produtoras são responsáveis pelo abate e industrialização dos frangos que são fornecidos pelos produtores integrados. Já sua comercialização é realizada pelas filiais comerciais (localizadas nas principais capitais) e por representantes nas cidades médias para o mercado interno e também pelas filiais comerciais para o mercado externo, sendo que os produtos são transportados por caminhões para a Argentina e pelos portos de Itajaí, Paranaguá e Santos para os demais países exportadores, com destaque para: Itália, Japão, China, Emirados Árabes, Estados Unidos da América, entre outros.

A partir do momento que se realizam relações comerciais internacionais os processos de valorização do capital se internacionalizam, o desenvolvimento das cidades envolvidas, está relacionado com as decisões tomadas em outras cidades, quase sempre distantes. Dois Vizinhos, não pode ser visto isoladamente, pois está submetida ao processo de decisões no conjunto do processo capitalista de produção, pois, na medida em que o capitalismo se expande, os lugares tem que se adaptar às leis que são gerais do próprio sistema capitalista de produção. Os lugares e as empresas reestruturam-se para fazerem parte do mundo do capital mundial, caso contrário são excluídos do processo.

Desta forma, as cidades são chamadas a estruturar seus espaços de acordo com as necessidades de uma economia que é globalizada, neste sentido elas têm

que seguir o jogo, sendo que quem dá as cartas são os atores internacionais. Sobre essa questão Santos (1994a, p.130) diz que:

[...] o processo de internacionalização das cidades ora em marcha acelera essa evolução, já que a vocação mundial das cidades as envolve num movimento cujo ritmo não é dado apenas pela própria cidade, ou seu próprio país, mas pelas exigências de uma competitividade cuja escala é planetária.

Nesse contexto para atender as exigências do mercado internacional, principalmente os países do Oriente Médio, que possuem costumes e crenças ligados ao Islamismo, a unidade agroindustrial da Sadia Dois Vizinhos, modificou sua linha de produção voltada para a cidade de Meca, bem como os funcionários responsáveis pelo sangramento das aves também são oriundos dos países importadores; ou seja, a agroindústria adequou-se às exigências de seu mercado internacional. Além disso são freqüentes as fiscalizações por parte de representantes desses países, com o objetivo de verificar se estão sendo cumpridas suas exigências.

Sendo assim, percebe-se que as determinações do capital internacional interferem diretamente na economia dos locais de produção, mesmo que estes estejam distantes dos grandes centros, pois os mercados globalizados são capazes de modificar padrões de produção e inserir qualquer lugar nas rotas do comércio mundial.

4 A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE DOIS VIZINHOS

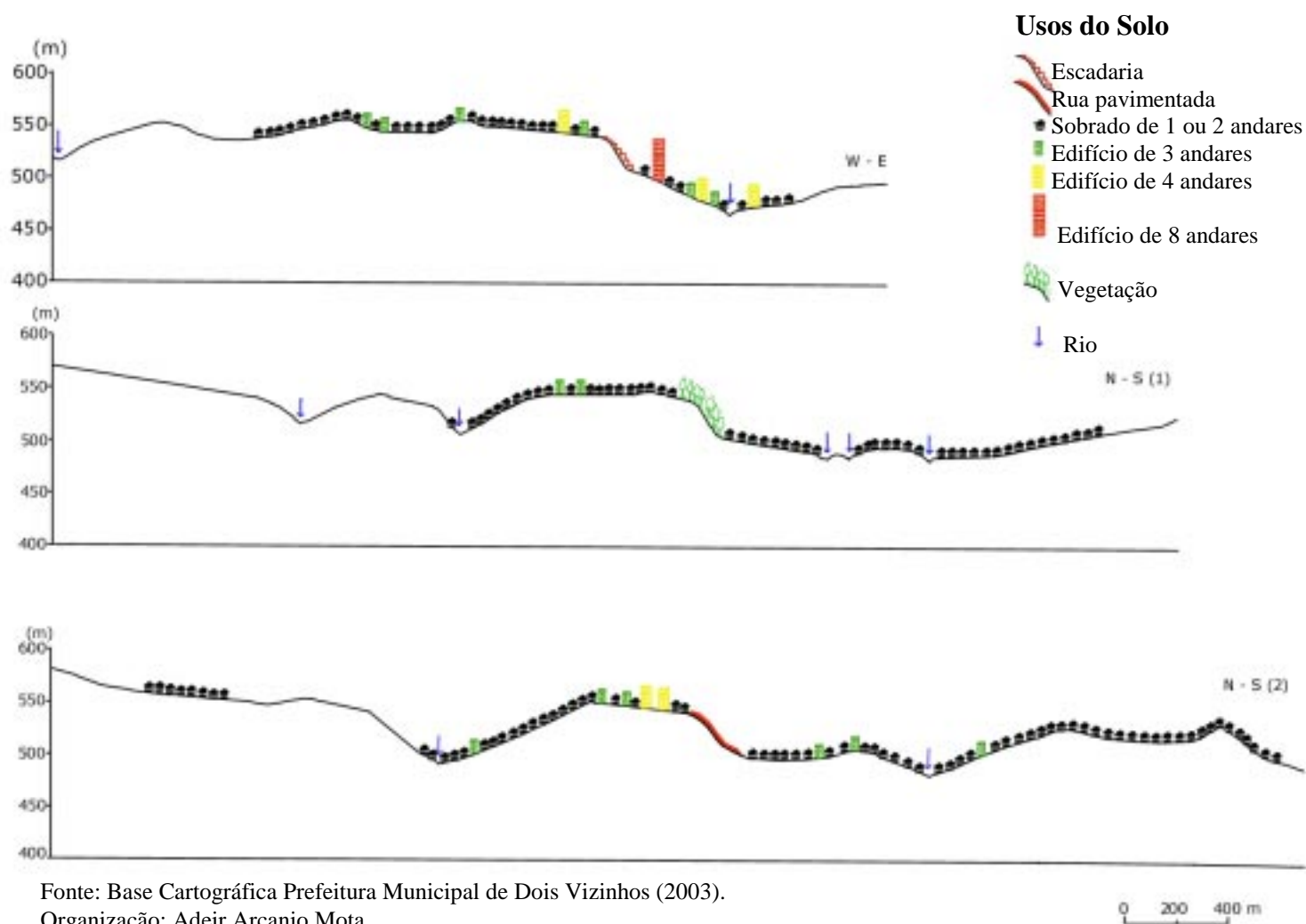
Neste capítulo tem-se como objetivo discutir os principais aspectos referentes à questão da produção e (re)produção do espaço urbano de Dois Vizinhos através da ação do Estado (Poder Público) e do capital como principais responsáveis por essa produção/reprodução.

Desde sua formação, o espaço urbano de Dois Vizinhos passou por inúmeras alterações, provocadas por grupos sociais distintos, pelos diferentes rumos econômicos e pela política praticada pelo Poder Público.

Cabe resgatar que a ocupação inicial, anterior ao parcelamento do solo feito pelo GETSOP ocorreu de forma espontânea e não planejada (no que se refere a planos urbanísticos), quando da chegada dos imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que se instalaram em áreas próximas ao córrego Água Turva, no quadrante norte da atual sede do município. Essa ocupação espontânea prosseguiu sem intervenção do Estado até o ano de 1972, quando foi realizado o parcelamento do solo urbano pelo GETSOP, que teve como finalidade principal demarcar e regularizar terras urbanas e rurais que haviam sido disputadas entre as companhias imobiliárias e colonos, conforme observamos no capítulo 3.

Como a população já estava instalada no quadrante norte da cidade de Dois Vizinhos, muitas vezes em fundos de vale, encostas e áreas de risco, esse órgão permitiu a permanência nestes locais para evitar que novos conflitos surgissem durante a realização do parcelamento do solo (Perfil 1, Mapa 7).

PERFIS DO ESPAÇO URBANO DE DOIS VIZINHOS - PR EM 2004



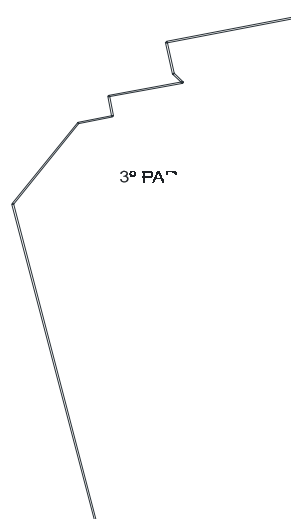


Mapa 7 - Indicação dos cortes seleccionados para elaboração dos perfis do espaço urbano de Dois Vizinhos em 2004.

O parcelamento do solo realizado pelo GETSOP dividiu o espaço urbano em: parte⁴³ norte, parte sul e terceira parte (Mapa 8), sendo a parte norte ocupada primeiramente, pois foi o núcleo de origem do município, onde se localizava a maioria das residências, a igreja, casas de comércio e praças. A parte sul passou a ser mais ocupada no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, época em que se intensifica o processo de urbanização. Na terceira parte foram implantados os equipamentos para prestar os serviços públicos existentes naquela época, como prefeitura, rodoviária, hospital, cinema e cemitério. Em parte tais equipamentos foram construídos pelo próprio GETSOP⁴⁴, que se preocupava com a localização desses serviços na área central.

⁴³ O termo “parte” foi a denominação utilizada pelo GETSOP para dividir a cidade em áreas ou zonas.

⁴⁴ Responsável pela doação de terrenos, máquinas e parte do material de construção.



Mapa 8 – Parcelamento do solo urbano da cidade de Dois Vizinhos 1972

4.1 A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE DOIS VIZINHOS

A intervenção do Estado (Poder Público) na esfera municipal, através das legislações urbanas, programas de habitação e infra-estrutura possibilita a compreensão da (re)produção do espaço urbano em questão.

A intervenção do poder público no espaço urbano ocorre de diversas maneiras. Cabe destacar as principais: elaboração e execução de políticas para implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos e de leis que regem a estruturação do espaço urbano, captação de impostos e contribuições, produção de moradias, entre outras.

A partir da periodização por gestões municipais (Quadro 2) torna-se possível compreender a intervenção do Estado (Poder Público) no espaço urbano, já que cada gestão apresenta diferente dinâmica, estratégia e ação na (re)produção do espaço urbano. Serão consideradas as gestões a partir de 1977, correspondendo a 6 gestões municipais. Convém destacar que a última gestão estudada restringe-se aos primeiros 2 anos, devido ao fato de o desenvolvimento desta pesquisa ocorrer no período final da gestão; e o período que antecede a 1977 foi desconsiderado devido às limitações impostas pelas reduzidas informações, questões que - acredita-se - não desqualificam o presente estudo.

A intervenção no espaço, notadamente em pequenas cidades, tem no Estado (Poder Público) seu principal agente. A compreensão da ação deste na (re)produção do espaço torna-se necessária para a efetivação de políticas públicas que assegurem com equidade o exercício da cidadania a toda a população.

Gestão - Período	Principais Ações
José Ramuski Júnior 1977-1982	Lei Loteamentos 141/78. Ampliação redes elétrica e água. Construção de escolas, posto de saúde e ginásio de esportes.
Dedi B. Montanher 1983-1988	Construção Conjunto Habitacional OCA (1984). Investimentos em abertura, adequação e cascalhamento de estradas rurais, facilitando o transporte da produção (suinocultura, avicultura, atividade leiteira).
José Ramuski Júnior 1989-1992	Construção das creches: Mundo Feliz, Mãe Maria, Camila e Mariana. Construção de postos de saúde nos bairros Jardim da Colina e Sagrada Família. Criação unidade central de saúde. Asfalto nas ruas centrais e arborização bairros Alto da Colina, Torres, Luz e São Francisco de Assis.
Olivindo Antonio Cassol 1993-1996	Realização mapeamento geologia urbana (1993). Elaboração e aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (1995) pelas leis: - Lei 685/95 Plano Diretor. - Lei 686/95 Perímetro Urbano. - Lei 687/95 Uso e ocupação do solo urbano. - Lei 688/95 Parcelamento do solo urbano. - Lei 689/95 Sistema viário. - Lei 690/95 Código de obras. Construção do Conjunto Habitacional Santa Luzia (1995). Construção do Conjunto Habitacional Esperança (1995). Regularização do Loteamento Nossa Senhora Aparecida pela Lei 756/96
Jaime Jacir Guzzo 1997-2000	Reurbanização do Centro Norte. Construção do Lago Dourado. Criação Parque Ecológico Jirau Alto. Conjunto Habitacional Margarida Galvan (1997). Criação Loteamento Gross e Gross II (1998).
Lessir Canan Bortuli 2001-2002	Criação de política de desenvolvimento industrial Lei 1006/02. Construção de novo prédio de secretaria de saúde. Desapropriação Hospital particular São Lucas. Construção da Casa da Cultura. Calçamento com pedras irregulares bairros Jardim da Colina e Conjunto Habitacional Vitória. Formação do Fórum de Desenvolvimento Social.

Quadro 2 - Resumo das principais ações das gestões municipais em Dois Vizinhos no período 1977-2002

Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos (2003).

4.1.1 A gestão de José Ramuski Júnior no período 1977-1982

A gestão municipal que compreendeu o período 1977-1982 foi do prefeito José Ramuski Júnior, do Partido Democrata Trabalhista – PDT, período em que se percebe na ação do poder público reduzida preocupação com a regularidade dos novos loteamentos, como também com a ação das imobiliárias e loteadores particulares. Nessa época foram abertos loteamentos irregulares, em desacordo com a Lei Federal 6766/79⁴⁵. a qual regulamentava o parcelamento do solo para fins urbanos e determinava a punição para loteadores irregulares. A implantação dos loteamentos foi norteadada pelo lucro imobiliário, em detrimento das condições de vida da população.

Enquanto para a maior parte dos municípios brasileiros a referida lei foi uma conquista, pois determinava os padrões mínimos e todo processo de aprovação e registro de loteamento, em Dois Vizinhos foi outorgado ao poder público respaldo para legalizar a documentação necessária, ainda que na maior parte dos casos em desacordo com o que estabelecia a lei sobre parcelamento do solo.

O não-cumprimento da legislação na implantação dos loteamentos confirma que a ação do Estado nem sempre atende ao que determina a legislação, e que o Estado também age de acordo com os interesses que venham a favorecer determinadas parcelas da sociedade, as mais capitalizadas.

⁴⁵ A Lei Federal no 6766/79 de 19/12/1979 estabelece uma distinção entre interesse difuso da comunidade (loteamento) e interesse individual comunitário (comprador do lote), ela estabelece instrumentos jurídicos que vieram a possibilitar a punição do loteador clandestino e a regularização urbanística da área de litígio.

É possível verificar-se o direcionamento dos interesses do Estado nas palavras do Sr. Avelino Borsói⁴⁶:

A prefeitura tinha interesse em ampliar a área urbana, visto que a população estava aumentando, independente das condições que essa ampliação ocorresse, os políticos da época denominavam a “cidade progresso” em função do crescimento populacional e territorial se comparados com as demais cidades da região.

O fato demonstra o interesse político no crescimento populacional e territorial da cidade, já que o numeroso contingente era indicativo de desenvolvimento, independentemente das condições de vida desta população.

Em entrevista com o secretário das finanças do município, Sr. Sérgio Megiolaro⁴⁷, este assim se manifestou com relação à ampliação da malha urbana e ao papel do poder público frente a esse processo:

Dois Vizinhos estava crescendo em população, as pessoas estavam saindo do sítio e buscavam melhores oportunidades na cidade. Além disso, foi feita muita propaganda em cima da instalação da Sadia, o que favoreceu para atrair gente, para nós quanto mais gente viesse melhor seria, por isso foram permitidas as aberturas de alguns loteamentos, já que essa população precisava de um lugar para morar e nas áreas centrais os moradores mais antigos não queriam se desfazer dos terrenos. A infraestrutura não era preocupação, pois até mesmo nas áreas centrais era precária e passou a ser melhorada no decorrer dos anos 80.

Percebe-se que o objetivo maior era oferecer à população possibilidades de acesso ao solo urbano, independentemente das condições em que isso viesse a ocorrer. Em consequência desta atuação política, a cidade se expandiu rompendo a continuidade da malha urbana, notadamente nos loteamentos Jardim Marcante e Jardim da Colina, no quadrante noroeste, acentuando-se as dificuldades quanto às instalações da infra-estrutura, já deficitária.

⁴⁶ Entrevista realizada em Abril de 2004.

⁴⁷ Entrevista realizada em Abril de 2004.

A falta de preocupação com as políticas urbanas é confirmada pela legislação nesse período (1977-1982), pois a única lei municipal que regulamentava loteamentos, a Lei nº 141/78, não era cumprida. De acordo com a fala do entrevistado, observam-se algumas divergências com relação ao que determinava a lei e à prática adotada, pois, a lei determinava que o loteador deveria oferecer rede de distribuição de água, rede de distribuição de energia elétrica, pavimentação e arborização; porém o loteador oferecia apenas a demarcação dos lotes e quadras, sendo que na maioria das vezes até a abertura das ruas era realizada pela própria prefeitura.

Com relação à referida lei, entre os artigos desrespeitados está o artigo 19, que dispunha sobre áreas que não poderiam ser loteadas e arruadas, como uma faixa ao longo de rios ou qualquer outro curso de água e encostas íngremes. Na prática isso foi permitido no loteamento Rex (1982), localizado na margem do Rio Dois Vizinhos no quadrante sul (Foto 3), bem como no Loteamento Central no quadrante nordeste (1979), que em determinados pontos possui terrenos em áreas de encostas (Foto 4).



Foto 3 – Vista Parcial do Loteamento Rex as margens do Rio Dois Vizinhos – Quadrante Sul.
Fonte: Tatiane Saffnauer 2004.

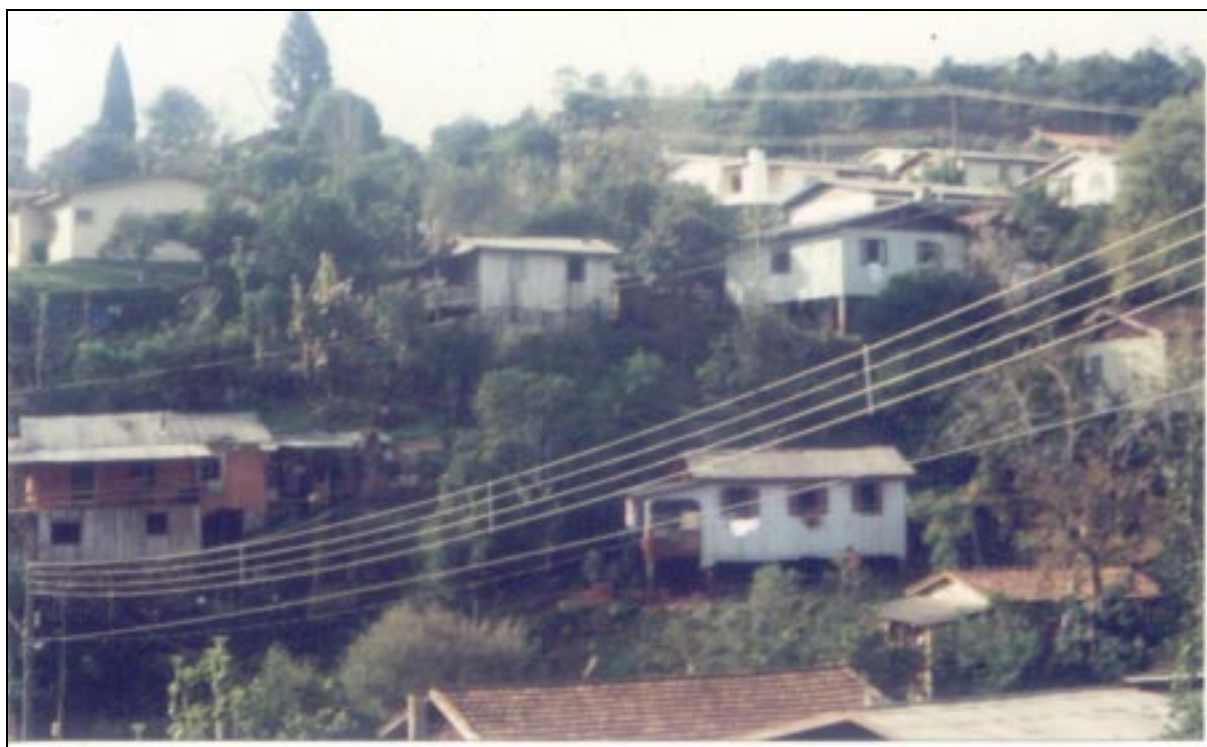


Foto 4 – Vista Parcial do Loteamento Central – Quadrante Nordeste
Fonte: Tatiane Saffnauer 2004.

A ocupação de áreas impróprias para edificação, ainda que aprovada pela prefeitura, resultou em ambientes impactantes ao meio natural (rios, fundos de vale) e de difícil habitação devido à limitada acessibilidade.

Nessa gestão foram obtidos, junto aos órgãos federais e estaduais, recursos para investimentos na construção e ampliação da rede elétrica, água, escolas, posto de saúde e ginásio de esporte, implementos que qualificam o ambiente urbano.

Também neste período instalaram-se as primeiras agências bancárias (Banco do Brasil, Banestado e Bradesco). Dotada dos serviços prestados por estas agências, a cidade tornou-se menos dependente de Francisco Beltrão e Pato Branco, ampliando as funções urbanas e fortalecendo a economia local.

Estas intervenções delineiam qualidades urbanísticas à cidade que melhoram as condições de vida da população e reafirmam a ação do Estado na (re)produção do espaço urbano.

4.1.2 A gestão de Dedi B. Montanher no período 1983-1988

A gestão do prefeito Dedi B. Montanher, do Partido do Movimento Democrata Brasileiro – PMDB (1983-1988), compreendeu o período em que se agravaram os problemas sociais decorrentes do aumento populacional⁴⁸ provocado pelo excedente populacional, pela mecanização do campo e pela falta de incentivos aos pequenos produtores, fatores que provocaram aumento na demanda por habitação, infraestrutura e equipamentos. Como a demanda não foi acompanhada de investimentos, agravaram-se problemas sociais como falta de moradia, de

saneamento, de escolas e de emprego, culminando no aparecimento das primeiras favelas⁴⁹.

Rodrigues (1997, p.53) esclarece o surgimento das favelas no Bras 3omoas -0.95]TJ

Na cidade de Dois Vizinhos as favelas são resultado das ações conjugadas do Estado e do capital, já que a lógica do capital expropria aqueles que não detêm poder aquisitivo e o Estado não atua no sentido de assegurar aquilo que determina a legislação.

No ano de 1984 iniciou-se a construção de um conjunto habitacional. Na época, o Governo do Estado (José Richa) contratou uma empreiteira denominada de Engenharia e Empreendimentos – OCA, que ficou responsável pela construção das casas no terreno da Companhia de Habitação Paraná – COHAPAR. A empreiteira faliu em 1985, quando boa parte das casas já estavam prontas e parte estava na fase final de construção.

As casas permaneceram fechadas no período de 1985 a 1988, sem que nenhuma ação fosse tomada pelo poder público municipal nem estadual para a conclusão das obras, visto que se esperava uma solução da empreiteira. A estrutura física das casas já estava ficando comprometida, quando o Padre Ivo Lazarotto, responsável pela igreja matriz Santo Antônio, teve a idéia de fazer com que estas casas fossem ocupadas. Para isso realizou reuniões com populações que moravam nas favelas da cidade, conscientizando que aquelas casas abandonadas tinham sido construídas com dinheiro público e por isso deveriam ser ocupadas. O resultado dessas reuniões foi a organização de uma procissão religiosa que resultou na ocupação das casas. No final da década de 1980 houve tentativas do poder público em tirar as pessoas das casas, bem como de realizar sua cobrança contudo até hoje nada foi pago pelas casas, que não foram regularizadas em nome de seus moradores.

As favelas surgiram nessa gestão, porém o poder público não realizou então nenhum projeto visando à erradicação ou remoção da população das favelas Vila

Paraíso e Ponte do Nicaretta, tendo sido preocupação do Estado somente na década de 1990, conforme trataremos posteriormente.

Essa gestão foi mais atuante no espaço rural do que no espaço urbano do município. Foram significativos os investimentos em abertura, adequação e cascalhamento de estradas rurais, facilitando a circulação no espaço rural. Esta política voltada à área rural adotada pelo poder público municipal decorre da importância da pecuária (suinocultura, avicultura e atividade leiteira) na economia municipal e evidencia a preocupação em criar infra-estruturas que possibilitassem a reprodução do capital.

4.1.3 A segunda gestão de José Ramuski Júnior no período 1989-1992

A gestão municipal do prefeito José Ramuski Júnior, do Partido Democrata Trabalhista – PDT (1989-1992), compreendeu o período no qual tiveram início ações para amenizar as carências sociais urbanas nas áreas da saúde, educação, infraestrutura, entre outras, que surgiram devido ao aumento da população urbana e aos reduzidos investimentos nestas áreas. Até a década de 1980 apenas 28,93% dos habitantes residiam na área urbana, enquanto na década de 1990, esse percentual subiu para 55,14% dos habitantes, o que caracterizou uma inversão de população (Tabela 2, p.76). Esta inversão populacional está relacionada com as transformações econômicas que ocorreram no campo, com a intensificação das relações capitalistas, que contribuíram para as migrações campo-cidade e, conseqüentemente, para o aumento das carências sociais urbanas, já que os

investimentos em infra-estrutura e equipamentos urbanos não foram suficientes para atender à demanda.

Foram construídas as creches Mundo Feliz e Mãe Maria no quadrante sul e Camila e Mariana no quadrante norte e noroeste, as quais vieram atender a um grande número de crianças, permitindo desta forma que suas mães pudessem entrar no mercado de trabalho. Também foram construídos dois novos postos de saúde, um no bairro Jardim da Colina, no quadrante noroeste, e outro no bairro Sagrada Família, no quadrante sul, sendo criada também a Unidade Central de Saúde, que centralizou os principais atendimentos realizados pelo SUS.

Além disto, essa gestão foi responsável por asfaltar as ruas centrais da cidade, que até então possuíam apenas calçamento com pedras irregulares, bem como pela implantação de calçamento e arborização nos bairros próximos ao centro (Alto da Colina, Torres, Luz e São Francisco de Assis). Estas ações certamente contribuíram para melhorar a qualidade de vida das pessoas que residiam nestes bairros e para a valorização de seus imóveis, que passaram a ter uma melhor condição de infra-estrutura, se comparados com outros bairros.

Percebe-se um diferencial no direcionamento dos investimentos na cidade: enquanto os equipamentos (saúde e educação) são destinados aos bairros periféricos, onde reside a população de menor poder aquisitivo, os investimentos em infra-estrutura (calçamento e asfalto) são voltados aos bairros centrais, onde reside a população abastada economicamente. Isso ratifica o que assegura Sposito (1998): que o Estado escolhe os lugares da cidade para seus investimentos, contribuindo para a estratificação espacial da sociedade.

4.1.4 A gestão de Olivindo Antonio Cassol no período 1993-1996

A gestão municipal do prefeito Olivindo Antonio Cassol, do Partido Democrata Trabalhista – PDT (1993-1996), compreendeu o período em que as ações do poder público municipal foram marcadas por um processo de mudanças políticas decorrentes da nova Constituição Federal de 1988, dentre as quais se destacam aquelas que vieram ampliar a atuação do poder público na esfera municipal.

A interferência do Governo Federal na política urbana, em âmbito nacional, deu-se por meio das reformas fiscal e administrativa promovidas pela Constituição Federal de 1988, que possibilitaram maior autonomia para os municípios. Esta redistribuição de poder capacitou a ação do poder municipal, promoveu o município a protagonista do planejamento e do reordenamento do espaço urbano, e sobretudo, transformou o governo municipal em agente promotor de política social (SILVA, 2000).

Através das mudanças trazidas pela Constituição Federal de 1988, as decisões político-administrativas passaram a ter um caráter descentralizador, passando os estados e municípios a ter maior autonomia e responsabilidades com relação às políticas públicas de gestão e controle do espaço das cidades.

A esfera municipal passou a ter mais autonomia, vigorando a ação do poder local. Ocorreram mudanças significativas com a descentralização das políticas nos setores de saneamento, habitação, saúde, educação e assistência social, que anteriormente eram regidas pelos governos estaduais e federal⁵¹.

⁵¹ Destacam-se como principais mudanças a municipalização área saúde, a educação básica, programas habitacionais em parceria município/Cohapar e a criação de políticas urbanas PDDU.

Entre as inovações trazidas pela Constituição Federal de 1988 está o capítulo sobre Política Urbana, o qual determina que os municípios elaborem políticas urbanas, como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU.

Sobre essa questão Ribeiro (1997, p.37) diz:

O capítulo sobre Política Urbana, dispõe sobre a exigência da aprovação de Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes, considerando-o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, tendo em vista garantir o ordenamento das funções sociais da cidade e o bem-estar de seus habitantes.

O objetivo do PDDU é intervir no processo de desenvolvimento local, possibilitando uma compreensão dos condicionantes políticos, econômicos, sociais, culturais, financeiros e territoriais, reverenciando assim a ação do poder público municipal.

Nesse sentido resgatamos as considerações sobre PDDU de Ribeiro (1997, p,40).

As diretrizes contidas têm alcance de longo prazo para que possam garantir a necessária coerência e continuidade nas intervenções, especialmente naquelas que dizem respeito às oportunidades econômicas no município, à distribuição das atividades no território, à proteção ambiental, à expansão da área urbana, ao uso e parcelamento do solo, e outras de igual importância, que não devem estar limitadas a um mandato eletivo, muito menos a mercê de descontinuidades político-administrativas (RIBEIRO, Ribeiro 1997, p,40).

Para atender ao que determinava a Constituição Federal com relação ao PDDU, a prefeitura municipal de Dois Vizinhos contratou a empresa Mineropar S.A. para a realização do mapeamento da geologia do município, que serviria de subsídio para posterior elaboração do PDDU, conforme destacou em entrevista o geógrafo da prefeitura Clair Antonello⁵²:

⁵² Entrevista realizada em Abril 2004.

[...] primeiro foi encomendado à empresa MINEROPAR da cidade de Curitiba um levantamento da Geologia urbana para que posteriormente pudéssemos elaborar o Plano Diretor, já que no sítio urbano do município encontram-se vários pontos de solo hidromórficos suscetíveis a deslizamentos o que facilitaria a delimitação de áreas edificáveis ou não.

Após a conclusão do levantamento da geologia urbana, iniciou-se a elaboração do PDDU no ano de 1994, a qual foi realizada por uma equipe composta de técnicos da prefeitura (arquiteto, economista e geógrafo⁵³). Estes foram incumbidos de elaborar o PDDU com diretrizes voltadas a atender às reais necessidades do município. É perceptível a pouca participação popular na elaboração do PDDU. Poucas pessoas participaram das reuniões de discussão, fato que pode ser explicado pela falta de conhecimento da população, como também pela falta de interesse do poder público na participação efetiva da população, visto que não houve preocupação em esclarecer a população sobre a importância do PDDU.

Sobre a participação da população na elaboração do plano, o geógrafo Clair Antonello⁵⁴ disse o seguinte:

Para a elaboração do mesmo realizamos reuniões em vários bairros da cidade que tinham como objetivo fazer com que a população participasse da elaboração do plano, porém a participação foi pequena, visto que a maioria da população não sabia direito do que se tratava um Plano Diretor e também não foi feita muita divulgação do que era e de sua importância. A maior preocupação da gestão era em elaborar um plano, visto que tinha se tornado uma exigência para cidades com população superior a 20.000 habitantes com a Constituição de 1988.

Entende-se que a participação da população na elaboração do PDDU seria de fundamental importância, já que este documento norteia as ações do poder público

⁵³ Consideramos positiva e surpreendente a participação de um geógrafo na equipe técnica do PDDU, pois geralmente estas equipes são compostas somente por profissionais das áreas de arquitetura e engenharia.

⁵⁴ Entrevista realizada em Abril 2004.

no decorrer do período de validade do plano, sendo do interesse da população sua efetiva execução.

Convém considerar ainda o limite de prazos para conclusão do plano, condição que limitou as possibilidades de uma participação efetiva da sociedade. O poder público priorizou a elaboração do plano independentemente da participação ou não da população.

O término da elaboração do PDDU em 1995 resultou em três documentos, os quais foram aprovados pelo poder público. O documento 1 contém a fundamentação do plano diretor, a caracterização do município e o seu diagnóstico, no qual foram analisadas as condicionantes, deficiências e potencialidades do município. No documento 2 constam as diretrizes do plano diretor, em que se abordaram as diretrizes de ordem físico-territorial, meio ambiente e social, como educação, saúde, promoção social e habitação. Este documento reúne o Plano de Ação Municipal, que contém as medidas prioritárias que deverão nortear as ações do município. O documento 3 traz a instrumentação legal, que são as leis: Lei Plano Diretor 685/95, Lei do Perímetro Urbano 686/95, Lei do Parcelamento do Solo Urbano 688/95, Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano 687/95, Lei do Sistema Viário 689/95 e Código de Obras 690/95.

A seguir estão dispostas as leis que compõem o PDDU e o que elas dispõem:

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano é instituído pela Lei Municipal 685/95 e passou a ser o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. Através dessa lei, toda política de desenvolvimento urbano a ser formulada e executada pelo poder público deverá ter como objetivo o pleno

desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar da população⁵⁵.

Pela Lei 686/95 foi delimitado o perímetro urbano da sede do município de Dois Vizinhos, sendo que até então, não havia nenhuma legislação que o delimitasse.

A Lei do Parcelamento do Solo Urbano 688/95 substituiu a Lei 141/78, que dispunha sobre loteamento e objetiva regulamentar e disciplinar os projetos de loteamento, desmembramento e remembramento do solo urbano, estando em concordância com a Lei Federal 6766/79.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo 687/95 dividiu a cidade nas seguintes zonas (Mapa 9):

- A Zona Residencial: é ocupada com absoluta predominância de uso habitacional, do tipo unifamiliar, multifamiliar, coletiva e geminada, podendo ser de dois tipos: Zona Residencial 1, Zona Residencial 2. A Zona Residencial 1 é aquela que está situada mais próxima das vias comerciais, admitindo mais densidade e a Zona Residencial 2 refere-se àquela que está situada em áreas mais afastadas, com densidade mais baixa..
- Zona Comércio Central: é aquela destinada ao exercício de atividades comerciais e de serviços comércio central e de serviços.
- Zona Comércio e Serviços 1: corresponde àquela destinada aos usos comerciais, serviços e industriais⁵⁶.

⁵⁵ A execução desta política urbana deverá estar condicionada às funções sociais da cidade, compreendidas como direito de acesso de todo cidadão à moradia, ao transporte coletivo, saneamento, energia elétrica, gás, abastecimento, iluminação pública, comunicação, educação, segurança, lazer, cultura, assim como à preservação do meio ambiente.

⁵⁶ As indústrias encontradas no município localizavam-se em áreas centrais residenciais, fato que mudou posteriormente a partir da criação e implantação do Parque Industrial, que passou a atender às exigências do PDDU, através das leis 775/96, de criação do parque industrial, e 1006/02, de expansão do parque industrial.

- Zona de Expansão Urbana: áreas não loteadas, mas que podem ser loteadas, próprias a uma futura expansão urbana, nas quais é permitido o uso agropecuário.
- Área Sujeita a Inundação: área ocupada com habitações sujeita a inundações.
- Zona Apta com Restrições: área destinada ao uso residencial com restrições.
- Zona de Risco Não Apta: podendo ser áreas de proteção ambiental ou áreas de risco⁵⁷.

⁵⁷ As áreas de ocupação de risco como encostas íngremes e áreas de solos hidromórficos, foram delimitadas pelo levantamento de Geologia executado pela Mineropar (1994).

Lei do Sistema Viário 689/95: estabelece diretrizes⁵⁸ que devem ser adotadas em todo empreendimento imobiliário - loteamento, desmembramento ou remembramento - que for executado na área urbana.

Lei do Código de Obras, a Lei 690/95: tem como objetivos analisar e orientar os projetos e a execução das edificações, em concordância com a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, e assegurar a observância do cumprimento de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade, conforto e racionalidade na distribuição dos ambientes que conformam o projeto.

Entende-se que o PDDU seja uma ferramenta para o desenvolvimento urbano, ou seja, um plano de ação para o uso e ocupação do solo que deve orientar os investimentos públicos e a escolha da localização desses investimentos, objetivando uma melhor distribuição de infra-estrutura e equipamentos urbanos. A eficiência desta ferramenta dependerá do comprometimento do poder público em executar o PDDU, atendendo às reais necessidades da população; para tanto, esta deverá participar e fiscalizar a execução das diretrizes propostas.

No que diz respeito a políticas habitacionais, a referida gestão (1993-1996) foi responsável pela implantação do conjunto habitacional Santa Luzia (1995) e do conjunto habitacional Esperança (1995) no quadrante sudoeste, tendo a implantação de ambos o objetivo de atender ao desenvolvimento social através do acesso à habitação.

A localização dos conjuntos afastados do contínuo urbano aumenta os custos de instalação da infra-estrutura e cria vazios urbanos altamente favoráveis à

⁵⁸ I - Proporcionar um fluxo eficiente e seguro do tráfego na área urbana; II - Garantir a continuidade das principais vias, inclusive nas áreas de Expansão Urbana; III - Proporcionar segurança e conforto ao tráfego de pedestres e ciclistas; IV - Disciplinar o tráfego de cargas e passageiros na área urbana, garantindo o fluido e segurança no acesso às cooperativas, supermercados, pequenas indústrias e à rodoviária; V - Estimular as tendências de uso e ocupação do solo urbano.

especulação imobiliária. Sobre os moradores recai o ônus da limitada acessibilidade, além da precariedade urbanística.

Maricato (2001, p.21) assim se refere à atuação do poder público com relação à implantação de conjuntos habitacionais:

As iniciativas de promoção pública, os conhecidos conjuntos habitacionais populares, também não enfrentaram a questão fundiária urbana [...]. Os governos municipais e estaduais desviaram sua atenção dos vazios urbanos (que, como se sabe, valorizam-se com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores) para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram que arcar com a extensão da infra-estrutura.

A atuação descrita pela autora supracitada também ocorreu na implantação dos conjuntos habitacionais na cidade de Dois Vizinhos. A localização do conjunto habitacional Santa Luzia no quadrante sudoeste teve como objetivo atender aos interesses da empresa Sadia S.A.⁵⁹, que desde longo tempo vinha pressionando o poder público municipal para a implantação de conjunto habitacional nas proximidades de seu parque industrial, para desta forma facilitar o acesso de seus trabalhadores ao local de trabalho, visto que diminuiria tempo e dinheiro com deslocamentos.

Destarte, a localização do conjunto revela que ações do Estado normalmente são orientadas pelos interesses capitalistas privados. A empresa beneficiou-se porque passou a ter seus funcionários próximos ao local de trabalho, porém a localização foi prejudicial aos funcionários, pois, como se encontravam distantes do

⁵⁹ A construção de casas populares pelo poder público municipal em área próxima à Sadia garantiu ao capital industrial, a possibilidade de contar com um numeroso contingente populacional, espacialmente concentrado e de fácil mobilidade.

centro da cidade, não dispunham de escolas, creches, postos de saúde⁶⁰ e comércio. Além disso, o fator distância encareceu a ampliação de infra-estrutura que o poder público municipal teve de implantar nesse bairro, como iluminação, pavimentação e transporte coletivo.

O Estado se vê cada dia mais comprometido com as grandes empresas monopolistas que, exatamente por serem de grande porte, vivem a exigir uma maior agilidade dos setores governamentais na criação de determinadas condições para sua expansão. Por outro lado, as necessidades de criação e manutenção das condições de reprodução da grande maioria da população das cidades, ficam relegadas a segundo plano (GONÇALVES, 1984, p.78).

Quanto a implantação do conjunto habitacional Esperança (1995) no quadrante sudoeste teve como objetivo principal erradicar as favelas das áreas centrais da cidade⁶¹. Para isso, a prefeitura utilizou um terreno próprio com limitada acessibilidade da malha urbana, para a construção das casas. A localização do conjunto tornou-se um agravante para a população, que tinha dificuldades de acesso às áreas centrais da cidade, visto que este conjunto apenas tinha ligação com o conjunto habitacional Santa Luzia. Assim era necessário passar por praticamente toda a cidade para ter acesso ao centro, ou cortar caminho pelas propriedades rurais adjacentes, o que gerou desentendimentos entre proprietários rurais e moradores. Este agravante contribuiu para que muitos abandonassem as casas, e as dificuldades de pagamento das prestações também contribuíram para que os moradores voltassem para uma das antigas áreas de favela, a Vila Paraíso.

Tanto pela localização como pela ausência de infra-estrutura (pavimentação, meios fios, sarjetas, arborização), percebe-se a intenção do poder público em direcionar a expansão da cidade e sua estruturação, com uma nítida divisão dos

⁶⁰ Estes equipamentos foram instalados posteriormente no conjunto.

⁶¹ Ponte do Nicaretta e Vila Paraíso.

espaços para segmentos de maior e menor renda, o que determina a segregação espacial.

Uma das ações dessa gestão foi a regularização de um loteamento irregular, o Loteamento Nossa Senhora Aparecida, localizado no quadrante sul. Exemplo de irregularidade dos anos 1980, foi comercializado sem aprovação do poder público e por esse motivo seus moradores não possuíam escritura de sua propriedade. A irregularidade e clandestinidade são uma realidade freqüente nas cidades brasileiras. De acordo com Souza (2003, p.263-264):

As ocupações ilegais caracterizam-se por áreas que demandam uma regularização fundiária, mas que também correspondem a características sócio-econômicas (pobreza) assim como quanto à precariedade das habitações, carência de infra-estrutura, etc.), mas a principal característica que define essas ocupações relaciona-se ao status jurídico do acesso à terra, por exemplo, as favelas; por sua vez os *loteamentos irregulares* possuem a propriedade da terra, mas os loteamentos não estão em consonância com a legislação urbanística, não preenchem os requisitos mínimos exigidos em lei, como os da lei de Parcelamento do Solo Urbano, do Código de Obras, do Plano Diretor.

O interesse em regularizar este loteamento partiu do poder público, que procurou organizar a documentação necessária para a regulamentação e assim, propiciar a emissão de escritura das propriedades. Para isso buscou a ajuda da Kremmer Imóveis, que ficou encarregada de comercializar o restante dos terrenos, bem como contatar os moradores para conscientizá-los sobre a legalização que estava sendo realizada em conjunto pela prefeitura e pela imobiliária. Desta forma, do ponto de vista legal esse loteamento só passou a existir a partir de sua aprovação através do Decreto-Lei 756/96.

Através da regularização do loteamento pela sua aprovação em decreto lei, os moradores passaram a ter a propriedade de terra, estando o loteamento

regularizado; contudo o espaço continuou a apresentar irregularidades, já que não atende aos requisitos urbanísticos que a legislação determina.

Essa gestão compreendeu o período da criação de uma nova legislação municipal, que passou a orientar as ações do poder público, caracterizando-se como um marco na atuação do Estado (Poder Público) como agente produtor do espaço urbano.

4.1.5 A gestão de Jaime Jacir Guzzo no período 1997-2000

Nesta gestão (1997-2000), do prefeito Jaime Jacir Guzzo, do Partido Movimento Democrata Brasileiro-PMDB, medidas interventivas do Estado nas áreas centrais da cidade, através da execução do projeto de reurbanização no Centro-Norte realizado com recursos do Paraná Urbano⁶², alteraram as características urbanísticas nesta área. Dentre alterações podem-se destacar: recuperação do asfalto das ruas principais, padronização das calçadas, iluminação pública, reorganização e sinalização do trânsito e revitalização das praças Ademar da Costa Machado e da Amizade, no quadrante norte.

As mudanças propiciadas com a reurbanização tiveram aspectos positivos, pois tornaram o centro-norte mais organizado e sinalizado, facilitando o deslocamento de pedestres e veículos. Contudo considera-se negativo o fato de não ter sido priorizada a arborização, já que todas as árvores foram cortadas e não foram substituídas.

⁶² Os projeto deveriam ser voltados para atender às reais necessidades dos municípios.

Entende-se que quando da elaboração do projeto para conseguir recursos junto ao Paraná Urbano, poderiam ter sido priorizados outros aspectos, como a pavimentação com calçamento de pedras irregulares em bairros como o Jardim Concórdia no quadrante sudoeste, Nossa Senhora de Lurdes e Nossa Senhora Aparecida, localizados no quadrante sul, que poderiam beneficiar um número maior de pessoas.

A ação do poder público priorizando os investimentos nas áreas centrais demonstra a negligência para com as classes menos favorecidas, que moram nos bairros periféricos, sem infra-estrutura e equipamentos urbanos.

Assim, consideram-se válidas as palavras de Mendes (1988, p.141) quando diz:

[...] podemos constatar que em termos reais, na ação pública sobre o espaço urbano, entre a sua intenção e a sua atuação, ocorre a promoção da valorização diferenciada do espaço, sendo dada melhor atenção ao centro, do que aos bairros. O Estado assim, acaba mascarando interesses bem particulares, levando gradativamente à segregação espacial.

A construção do Lago Dourado em área de solos hidromórficos, sujeita a alagamento, no quadrante sul da cidade, teve como finalidade a contenção de cheias. Essa ação foi de fundamental importância, pois resolveu problemas de alagamento que todos os anos se repetiam na época das chuvas, além de tornar a área uma opção de lazer para os moradores do Bairro Sagrada Família.

A criação do Parque Ecológico Jirau Alto no quadrante sul em parte do curso do Rio Jirau Alto teve como objetivo principal retirar moradores das margens dos rios, criando uma área de preservação permanente. Essa ação foi positiva, contudo não abarcou toda a extensão do rio no perímetro urbano, visto que o município não possuía recursos para desapropriar todas as áreas, e grande número de habitações

permaneceu nas margens do rio, sendo um dos problemas ambientais mais sérios a ser resolvido pelo poder público.

Com relação às políticas habitacionais, essa gestão foi responsável pela implantação do conjunto habitacional Margarida Galvan (1997) no quadrante norte, que atendeu à demanda por habitação popular; contudo, a instalação em área periférica distante da malha urbana dificultou o acesso de seus moradores às demais áreas, tanto pela distância como pela falta de pavimentação das vias de acesso, impondo à população o ônus da inacessibilidade ao centro da cidade (Foto 5).



Foto 5 – Conjunto Habitacional Margarida Galvan – Quadrante Norte
Fonte: Tatiane Saffnauer 2004.

A escolha do local para implantação do conjunto habitacional não se deu por acaso. Ela atendeu a interesses políticos, já que o município adquiriu a área de um vereador daquela gestão, Célio Vital Galvan. O fato demonstrou que os interesses pessoais se sobrepõem aos interesses coletivos, o que ratifica a idéia de Moreno

(2002, p.60) com relação à atuação do Estado: “[...] seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão.”

Ainda nessa gestão foram criados os loteamentos Gross (1998) e Gross II, (1998) localizados no quadrante sudoeste, que tiveram como finalidade a remoção de pessoas de áreas de risco, como fundos de vale e encostas, através da troca de lotes (permuta) sem ônus para o população, já que quando da instalação nas áreas de risco não havia impedimento algum. Essa ação foi necessária principalmente devido a problemas de deslizamento de encostas que ocorreram em 1997, levando os proprietários a entrar na justiça requerendo indenizações, já que haviam construído com autorização da prefeitura em áreas de risco e inadequadas à habitação.

Houve também disputa judicial com proprietários de terrenos às margens do Rio Jirau no quadrante sul, que por vários anos pagaram o IPTU, e quando da solicitação da autorização para construção, esta foi negada, já que os terrenos localizam-se em áreas de proteção ambiental, portanto não edificáveis, segundo a legislação. A prefeitura não dispunha de recursos para indenizar, sendo a solução encontrada a permuta de lotes.

Neste sentido concorda-se com Campos Filho (1999) quando diz que a atuação do Estado tem se mostrado de caráter curativo, quando deveria ser preventiva, o que evitaria conflitos entre poder público e população.

As intervenções do Estado (Poder Público) no espaço urbano refletem o modo de produção capitalista, sendo o espaço produzido e reproduzido num processo de produção socializado, porém sua apropriação está atrelada à capacidade privada. A constante produção e (re)produção do espaço mantém ativos

conflitos materializados pela segregação espacial, conflitos estes mediados e mantidos pelo poder público.

4.1.6 A gestão de Lessir Canan Bortuli no período 2000-2002

A gestão municipal que compreende o período 2001-2004 foi do prefeito Lessir Canan Bortuli, do Partido Movimento Democrata Brasileiro – PMDB. Esta gestão priorizou em suas ações questões sociais na área da saúde, beneficiando as classes sociais menos favorecidas. Uma das primeiras ações desta gestão foi a construção de um novo prédio para a Secretaria de Saúde, cumprindo os padrões estabelecidos pela fiscalização sanitária, com vista a melhorar o atendimento das pessoas que utilizam os serviços públicos de saúde prestados por aquela unidade.

Outra ação destinada a melhorar o atendimento da saúde pública no município foi a desapropriação do hospital particular São Lucas, localizado na Rua Inês Pinzon, no quadrante norte, que estava desativado havia mais de cinco anos (1997). Para isso, a prefeitura baseou-se na Constituição Federal Artigo 183, realizando desapropriação do imóvel com indenização ao proprietário.

Através dessa ação, buscou-se realizar a função social da propriedade, já que a estrutura do hospital em reforma funcionará como hospital municipal, o que certamente facilitará o atendimento das pessoas, que diariamente se deslocam aos municípios de Francisco Beltrão e Cascavel para atendimento médico.

No setor da cultura, a construção da Casa da Cultura, com estrutura destinada a palestras e apresentações culturais, podendo ser utilizada pelas

faculdades e órgãos públicos e privados para realização de eventos, apresenta-se como um importante elemento de equipamento urbano.

Buscando-se a expansão do parque industrial (Foto 6), foi criada uma política de incentivo ao desenvolvimento industrial através da Lei 1006/02, a qual concedeu às empresas interessadas o direito de uso de barracão no parque industrial pelo prazo de dez anos, comprometendo-se a empresa a devolver novo barracão nas mesmas condições em terreno da prefeitura ao término desse prazo.

Através dessa ação percebe-se a presença do Estado intervindo em favor do capital, já que se trata de área onde as empresas se instalam com facilidades e subsídios oferecidos pelo poder público, prática freqüente adotada em todo o país. Não obstante, cumpre elucidar quão agressiva se manifesta esta ação, já que uma entidade particular se apropria de recursos públicos de origem coletiva – os impostos – e os destina para o segmento privado, dando bases para a reprodução do capital sob o discurso de que desenvolvimento econômico é sinônimo de desenvolvimento social.



Foto 6 – Vista parcial parque industrial de Dois Vizinhos.
Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos 2002.

Essa gestão atuou na melhoria da infra-estrutura de alguns bairros periféricos (Jardim da Colina e conjunto habitacional Vitória) localizados no quadrante noroeste, com a implantação de calçamento com pedras irregulares, amenizando as dificuldades que há décadas assola a população desses bairros: no período das chuvas, o barro, e no período da estiagem, a poeira.

O poder público municipal, ao implantar infra-estrutura nesses bairros, procede de acordo com o seu orçamento e as suas prioridades. Normalmente o ritmo de implantação da infra-estrutura é menor que o ritmo de crescimento da cidade, ou seja, os anseios da população só irão ser atendidos à medida que for prioridade política, ou quando interessarem ao caráter eleitoral. Corrêa (2000, p.31) confirma essa situação dizendo que “o Estado poder vir a implantar alguma infra-estrutura urbana, a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, ou a partir de interesses eleitoreiros.”

Tal fato pode ser observado no Bairro Jardim da Colina, no quadrante noroeste, que foi um dos primeiros loteamentos implantados no município e que somente vinte e quatro anos depois (2004) recebeu calçamento com pedras irregulares, poucos meses antes das eleições municipais de 2004 (Foto 7).



Foto 7 - Implantação de calçamento no Bairro Jardim da Colina – Quadrante Noroeste.
Fonte: Tatiane Saffnauer 2004.

Destaca-se enquanto ação democrática nessa gestão o trabalho realizado em conjunto com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Dois Vizinhos – ACIADV na formação de um Fórum de Desenvolvimento, que tem como objetivo uma proposta de desenvolvimento sustentável para a cidade, num prazo de dez anos, com término previsto para o ano de 2013. Até o momento o fórum foi responsável pela implantação do “projeto lixo com capricho”, que consiste na conscientização da população para separação do lixo, com coletas diferenciadas, e na implantação do aterro industrial na área rural do município, medidas positivas do ponto de vista socioambiental.

O fórum tem possibilidades de sucesso, desde que o conte não apenas com representantes do poder público e de empresários, mas também com a participação da população, tendo-se em vista que será ela a principal favorecida com a

implantação deste projeto, que busca melhor desenvolvimento econômico com qualidade de vida.

Como visto através das gestões, o Estado, mediante a legislação e seus representantes legais, reveste-se- do poder de interventor legítimo no espaço, seja este rural ou urbano. No entanto é no urbano que as intervenções são mais expressivas, é neste espaço que se concentram as aglomerações de pessoas e atividades. O capital, não menos poderoso, tem artimanhas menos perceptíveis para apoiar sua atuação, condição que não o impede de estar mais presente e ser acentuadamente incisivo. É comum o capital pautar-se nos instrumentos (leis) do Estado para sustentar seu desempenho. Estado e capital são, assim, forças coadjuvantes ou antagônicas, dependendo das circunstâncias e necessidades da sustentação e reprodução de cada um.

Assim considerada a ação do Estado e do capital, para compreender-se a (re)produção do espaço urbano duovizinhense tem também importância a quantificação da atuação dos principais agentes produtores do solo urbano, seja o agente público - portanto, instrumento do Estado - seja o privado, instrumento do capital.

A produção do solo urbano em si, colocado à disposição da população - o solo assento de moradia ou para o uso social - já representa alterações significativas na cidade; porém, na sociedade capitalista a produção do solo urbano insere-se num contexto mais complexo. O solo urbano passa a ter um valor de troca: quanto mais trabalho lhe é incorporado, maior é o seu valor de troca e, conseqüentemente, menos acessível ele se torna, dadas as desigualdades sociais que imperam em praticamente todas as cidades brasileiras.

No que diz respeito aos agentes envolvidos no processo de produção do espaço urbano duovizinhense que têm suas atuações passíveis de quantificação, destacam-se os proprietários fundiários, a COHAPAR, a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos e imobiliárias, os quais atuaram na abertura de novos loteamentos, conjuntos habitacionais e edificação de imóveis. Dados na Tabela 6 indicam a área, o percentual e o número de lotes produzido pelos agentes.

Tabela 6 – Área urbana produzida por agente na cidade de Dois Vizinhos no período 1977-2002

Agente	Área Total Produzida	Lotes	%
Proprietários fundiários	242.262,53	422	13,00
Prefeitura Municipal	293.912,64	233	7,18
COHAPAR	589.378,00	826	25,45
Imobiliárias	1.112.183,60	1765	54,37
Total	2.237.737, 10	3246	100

Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos 2004.

Organização: SAFFNAUER, 2004.

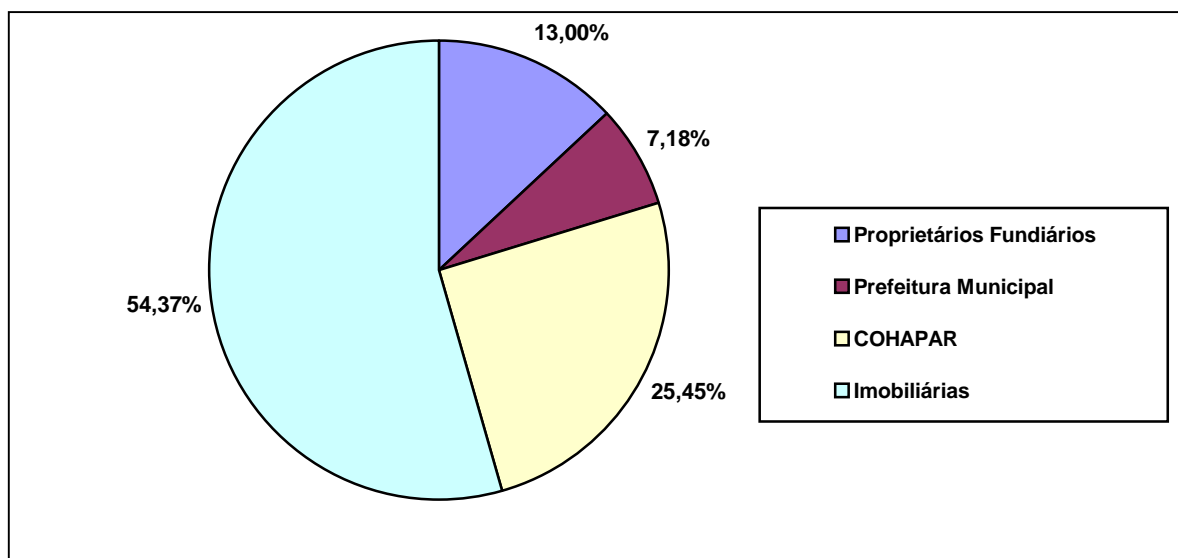
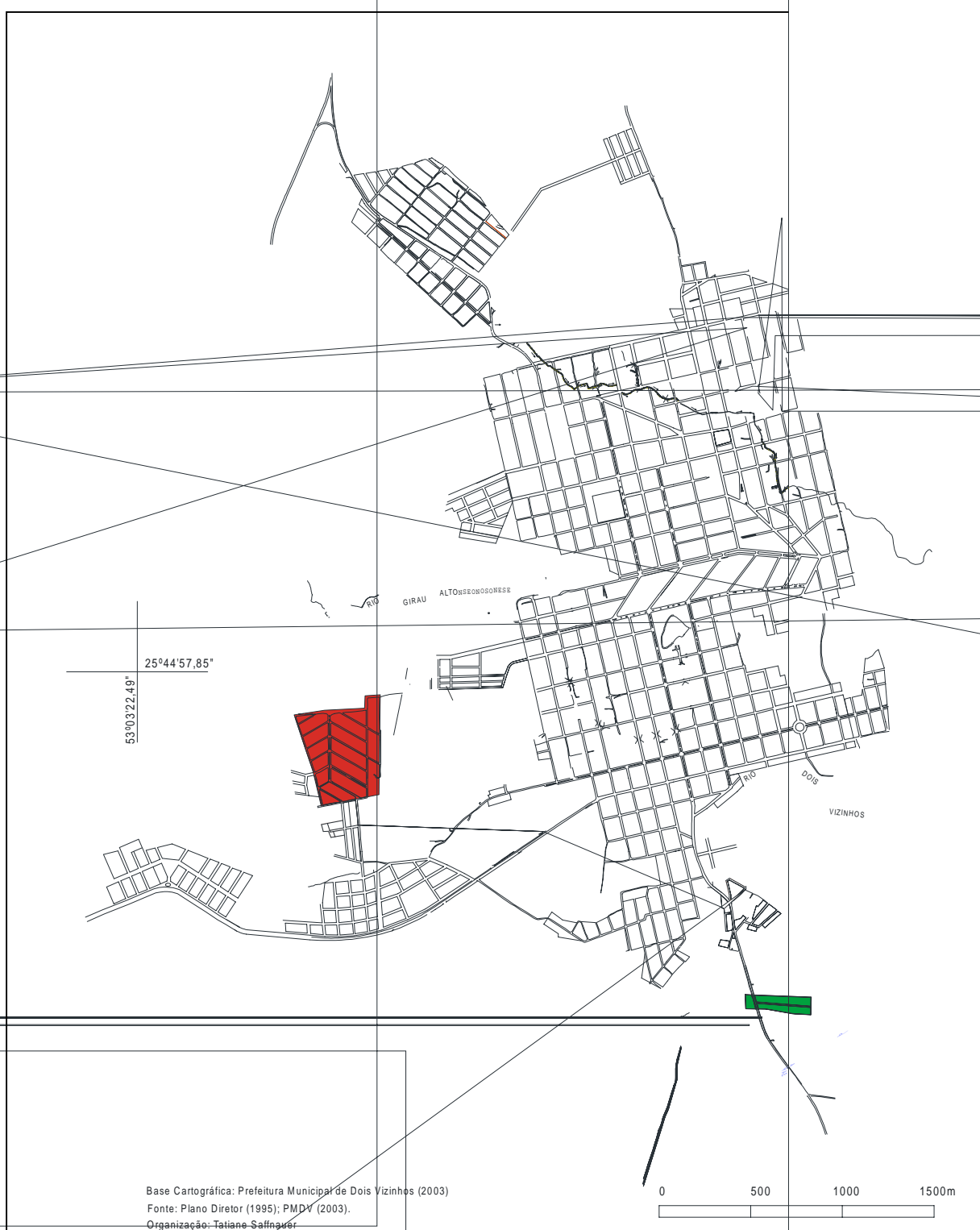


Gráfico 5 - Área urbana produzida por agente na cidade de Dois Vizinhos no período 1977-2002.

Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos 2004.

Organização: SAFFNAUER, 2004.

Parece visível que nas gestões municipais a ação do poder público na produção de solo urbano para moradia foi sempre no sentido curativo, intervindo para resolver situações de irregularidade – permuta com lotes em áreas de risco e regularização de assentamento irregular – mediando conflitos estabelecidos. Há que se considerar a importância destas ações interventivas do poder público, já que numa sociedade em que historicamente este poder negligencia aspectos sociais, notadamente aqueles referentes à habitação, medidas curativas se tornam imprescindíveis e caracterizam-se como importantes avanços na melhoria das condições de vida da população. Na cidade em questão a prefeitura concedeu 177 lotes em 3 loteamentos Gross I (Gross), Gross II (1998) e Nossa Senhora Aparecida (1996) para essa finalidade (Mapa 10).



Mapa 10 – Espacialização da ação do Estado no espaço urbano Duovizinhense.

O solo urbano produzido pela COHAPAR também corresponde ao solo produzido pelo Estado, o que o diferencia daquele produzido pela prefeitura em Dois

Vizinhos. É que, para enquadrar-se na proposta da companhia habitacional, deve-se comprovar rendimento, já que se trata de um financiamento padrão para todo o estado, ao passo que a prefeitura regularizou posse e permutou terreno, sem ônus para o morador.

A ação da COHAPAR – foi responsável por 25,46% da área incorporada à cidade para habitação, equivalente a 826 lotes, distribuídos em 4 conjuntos habitacionais: Vitória (1984) no quadrante noroeste, Santa Luzia (1995), Esperança (1995) no quadrante sudoeste e Margarida Galvan (1997) no quadrante norte, (Mapa 10). A mesma política adotada pelo governo em praticamente todo o país repete-se em Dois Vizinhos: lotes e casas pequenas que comprometem as relações sociais e familiares; uniformidade das casas, neutralizando a individualidade; e (via de regra) localização que compromete o acesso ao centro, onde se concentram as funções da cidade, ratificando as afirmações de Rolnik (1997, p.204) “o Estado reitera a velha fórmula de criar possibilidades legais para a moradia popular apenas onde não existe cidade.”

4.2 A INTERVENÇÃO DO CAPITAL NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE DOIS VIZINHOS

No processo de (re)produção do espaço urbano, pessoas físicas e jurídicas estão envolvidas. Caracterizam-se como os agentes ou atores sociais produtores do espaço urbano, conforme se tratou no capítulo 2. Neste capítulo busca-se entender como ocorreu e ocorre a (re)produção do espaço urbano de Dois Vizinhos, sob a

ação do capital, orientado pelos seguintes agentes produtores do espaço: os promotores imobiliários, as instituições financeiras, os proprietários dos meios de produção e os proprietários fundiários.

4.2.1 Promotores imobiliários

4.2.1.1 Imobiliárias

As imobiliárias se constituem em agentes produtores do espaço urbano, dada a sua capacidade em mobilizar a comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, sempre acrescido de lucros, atividade orquestrada pelos corretores.

Em Dois Vizinhos percebe-se que as imobiliárias mudaram sua maneira de agir: enquanto nos anos 1980 até meados da década de 1990 dedicavam-se à abertura de loteamentos, comercialização e locação de imóveis, atualmente dedicam-se à comercialização e locação. Portanto estes agentes restringem sua atuação à comercialização de imóveis.

A atuação das imobiliárias na referida cidade teve início em 1980 quando foram abertas as primeiras imobiliárias da cidade: Vicky Empreendimentos Imobiliários (1980), Imobiliária Buriti (1980), Imobiliária Marquiza (1980) e Imobiliária Marcante (1981).

A Vicky Empreendimentos Imobiliários⁶³ foi responsável pela abertura e comercialização do primeiro e maior loteamento realizado na cidade, o Loteamento Jardim da Colina, no quadrante noroeste. Esta imobiliária atuou na cidade até o final da comercialização dos lotes deste loteamento.

Convém salientar que o loteamento Jardim da Colina foi o primeiro empreendimento imobiliário com a finalidade de disponibilizar solo urbano que rompeu o contínuo do tecido urbano, criando ainda mais áreas de reserva de valor no interior da cidade. O loteamento já surge com caráter popular, destinado a atender o contingente resultante das migrações campo-cidade. A ausente preocupação com a instalação de infra-estrutura e equipamentos urbanos na implantação do loteamento exprime o caráter exclusivamente capitalista da ação imobiliária em detrimento das condições de vida da população.

Os senhores João Buriti e Plínio Sheid, que nos anos 1978 e 1979 haviam loteado suas propriedades, constituíram nos anos 1980 as Imobiliárias Buriti e Marquiza. Portanto estas imobiliárias têm sua origem no loteamento das de suas propriedades rurais nos quadrantes norte e sul, e a partir daí passaram a atuar no ramo imobiliário com a comercialização e locação de imóveis.

Com relação à atuação da Imobiliária Marquiza, o Sr. Plínio Sheid⁶⁴ disse que:

Nos anos 80 passamos a lotear áreas adquiridas de terceiros que haviam sido compradas com o capital acumulado com a venda de lotes no final dos anos 70. Nessa época abrimos os loteamentos Jardim Sheid, Jardim Sheid II, Jardim Sheid III na cidade sul e Central II na cidade norte, sendo os dois primeiros na gestão do prefeito José Ramuski Júnior e os dois últimos na gestão do prefeito Dedi B. Montanher.

⁶³ Segundo informações da Imobiliária Kremmer, a origem da Vicky Empreendimentos Imobiliários era Cascavel.

⁶⁴ Entrevista realizada em abril de 2004.

Ainda no início dos anos 1980, destaca-se a entrada no mercado da Imobiliária Marcante (1981). Esta empresa tem origem no próprio município, sendo seu proprietário produtor rural, que entrou no ramo loteando sua propriedade. É o responsável pelo loteamento Jardim Marcante, no quadrante noroeste. Os aspectos urbanísticos do loteamento, como maior tamanho dos lotes (20x40 m²) e a presença de avenida com via dupla entremeada com canteiro central destinado à arborização, são fatores que se refletem na valorização dos preços dos terrenos e imóveis.

Para a obtenção de maiores informações sobre os loteamentos dessa época, entrevistou-se o Sr. Avelino Borsói⁶⁵, que nos anos 1980 trabalhava como corretor de imóveis, tendo sido funcionário primeiramente da Imobiliária Marquiza e num segundo momento da Imobiliária Buriti, o qual disse o seguinte:

Uma das características dos loteamentos daquela época era a total falta de infra-estrutura como: água, energia elétrica, pavimentação, a única coisa feita pela imobiliária ou loteador era a demarcação dos lotes, a prefeitura se encarregava de abrir as ruas e o loteador deveria arcar com a infra-estrutura, o que não acontecia cabendo ao poder público essa responsabilidade, o que ocorreu muitos anos depois, pois na época a prefeitura não priorizava recursos para esse fim.

Percebe-se que a atuação do loteador/imobiliária ocorria sem maiores exigências, cabendo ao poder público oferecer infra-estrutura, mesmo que tardiamente, à população residente nos loteamentos.

Convém salientar que as imobiliárias, como loteadoras, lançaram no mercado, até meados da década de 1990, 9 loteamentos: Jardim da Colina (1980), Jardim Scheid (1980), Jardim Marcante (1981), Jardim Sheid II (1982), Jardim Scheid III (1983), Buriti (1985), Central II (1985), Gregório Nicaretta (1994) e Jardim Concórdia (1994). Elas foram responsáveis pelo maior percentual de área incorporada à

⁶⁵ Entrevista realizada em Abril de 2004.

cidade; cerca de 54,37% da área, equivalente a 1765 lotes urbanos (Mapa 11). Praticamente todos os loteamentos empreendidos pelas imobiliárias, assim como pelos proprietários fundiários, têm caráter popular, são destinados a operários das indústrias e comércio que não possuem poder aquisitivo para morar no centro.

A incorporação ao urbano das novas áreas, com reduzida preocupação urbanística, aliada ainda ao aval do poder público no sentido do descumprimento da legislação, permite às imobiliárias pautar suas ações exclusivamente na obtenção de lucro, em detrimento das condições de vida da população. Resulta deste contexto uma cidade marcada pela fragmentação da malha urbana; com vazios urbanos que, além de fortalecer o caráter especulativo, negam à cidade traços de urbanidade, dada a ocupação com atividades agropecuárias; com custos de manutenção e instalações de infra-estrutura que assolam os cofres públicos; e, finalmente, uma sociedade que usufrui a cidade de forma desigual e injusta.



Mapa 11 – Espacialização da ação das imobiliárias no espaço urbano duovizinhense.

Com a saída das imobiliárias do processo de abertura e comercialização de loteamentos, suas atividades restringiram-se à corretagem dos imóveis já

disponibilizados no mercado; elas são, portanto, responsáveis pela intermediação de venda e locação de terrenos e imóveis, ou seja, por “colocar em contato aquele que deseja vender com o interessado em comprar, observando-os sentado em sua mesa de trabalho” (LEITÃO, 1999, p.39). Dessa maneira atuam como um típico intermediário, que não cria riquezas, estando seus ganhos relacionados com o número de operações que intermedeiam, do que auferem um valor proporcional ao valor do imóvel, previamente estabelecido.

Sobre a atuação das imobiliárias, o corretor de imóveis Sr. Renato Tonietto⁶⁶ afirma:

O interesse maior de nossa imobiliária é a venda de imóveis comerciais e residenciais, as locações ajudam a nos manter, mas o interesse maior é venda. Com relação a venda de imóveis, existe grande procura por imóveis até R\$ 40.000, porém não existe no mercado esse tipo de imóvel, há disponível imóveis entre R\$ 90.000 e R\$ 120.000 que não há comprador, quando aparece geralmente são pessoas que estão chegando na cidade, professores das faculdades, funcionários dos bancos, da Sadia, enfim que possuem uma condição financeira melhor, porém em muitos desses casos eles recorrem a recursos de financiamento com a CEF.

Além da atuação das imobiliárias, a fala do corretor revela o perfil do consumidor que utiliza os serviços imobiliários. Normalmente são profissionais qualificados, com elevados rendimentos, portanto, consomem imóveis com preços mais altos. Outro aspecto esclarecido é a confirmação da Caixa Econômica Federal como órgão que auxilia no acesso à habitação.

Pode-se afirmar que historicamente, as imobiliárias desempenharam importante papel na produção do espaço duovizinhense, tanto na oferta de solo urbano, numa primeira fase, como na atuação na esfera financeira, através de transações comerciais nas quais o terreno e/ou habitação restringem-se a capital-mercadoria.

⁶⁶ Entrevista realizada em Fevereiro de 2004.

4.2.1.2 Construtoras

As construtoras são promotores imobiliários que vêm atuando no mercado imobiliário duovizinhense, seja na produção/comercialização de habitação: casas, sobrados, edifícios residenciais de até 4 pavimentos e salas comerciais.

Para efeito desta pesquisa procurou-se apreender, através de entrevistas, a dinâmica do mercado imobiliário, os serviços prestados pelas empresas, o perfil dos imóveis construídos e o perfil do comprador.

Identificaram-se como principais construtoras ou empresas: Construtora Alves (1986), de propriedade do Sr. Odalgiro Alves; Construtora Duovizinhense (1987), de propriedade do Sr. Izamir Pinzon; Construtora Santos (1987), de propriedade do Sr. Eliseu dos Santos; Engenhar (1992), de propriedade do Sr. Francisco Pizatto; e Futuro Engenharia (1996), de propriedade do Sr. Ronie Carnieletto.

Sob a ótica das construtoras pode-se observar a forma de organização do espaço urbano para o capital, pois estes promotores imobiliários, cada vez que pretendem deliberar o processo de produção imobiliária, deparam-se com a necessidade de dispor de uma fração do território da cidade para desenvolver suas atividades capitalistas (SPOSITO, 1991).

A partir das entrevistas verificou-se que uma das limitações dos construtores é a baixa disponibilidade de recursos para investimento nos empreendimentos, sendo o capital disponível para novos investimentos resultado do lucro de obras anteriores, de recursos próprios dos proprietários das construtoras ou dos interessados em adquirir os imóveis, que em grande parte recorrem às instituições

financeiras em busca de financiamento. Estas são características dos construtores de cidades pequenas, que normalmente atuam com reduzido capital.

Nesse contexto, percebe-se que o principal obstáculo ao acesso à habitação por parte da população é a escassez de recursos financeiros, o que impossibilita participar do mercado imobiliário privado, fazendo com que os interessados recorram a financiamentos.

Dentre as construtoras que atuam em Dois Vizinhos destaca-se a Construtora Alves (1986), que se dedicou à construção de condomínios residenciais verticais de até 4 pavimentos durante os anos 1990, tendo sido responsável pela construção de 5 edifícios -Atena, Vila Lobos, Imperatriz, Azul e Veneza - localizados no quadrante norte.

Segundo informações do Sr. Odalgiro Alves⁶⁷, a maior dificuldade encontrada naquela época foi o capital para a execução das obras, pois tanto a construtora quanto os participantes dos grupos dispunham de pouco capital, o que determinava um ritmo lento para a conclusão das construções.

Ainda segundo o entrevistado, nos anos 1990 o sistema de condomínio consistia:

[...] na formação de um grupo de pessoas interessadas na construção de um edifício, que adotavam um projeto elaborado pela construtora. Cada condômino contribuía mensalmente com uma parcela de dinheiro que era utilizada na construção. O problema desse tipo de obra, era com relação aos casos dos condôminos que interrompiam seus pagamentos comprometendo o andamento das obras que eram interrompidas e às vezes ficavam paradas por vários anos.

Atualmente essa prática de formação de grupos de condomínio tem sido pouco utilizada, devido ao alto custo das obras e ao longo tempo despendido para a construção.

Os construtores que vêm atuando na construção de edifícios o fazem como capitais incorporadores⁶⁸: constroem edifícios com até 4 pavimentos (Fotos 8 e 9), casas e sobrados com capital próprio, dirigem todas as etapas do processo construtivo, desde o planejamento até a construção, divulgação e comercialização do imóveis.

Nesse sentido, resgatamos Smolka (1987, p.147), para quem “o capital incorporador, desenvolve o espaço geográfico organizando os investimentos privados no ambiente construído, em especial aqueles destinados à produção da habitação”.



Foto 8 – Construção de empreendimento da Construtora Engenhar – Centro Sul.
Fonte: Tatiane Saffnauer 2004.

⁶⁷ Entrevista realizada em Setembro 2004.

⁶⁸ Os construtores passam a definir as características da mercadoria produzida, sua demanda potencial, localização e estratégias de venda (CAMPOS FILHO, 1999).



Foto 9 – Início de Construção Construtora Alves – Bairro São Francisco de Assis.
Fonte: Tatiane Saffnauer 2004.

Os imóveis construídos (apartamentos, casas e sobrados) geralmente são destinados a pessoas que recorrem a financiamento junto à Caixa Econômica Federal.

A construção de edifícios de até 4 pavimentos (apartamentos de 50 a 85m²) atende à determinação do Código de Obras⁶⁹, bem como tem favorecido a construção e comercialização dos edifícios, já que o capital necessário para a construção desses imóveis é normalmente da própria construtora ou de pessoas que aplicam seu capital por intermédio das construtoras. Esse fato é confirmado pela fala do Sr. Izamir Pinzon⁷⁰, da Construtora Duovizinhense:

[...] como a construtora é própria, possuo capital de giro e compro material de construção de fora, o custo sai baixo e consigo vender à vista no dinheiro, mas também faço permuta por imóveis antigos que tem boa localização e acabo aproveitando a localização para obter um preço melhor.

⁶⁹ Lei 690/95 determina altura máxima de 4 pavimentos.

A demanda por habitação de pequenas famílias e de estudantes tem favorecido a ocupação dos referidos imóveis. Some-se ainda a instalação das faculdades Vizivali (2000), Unisep (2002) e Cefet (2003)⁷¹, que gerou demanda por aluguéis baratos, dando origem a um novo segmento de atuação para as construtoras, que passaram a construir quitinetes no quadrante sul para explorar este novo “filão” do mercado imobiliário, conforme esclarece o Sr. Izamir Pinzon⁷²:

Comecei a trabalhar na construção de kitnets, essas estou construindo para alugar, principalmente na parte sul, próximo a faculdade Unisep, é vantajoso, pois num terreno pequeno construo várias kitnets e o preço do aluguel é praticamente o mesmo de um apartamento ou casa grande.

É que nos faz mencionar LEITÃO (1999):

[...] proprietários urbanos, que possuindo terrenos com utilização muito diversa ou mesmo ociosos, e que dispendo de capital, frente a uma conjuntura de rápido incremento da demanda habitacional, vêem a possibilidade de valorizar suas propriedades. Em alguns casos, constroem para alugar; em outros produzem e vendem essas moradias à terceiros(LEITÃO, 1999, p.28).

Nesse sentido entende-se que o construtor, frente a uma nova demanda do mercado, procura investir seu capital na construção de quitinetes, para atender um novo mercado e ao mesmo tempo auferir mais renda fundiária de um único empreendimento.

O aumento da demanda por este tipo de habitação também é consequência da vinda à cidade de profissionais como: professores, estudantes universitários, profissionais liberais e empregados qualificados das indústrias, que possuem rendimento para consumir tais imóveis.

⁷⁰ Entrevista realizada em Abril de 2004.

⁷¹ As instituições oferecem 13 cursos de graduação.

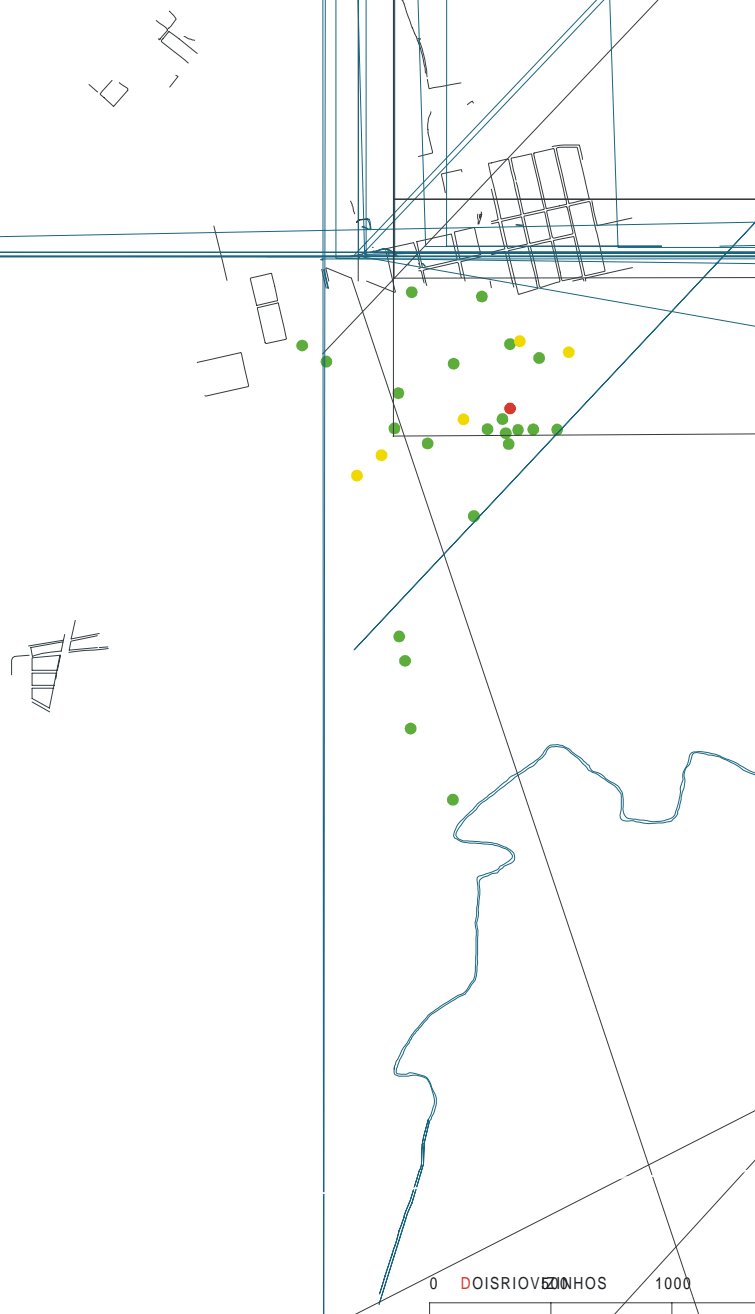
⁷² Entrevista realizada em Abril de 2004.

A habitação em prédios tem sido uma alternativa de moradia que se expande na cidade, tendo como consumidores pessoas capitalizadas, que exigem usufruir as “benesses” do centro – acessibilidade, *status*, comodidade – condição que força à concentração desses empreendimentos no centro da cidade, provocando a verticalização em áreas que já eram nobres e alterando a paisagem urbana.

A demanda por habitação no centro-norte, aliada ao elevado custo dos terrenos, consequência da sua escassez, tem se caracterizado como o principal fator da concentração da verticalização nessa área (Foto 10 e Mapa 12).



Foto 10 – Concentração da verticalização - Centro Norte.
Fonte: Tatiane Saffnauer 2004.



Mapa 12 - Distribuição espacial da verticalização em Dois Vizinhos.

É salutar esclarecer que a escassez de solo urbano no centro-norte não resulta de ocupação maciça, visto que ainda existem terrenos desocupados, porém

estes são utilizados como reserva de valor e dificilmente são comercializados. Quando da comercialização destes terrenos os proprietários auferem sobrelucro, estimulando ainda a prática de utilização de solo urbano como capital especulativo.

Na cidade de Dois Vizinhos os construtores se caracterizam como importantes promotores imobiliários (re)produtores do espaço urbano, dada a sua capacidade de criação de solo urbano através da verticalização, assim como transformam a paisagem urbana e dinamizam o mercado imobiliário local.

4.2.2 Instituições financeiras

Na sociedade capitalista o capital apresenta-se como propulsor de todas as ações com potencial de produzir mudanças no edificado e na forma da cidade.

A disponibilidade de capital na forma de recursos apresenta-se como um dos principais entraves para construir e reconstruir o edificado, notadamente na cidade em questão; daí a importância da presença das instituições financeiras como organismos que viabilizam os recursos por meio de créditos.

Na cidade estudada, assim como em praticamente todo o país, a principal instituição financeira que oferece financiamentos através de linhas de crédito é a Caixa Econômica Federal. Esta instituição financeira desempenha papel importante no mercado habitacional, pois viabiliza financiamentos para habitações principalmente à classe média. A população das classes menos favorecidas, normalmente, não é beneficiada pela atuação desta instituição. Essas pessoas recorrem aos programas habitacionais populares, quando o orçamento o permite.

Silva (2000, p.33) faz algumas considerações sobre a atuação desta instituição:

[...] a CEF, em parte, funciona com base em um modelo de banco comercial que pressupõe o retorno do capital aplicado e manutenção do equilíbrio financeiro. Nessas circunstâncias torna-se particularmente difícil a elaboração de programas voltados para o atendimento da população de baixa renda que pressupõem um elevado grau de subsídios para serem implementados.

São oferecidas as seguintes modalidades de financiamento imobiliário na agência da CEF em Dois Vizinhos:

Carta de Crédito CAIXA - Aquisição de Imóvel Residencial: é uma linha de financiamento destinada a pessoas físicas para aquisição de imóvel residencial urbano novo ou usado, tendo prazo de 15 anos para quitação do financiamento, permitindo-se a utilização de recursos da conta vinculada do FGTS. Neste tipo de financiamento podem-se comprometer até 30% da renda familiar mensal, comprovada para pagamento do financiamento. A atualização das prestações ocorre anualmente, obedecendo à TR + taxa de juro de 13,7% ao ano.

Carta de Crédito CAIXA - Aquisição de Imóvel Comercial: é uma linha de financiamento específica para pessoas físicas, para a aquisição de imóvel comercial urbano novo ou usado. Neste caso não é permitida a utilização dos recursos da conta vinculada ao FGTS. A atualização das prestações ocorre anualmente obedecendo à TR + taxa de juro de 18% ao ano, podendo-se comprometer até 30% da renda mensal familiar.

Carta de Crédito FGTS Individual: é uma linha de crédito para famílias que possuem renda familiar de até R\$4.500,00, destinada à aquisição de casa própria. Com a Carta de Crédito FGTS Individual, as taxas de juros são especiais, co

especiais são os prazos para pagamento do financiamento. Nesta modalidade de financiamento podem-se comprometer até 25% da renda mensal familiar.

Segundo o Sr. Luiz Carlos Pieta⁷³, gerente da agência da CEF de Dois Vizinhos, as modalidades de financiamento variam de uma agência para outra, sendo praticadas outras modalidades de financiamento em cidades maiores. A mais utilizada nessa agência é a Carta de Crédito FGTS Individual, que utiliza recursos federais do FGTS com taxas de juros menores. As demais modalidades utilizam recursos privados, em que a caixa aplica os recursos provenientes dos depósitos dos correntistas em aplicação/conta corrente, cujos juros são mais elevados.

De acordo com o Sr. Luiz Carlos Pieta, no decorrer de um ano e meio (2003 até 08/2004) foram realizadas 297 liberações de crédito para compra e construção de imóveis residenciais, o que demonstra que essa instituição financeira tem contribuído para a dinamização do mercado imobiliário através da liberação de créditos, que se refletem na aquisição e construção de imóveis residenciais.

A atuação das instituições financeiras como agentes produtores do espaço efetiva-se de maneira indireta, através da viabilização de recursos, sendo que o resultado da atuação revela-se de forma concreta no espaço construído.

4.2.3 Proprietários dos meios de produção

Na sociedade capitalista as fábricas representam pontos concretos e individualizados do processo produtivo, as causas e efeitos do concreto e individual

⁷³ Informações fornecidas em Setembro de 2004

localizado num determinado ponto do espaço. Elas resultam do processo combinado e articulado de forças econômicas, políticas e sociais que nem sempre se manifestam no espaço. A compreensão da produção do espaço sob a influência da indústria exige o entendimento destas forças na dinâmica da cidade.

Os grandes industriais, proprietários dos meios de produção, interferem na organização e produção do tecido urbano. Quando da localização de suas unidades industriais, fatores preexistentes são considerados, como: matéria-prima, mão-de-obra, transporte, energia, incentivos fiscais; isso, entretanto, não permite assegurar que o arcabouço de fatores preestabelecidos não seja modificado após a operação da fábrica, pois a pressão exercida pelos avanços tecnológicos impõe a necessidade de constantes adaptações e mudanças, como premissa de redução de custos e aumento de lucros, e conseqüentemente, a permanência e expansão de sua atuação no mercado.

Assim entendida, a ação do capital através da indústria subordina a produção e (re)produção do espaço a seus ditames, desde a instalação do parque ou unidade industrial até o empreendimento de loteamentos, conjuntos habitacionais, atividades comerciais e serviços. Uma gama de atividades gravita em torno de tais indústrias e dela depende, ainda que também a indústria inicial dependa da atuação de seus tentáculos; as empresas menores, que vão surgindo para suprir as suas demandas.

Institui-se uma teia em que unidades industriais e agências prestadoras de serviços mantêm-se coesas, em equilíbrio e dependência recíproca, e suas ações se refletem no espaço.

A ação da indústria em Dois Vizinhos iniciou-se na década de 1960 com a instalação das madeireiras, que nesse período correspondiam a uma das principais atividades econômicas do município. Ainda que tenha atuado de maneira

rudimentar, o ramo madeireiro teve importância para o município, já que a retirada da madeira e conseqüente abertura das terras facilitavam as práticas agropecuárias, principais atividades da população.

Não obstante, é em 1980 que o município tem sua economia definitivamente incorporada à ação capitalista, mediante o ingresso de uma unidade agroindustrial da Sadia S.A. no segmento da industrialização avícola.

O cenário duovizinhense oferecia condições propícias à instalação deste ramo industrial, como: predominância de pequenas propriedades rurais com emprego de mão-de-obra familiar - condição que favorece a criação de aves; a origem da população, de descendência européia, com conhecimento e afeição à criação de animais; relevo acidentado, que dificulta o desenvolvimento de culturas mecanizáveis; incentivos fiscais que facilitaram as instalações industriais. Tais fatores também favoreceram a introdução de um novo padrão de desenvolvimento agroindustrial, através da implantação do sistema de integração, como visto anteriormente.

O reflexo da atuação da Sadia no espaço urbano, mesmo sendo uma agroindústria - portanto voltada ao espaço rural - faz-se sentir desde o início de sua instalação. A necessidade de elevado contingente de mão-de-obra atraiu para a cidade o excedente populacional do campo, que paulatinamente foi ocupando os vazios urbanos, principalmente no quadrante sul (bairros São Francisco Xavier e Sagrada Família).

Cabe esclarecer que a Sadia não absorveu toda a mão-de-obra produzida pela migração campo-cidade, reproduzindo-se em Dois Vizinhos um quadro semelhante ao dos demais municípios paranaenses, assim como ao de muitas

cidades brasileiras, onde se formou uma reserva de trabalhadores que favorece a exploração da força de trabalho.

A capacidade do capital de alterar a forma urbana sob a luz dos interesses da indústria revela-se no empreendimento do loteamento Jardim Concórdia (1994) e do conjunto habitacional Santa Luzia (1995), localizados no quadrante sudoeste nas proximidades da unidade da Sadia. Ao fato de à população que se assenta nos novos espaços habitacionais não serem assegurados elementos urbanos como infra-estrutura: pavimentação, rede de água e energia, e equipamentos, como

empresa como para outras empresas do mesmo ramo localizadas em outros município do Estado do Paraná. Essas empresas surgem, assim, em função da presença da indústria inicial, no caso em questão, a Sadia. Dentre tais indústrias destacam-se: a metal-mecânica, a zincagem industrial, indústria de paletes, produção de ovos/incubadora, mecânica industrial, equipamentos para frigoríficos e laticínios. Esta nova configuração no panorama econômico favoreceu a criação do parque industrial, que ocorreu na gestão do prefeito Olivindo Antonio Cassol pela lei 775/96.

Aliados à expansão das indústrias e prestadoras de serviços, as empresas comerciais se diversificam e aumentam numericamente, atuando em diferentes ramos direta ou indiretamente ligados à agroindústria.

Ainda no segmento da agroindústria, encontram-se no município indústrias alimentícias de transformação de trigo e milho, frigoríficos e industrialização de derivados de suínos - unidades industriais menores, mas nem por isso menos importantes.

O ramo industrial de confecções também se faz sentir na produção do espaço duovizinhense, ainda que de maneira menos expressiva que a agroindústria, dadas as dimensões e o modelo pouco relacionado com a dinâmica do município e região.

A presença das indústrias, da mesma forma que dá origem a outras indústrias e à prestação de serviços e comércio, dinamizando a economia local e fazendo aparecer no espaço aspectos concretos de suas transações, oferece também a condição a que alça o município no circuito econômico internacional, haja vista a produção baseada em tecnologia de ponta destinada à exportação.

A cidade em questão tem na indústria um dos principais, talvez o mais significativo agente produtor do espaço. Dos contornos do tecido urbano à inserção

do município no cenário produtivo internacional, o capital, norteando o processo industrial, produziu e reproduziu formas, funções, estruturas e processos em Dois Vizinhos.

4.2.4 Proprietários fundiários

Os proprietários fundiários têm importância fundamental no processo de expansão da malha urbana, assim como na ocupação das áreas já incorporadas pela cidade, pois como detentores da propriedade privada da terra, podem decidir sobre o momento ideal de disponibilizar seus terrenos ao mercado. Pode-se afirmar que esses agentes são responsáveis pelo equilíbrio entre demanda e oferta de solo urbano, privatizando as possibilidades de assentamento num espaço construído coletivamente.

A estrutura fundiária formada por pequenas propriedades nos arredores da cidade de Dois Vizinhos facilitou a expansão da malha urbana, sendo o loteamento de chácaras pelos próprios proprietários uma prática adotada com frequência. Nem sempre os novos loteamentos são empreendidos para atender a necessidades reais de falta ou escassez de solo urbano, Dentre as razões que motivam essa prática na referida cidade destacam-se:

- maior ganho imobiliário na conversão de terra rural em terra urbana;
- a dificuldade de praticar atividades agrícolas nas proximidades da cidade;
- a elevada quantidade de terrenos utilizados como reserva de valor nas áreas já loteadas.

A atuação dos proprietários fundiários nessa cidade iniciou-se no final dos anos 1970, quando os proprietários rurais João Buriti e Plínio Sheid lotearam suas propriedades anexas à malha urbana, modificando o desenho inicial da cidade delimitado pelo GETSOP, sem, no entanto, interromper a continuidade. Foram do primeiro proprietário os loteamentos Luz (1978) e Luz II (1979), no quadrante norte, e do segundo, o Jardim Marquiza (1979), no quadrante sul, e o Loteamento Central (1979), no quadrante nordeste (Mapa 13).

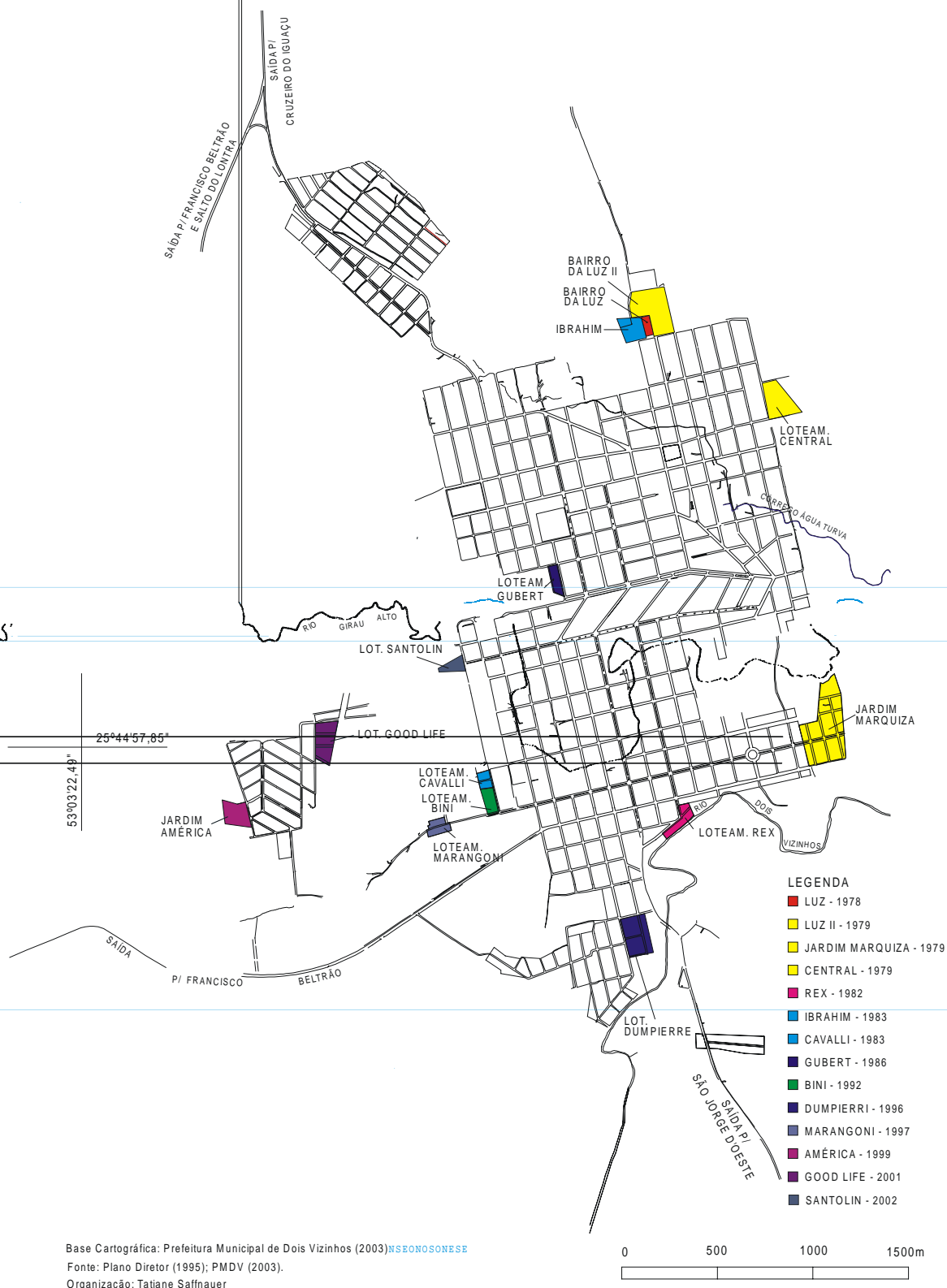
Para esclarecer o contexto em que foram abertos os loteamentos, entrevistou-se o Sr. Plínio Sheid⁷⁴, proprietário fundiário no momento em questão:

Havia a necessidade de novos loteamentos, pois o crescente êxodo rural, se fazia sentir na área urbana, demandando terrenos e moradias, além disso, os terrenos das áreas centrais não estavam a venda, eram usados como capital especulativo, como ainda acontece, além dos proprietários as ocuparem com atividades agrícolas.

Percebe-se que a partir do momento em que a população rural começou a ocupar a área urbana, iniciou-se uma demanda considerável por moradia, o que favoreceu a abertura de novos loteamentos.

Grande parte dos novos moradores da cidade são agricultores que, em decorrência da intensificação das relações capitalistas no campo, foram forçados à produção de culturas exportáveis comotosbjciariue faportalidou-saa ida

Gubert (1986), Bini (1992), Dumpierri (1996), Marangoni (1997) e América (1999), disponibilizando 183 lotes. Estes, somados aos 194 lotes dos 4 loteamentos antecedentes a esse período, loteamentos Luz (1978), Luz II (1979), Jardim Marquiza (1979), Central (1979), e mais 45 lotes dos últimos loteamentos Good Life (2001) e Santolin (2002), totalizam 422 terrenos urbanos, correspondendo a 13% da área incorporada à cidade de Dois Vizinhos (Mapa 13).



Mapa 13 – Espacialização da ação dos proprietários fundiários no espaço urbano duovizinhense.

A crescente e contínua demanda por solo urbano se expressa na recente implantação do loteamento Good Life (2001), localizado no quadrante sudoeste, que

era uma pequena propriedade rural e também foi anexada à malha urbana na forma de loteamento.

A abertura do Loteamento Good Life ocorreu por iniciativa do proprietário rural Sr. Giovane Palma de Lima⁷⁵. Segundo ele, as dificuldades em praticar atividades agrícolas na propriedade, devido à proximidade da cidade⁷⁶, favoreceram o loteamento da área. O favorecimento do poder público na legalização do loteamento e a comercialização facilitada pelo prazo de pagamento e o baixo valor dos lotes contribuíram para o êxito do empreendimento, conforme esclarece o proprietário:

Ofereci energia elétrica e água e comercializei os terrenos parcelados em até dois anos, o preço dos terrenos variavam de R\$5.000 a R\$6.000. Não utilizei empresa imobiliária para comercializar o loteamento, os lotes foram vendidos por mim, que utilizei o rádio como forma de divulgação. Não encontrei dificuldade em vender os terrenos, devido a facilidade do pagamento.

A abertura do Loteamento Santolin no quadrante sudoeste resulta de interesse do poder público em atender às reivindicações dos moradores do Loteamento Esperança, localizado no quadrante sudoeste, os quais de longo tempo vinham reclamando da falta de ligação entre este loteamento e o centro-sul da cidade. Essa realidade fazia com que os moradores tivessem que atravessar boa parte da cidade para ter acesso ao centro-sul, ou então cortar caminho pela propriedade que resultou no loteamento.

Esses aspectos contribuíram para que o poder público realizasse um acordo com o proprietário, assumindo a abertura e regulamentação do loteamento, além de executar a instalação da infra-estrutura, conforme ressaltou Sr. Nelson Santolin⁷⁷:

⁷⁵ Entrevista realizada em Abril de 2004.

⁷⁶ A produção era constantemente saqueada pela população, notadamente aquela residente no Loteamento Esperança.

⁷⁷ Entrevista realizada em Fevereiro 2004.

A prefeitura me procurou e ofereceu infra-estrutura (boca-de-lobo, meio-fio, água e luz), eu fiquei encarregado em pagar as pedras do calçamento poliédrico, mas só depois que os lotes fossem vendidos. Também tive que doar à prefeitura a área da rua. Toda a documentação necessária para a legalização do loteamento foi realizada pela prefeitura.

A solução encontrada pela gestão de Lessir Canan Botuli favoreceu ambas as partes, tanto a população do Loteamento Esperança como o proprietário rural; contudo, a inoperância do poder público no planejamento de expansão urbana pesou sobre os custos, dada a localização⁷⁸ do Loteamento Esperança (1995) no quadrante sudoeste, isolado da malha urbana e com limitada acessibilidade. Efetivam-se como prática do Estado ações curativas com a implantação de um novo loteamento devido à necessidade de abertura de uma via de ligação à cidade propriamente dita, rompendo o isolamento decretado pela configuração da malha urbana anteriormente estabelecida.

Com relação à proposta da prefeitura, o Sr. Nelson Santolin se manifestou da seguinte maneira:

A proposta da prefeitura foi vantajosa, pois há tempos estávamos tendo problemas com o pessoal do loteamento Esperança que não respeitavam a propriedade e faziam “carreiro” no meio dela, também não estava mais dando para plantar que eles “colhiam” tudo.

O êxito do empreendimento foi confirmado pela comercialização dos terrenos pelo próprio proprietário através de divulgação local (via rádio e cartazes) pouco intensiva. Não obstante, embora os preços fossem considerados baixos para a cidade, o loteamento já surgiu com o ônus da desvalorização decretada pela localização nas proximidades do Loteamento Esperança no quadrante sudoeste, bairro tido no cotidiano urbano como referencial de mazelas sociais.

⁷⁸ Que poderia ter sido evitada.

Outra questão que merece atenção quanto aos proprietários fundiários é a prática adotada por alguns moradores, normalmente pioneiros bastante capitalizados, que mantêm a posse de terreno urbano como reserva de valor. Sobre essa questão manifesta-se a corretora de imóveis Sra. Almerice Kremmer⁷⁹:

Os vazios urbanos impossibilitam o crescimento da cidade, existe falta de consciência dos proprietários em contribuir com o desenvolvimento da cidade, pois são pessoas bem estabelecidas que não precisam de dinheiro. Cito ex. Dr. Gazzale, possui mais de 30 terrenos centro-sul, vendeu 6 lotes dispersos, mas mesmo assim diz que terra não morre “está ali valorizando”⁸⁰.

Sendo assim, a posse do solo concentrada nas mãos destes proprietários representa um obstáculo para o desenvolvimento da cidade, já que eles não têm interesse em comercializá-lo, fazendo com que outras áreas da cidade passem a ser ocupadas.

Um dos exemplos desta prática na cidade pode ser esclarecida com o deslocamento da função comercial da Av. Salgado Filho para a Av. Presidente Kennedy, localizadas no quadrante sul.

Até o início dos anos 1990 a Av. Salgado Filho (Foto 11) constituía-se na principal via comercial do Centro Sul; mas com o tempo foi perdendo importância comercial devido à quantidade de terrenos ociosos utilizados como reserva de valor, impedindo a ocupação e forçando o deslocamento do comércio para a Av. Presidente Kennedy.

⁷⁹ Entrevista realizada em Abril de 2004.

⁸⁰ Entrevista realizada em Abril de 2004.



Foto 11 – Área ociosa localizada na Av. Salgado Filho – Quadrante Sul.
Fonte: Tatiane Saffnauer (2004).

Na sociedade capitalista, o caráter especulativo do solo urbano tido como mercadoria é priorizado em detrimento da sua função social. Habitar a cidade vincula-se ao poder de comprar uma mercadoria acessível apenas àqueles detentores do capital; aos demais restam as periferias, desprovidas da presença do poder público. Pode-se, portanto, afirmar que a apropriação desigual do espaço urbano é produto e reflexo dos ditames capitalistas ordenados pelos proprietários fundiários e avalizados pelo Estado, revelados na segregação socioespacial.

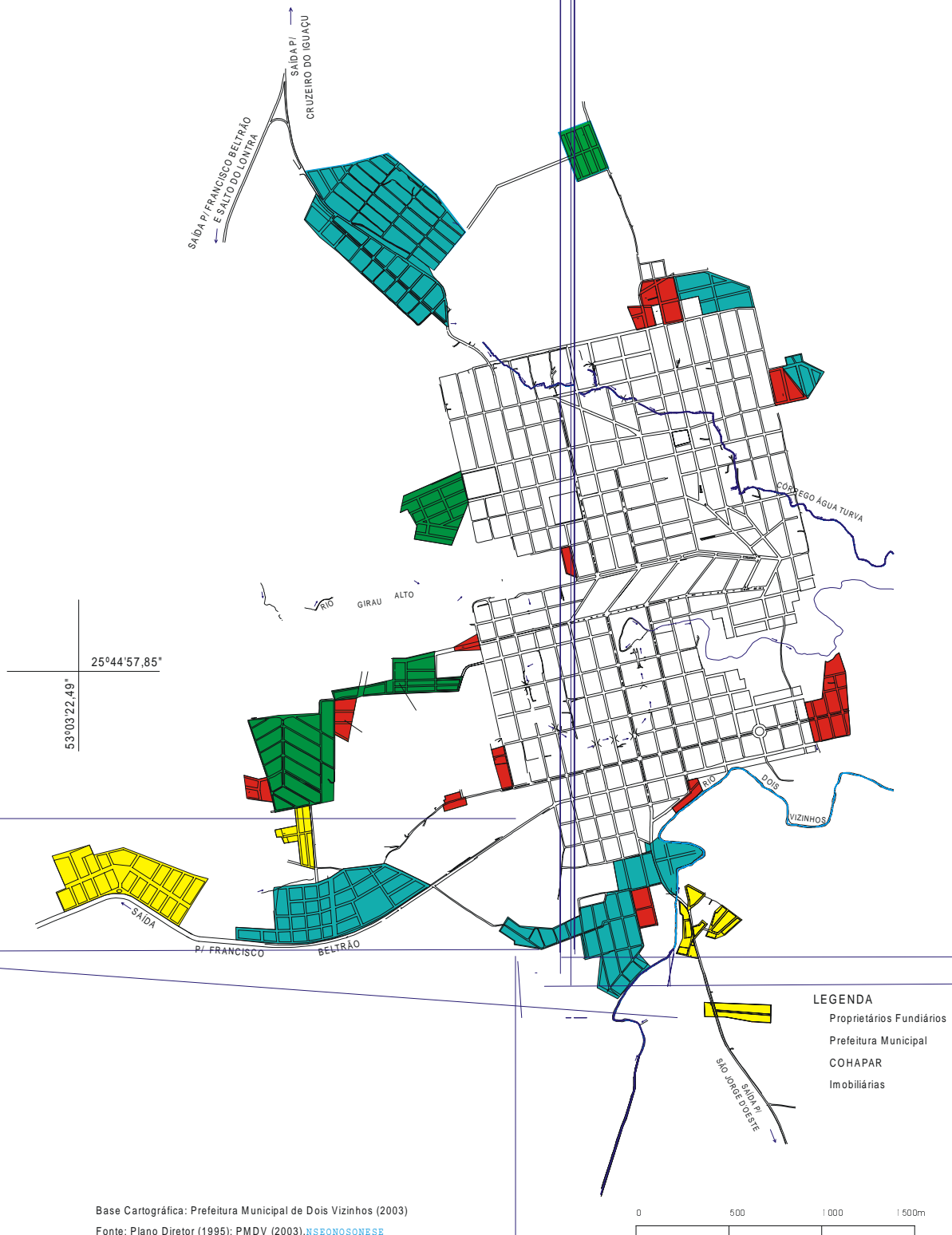
As áreas incorporadas a malha urbana pelos proprietários fundiários correspondem a pequenas chácaras anexas ou próximas à malha urbana, de propriedade de moradores pioneiros que chegaram ao município quando de sua origem. Considerando-se a condição desses moradores de proprietários originais daqueles imóveis, as razões que os levaram a lotear as áreas foram estritamente econômicas: as limitações às práticas agrícolas pelo tamanho reduzido da propriedade; a proximidade da malha inicial estabelecida pelo GETSOP; o constante

aumento da demanda por solo urbano; e principalmente, as possibilidades de auferir lucros com a transformação de solo rural em solo urbano. Estes são também os principais fatores que mudaram os contornos da cidade.

As mesmas características dos loteamentos empreendidos pelas imobiliárias - como precária infra-estrutura, destino para ocupação popular, entre outros - reproduzem-se nos loteamentos realizados pelos proprietários fundiários. Convém lembrar que o centro, ainda não totalmente ocupado, continua destinado à “elite”, e as áreas periféricas reordenam-se para os menos favorecidos economicamente.

Em Dois Vizinhos, assim como na maioria das cidades brasileiras, percebe-se que a escolha da localização dos conjuntos habitacionais e loteamentos (Mapa 14) por parte dos proprietários fundiários, prefeitura municipal, COHAPAR e imobiliárias segue os interesses capitalistas, cujo principal objetivo é o lucro e seus interesses particulares, não se considerando aspectos como localização contígua.

Acredita-se que os loteamentos e conjuntos habitacionais deveriam ser implantados em localizações embasadas em uma análise histórica do desenvolvimento urbano da cidade, já que sua implantação poderá levar a considerável concentração populacional, bem como a excessiva horizontalização da cidade, distanciando ainda mais do centro as periferias urbanas.



Mapa 14 – Espacialização da ação dos proprietários fundiários, prefeitura municipal, COHAPAR e imobiliárias no espaço urbano duovizinhense.

A implantação de áreas, normalmente conjuntos e loteamentos, deve ter como critério a ocupação dos vazios urbanos dentro das áreas urbanizadas, ou de áreas contíguas a elas com acessibilidade em relação ao centro, onde se concentram as principais funções da cidade - comércio, serviços, cultura – e equipamentos urbanos tais como escolas, creches, postos de saúde e infra-estrutura básica. Isso concorreria certamente para a consolidação dos novos conjuntos ou loteamentos, facilitando sua incorporação ao cotidiano da cidade.

Nesse sentido a regulamentação do Estatuto da Cidade - Lei 10257, de 10/07/2001 -, através de medidas que busquem estabelecer a função social da propriedade, como o estabelecimento da progressividade do IPTU no tempo, pode representar uma alternativa para resolver problemas da retenção de terrenos ociosos como reserva de valor nas áreas centrais, contribuindo para a edificação de tais áreas e otimizando o uso da infra-estrutura e equipamentos urbanos existentes no entorno.

Assim considerada, a expansão do tecido urbano assegura à população, principalmente àquela moradora dos novos loteamentos e conjuntos habitacionais, a apropriação da cidade enquanto construção social coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de compreender a reprodução do espaço urbano duovizinhense implicou resgatar os agentes produtores do espaço⁸¹, observando-se o reflexo de suas ações na cidade. Entendeu-se que a atuação dos agentes ocorre de forma articulada e interdependente.

Dois Vizinhos, entre outros municípios da região sudoeste paranaense, teve sua ocupação norteadada pelo excedente populacional de áreas agrícolas do noroeste gaúcho e oeste catarinense. A posse ou aquisição irregular de pequenas propriedades onde se reproduziram as práticas agropecuárias já conhecidas pela população como o cultivo de trigo, milho, feijão e a criação de suínos, aves e gado leiteiro com utilização de mão-de-obra familiar deu bases à economia local. Destaca-se já nos primórdios do município a pecuária suína que integra o município à economia nacional como uma área produtora e fornecedora de carne aos centros urbanos do país.

O processo de ocupação espontâneo, ainda que motivado por incentivos do governo federal gera conflitos entre governo estadual, colonizadoras e população, conflitos esses que são resolvidos com a intervenção do Estado através da criação do GETSOP, órgão do governo federal que efetivou o parcelamento das terras concedendo o direito de posse aos moradores. Na zona rural prevalecem a estrutura fundiária com pequenas propriedades e na cidade é estabelecida a malha urbana.

⁸¹ O espaço urbano duovizinhense tem no poder público, nos proprietários fundiários, nas imobiliárias, nas instituições financeiras, nas construtoras e nas indústrias seus principais agentes interventores, sendo perceptível na paisagem urbana compreendida como reflexo das ações dos agentes produtores do espaço os ditames capitalistas em detrimento do bem-estar da população usuária e moradora da cidade.

Na década de 1980 o processo de migração campo-cidade provoca uma inversão no quadro demográfico. A modernização no campo, a escassez de incentivos às pequenas propriedades, o excedente populacional gerado por famílias numerosas residentes em propriedades pequenas, aliado ainda a forte influência exercida pelo urbano após a instalação da agroindústria atrai para a cidade a população do campo, dando novos contornos à dinâmica urbana.

A instalação da agroindústria Sadia S.A. expressa a inserção definitiva do município nas relações capitalistas nacionais e internacionais, condição que influencia diretamente a produção e reprodução do espaço urbano. A cidade passa a viver intensas transformações – expansão da malha urbana, criação de loteamentos e conjuntos habitacionais, aumento de comércio e prestação de serviços, entre outros – comandadas pelo Capital e organizadas pelo Estado.

O aumento da população não acompanhado de investimentos no espaço urbano provocou carências de habitação, infra-estrutura e equipamentos urbanos que são insuficientes para atender toda a população, produzindo um espaço urbano desigual e segregador.

Nesse contexto, a atuação do poder público nas gestões municipais da década de 1980 caracterizou-se pela permissão de abertura de loteamentos em desacordo com a legislação vigente naquela época⁸², resultando na implantação de loteamentos sem infra-estrutura (pavimentação vias principais, redes de água e energia elétrica, meios fios e bocas de lobo), bem como ocupação de áreas de risco (margem de rios, encostas e fundos de vale) de limitada acessibilidade.

⁸² Lei Federal 6766/79 regulamentava o parcelamento do solo para fins urbanos. Lei 141/78 regulamentava loteamento.

Percebeu-se que neste período não haviam maiores preocupações com questões urbanas pelo poder público, bem como este não possuía um corpo técnico especializado para exercer funções de planejamento e fiscalização.

Somente a partir da década de 1990 que as gestões municipais passaram a preocupar-se em manter um maior controle da urbanização, a adoção desta postura não ocorreu por acaso, mas em decorrência das mudanças nas políticas urbanas trazidas nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e recentemente com a aprovação do Estatuto da Cidade Lei Federal 10.257/2001.

As referidas leis também tiveram um caráter descentralizador já que dotaram os municípios de autonomia para elaborar e executar suas políticas nos setores de habitação, saúde, saneamento, entre outras.

A elaboração do PDDU (1995) representou um avanço para Dois Vizinhos, visto que muitas das deficiências diagnosticadas foram amenizadas e em alguns casos sanadas no decorrer das gestões posteriores a sua aprovação como a desapropriação de áreas de proteção ambiental e áreas de solos hidromórficos suscetíveis a deslizamento, construção Lago Dourado para contenção de cheias, criação parque industrial, implantação de rede e estação de tratamento de esgoto, entre outras.

Todavia, ao permitir a abertura de loteamentos sem infra-estrutura o poder público mostrou-se omissos em cumprir seu papel de fiscal na execução de leis, o que se reflete negativamente na qualidade de vida dos moradores dos novos loteamentos e ao próprio poder público quando da implantação de infra-estrutura com recursos públicos.

A abertura desses loteamentos sem infra-estrutura pelos proprietários fundiários e imobiliárias seguiram e seguem unicamente os princípios de menor

custo financeiro, sem exceção são destinados a ocupação popular, comercializados sem instalação de infra-estrutura e localizados em áreas descontínuas da malha urbana impõem à população as limitações de morar na cidade sem nela habitar.

O poder público também intervém no espaço construído com oferta de moradias, por meio dos chamados conjuntos habitacionais. Como em praticamente todas as cidades brasileiras em Dois Vizinhos os conjuntos habitacionais também materializam ações segregadoras, já que confinam descapitalizados distante do centro e criam vazios urbanos favoráveis a especulação, oneram custos de instalação de infra-estruturas que ficam a cargo do poder público e impõem o ônus da limitada acessibilidade àqueles que não tem outra opção para morar.

Morar nos loteamentos e conjuntos habitacionais afastados do contínuo urbano foi a alternativa encontrada pelos migrantes do campo na tentativa de garantir condições mínimas de habitação, ainda que quase neutra a possibilidade de habitar de fato a cidade. Convém salientar que nas áreas centrais a disponibilidade de solo para habitação e outras funções urbanas são generosas, todavia são espaços acrescidos do valor social produzido coletivamente, e conseqüentemente têm maior valor econômico, desta maneira transformam-se em objeto de especulação imobiliária, portanto, acessível apenas àqueles que têm poder aquisitivo para pagar.

Há que se fazer ressalva ao conjunto habitacional Santa Luzia e ao Loteamento Jardim Concórdia ambos localizados no quadrante sudoeste nas proximidades do parque industrial da Sadia S.A., estes tecnicamente planejados sob o dogma de beneficiar os trabalhadores morando próximo ao local de trabalho, favorecem muito mais a empresa já que alienam o local de moradia ao local de

trabalho e aprisionam ideologicamente a mão-de-obra tornando-a vulnerável a especulação.

A atuação do Estado tem-se caracterizado por atender aos interesses dos representantes do capital, seja na implantação de infra-estruturas em áreas melhor localizadas, ou na aprovação de loteamentos sem as condições urbanísticas asseguradas pela legislação, bem como, na implantação de conjuntos habitacionais em localização que atendam a interesses exclusivos de uma grande empresa.

Sendo assim, a reprodução do espaço urbano duovizinhense funda-se na lógica capitalista em que mesmo sendo a cidade uma produção social, sua apropriação se dá de modo privado, o que evidencia que cada indivíduo tem direito de ocupar o espaço que sua renda permite. Portanto, a reprodução deste espaço pode ser compreendida a partir das ações do Estado e do Capital reveladas no espaço construído, onde atuam em concordância ou discordância, de maneira direta ou indireta, com menor ou maior intensidade sempre de maneira conjugada num jogo de forças que se materializa no espaço.

Historicamente o desenvolvimento da cidade esteve pautado na reprodução ampliada do capital beneficiando pequena parcela da população. Entretanto parecem perceptíveis avanços na legislação e na atuação do Poder Público no sentido de construir um urbano socialmente mais justo.

Considerando que na atualidade, para além de espaço de relações econômicas, políticas e culturais a cidade é o espaço onde a existência humana acontece, tornar a cidade um ambiente saudável à vida apresenta-se como um grande desafio, que demanda forças coletivas na concretização de um projeto democrático que priorize a dignidade humana.

Nesse sentido, faz-se oportuno algumas considerações a nível de sugestões ao desenvolvimento urbano de Dois Vizinhos:

- Implantação da progressividade do IPTU no tempo visando a ocupação dos vazios das áreas centrais, coibindo a especulação imobiliária;
- Reavaliação e atualização periódica da Lei 685/95 que dispõe sobre PDDU, visando a execução de adequado planejamento urbano;
- Execução da Lei 688/95 que dispõe sobre loteamentos, para que estes sejam abertos atendendo ao que determina a referida lei;
- Implantação de novo conjunto habitacional para atender ao déficit habitacional de 1.000 unidades⁸³, em área próxima a malha urbana, visando otimização de equipamentos urbanos já existentes e facilitando o acesso às demais áreas da cidade;
- Implantação de calçamento com pedras irregulares ou pavimentação asfáltica nos bairros em que a pavimentação é inexistente;
- Elaboração e execução de projeto de arborização dos bairros, visto que a mesma existe somente nas áreas centrais.

Enfim, não se esgotam com esta pesquisa as possibilidades para o entendimento da produção/reprodução do espaço urbano duovizinhense. Certamente novas pesquisas serão necessárias, a fim de aprofundar o entendimento sobre o desenvolvimento do espaço urbano de Dois Vizinhos.

⁸³ Informação fornecida pela Secretaria de Ação Social em Outubro de 2004.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Transformação na vida camponesa: do Sudoeste Paranaense*. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- ALBA, R. S. *Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó*. Chapecó: Argos, 2002.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Encyclopédia Britannica do Brasil, 1988. p. 106-107.
- CAMPOS FILHO, C. M. *Cidades brasileiras: seu controle ou caos*. 3.ed. São Paulo: Stúdio Nobel, 1999.
- CAPEL, H. La Produccion del espacio urbano. In: *Capitalismo y morfologia urbana en España*. Barcelona: Circulo de Lectores, 1990. p. 83-134.
- CARLOS, A .F. A. *A cidade*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. *Espaço e indústria*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CONALGHI, M. C. O processo político de ocupação do sudoeste paranaense. In: PAZ, F. *Anuários de economia e política*. Curitiba: Prephaico, 1991.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 4.ed. São Paulo: Ática, 2000.
- _____. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CURTY, M. G. et al. *Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses: (NBR 14724/2002)*. Maringá: Dental Press, 2003.
- DALLA COSTA, A. *Agroindústrias brasileiras e sua estratégia de ocupação do território nacional*. Geografia, Rio Claro, v. 23, n.3, 1998.
- ESPINDOLA, C. J. *As agroindústrias no Brasil: o caso da Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.
- FARRET, R. (Org.). *O espaço da cidade: contribuição à análise urbana*. São Paulo: Editores Associados, 1985.

FERES, J. B. *Propriedade da terra: opressão e miséria*. Amsterdam: Latino American Research, 1996.

GONÇALVES, C.W.P. *Paixão da Terra*. Rio de Janeiro: Rocco e Socci, 1984, p.63-79.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

HORA, M. L. F. A questão estado-urbano: algumas reflexões. *Formação*, Presidente Prudente, Unesp n.1, p.77-82, 1994.

HORA, M. L. F.; SILVA, M. J. A (re)estruturação da cidade. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, Unesp n.14, 1992.

IBGE. *Anuário Estatístico do Paraná: 1980-1981*. Curitiba, tomo 1, 1982.

IBGE. *Censo demográfico dados distritais: IX Recenseamento Geral do Brasil*, 1980. v.1. tomo 3, n.18.

IBGE. *Censo demográfico de 1991: resultados do universo relativo às características da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro, 1991. n.22.

IBGE. *Censo Econômico de 1985*. Rio de Janeiro, 1985.

IBGE. *Contagem da população: resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar*, 1996. Rio de Janeiro, 1997. v.2.

IBGE. *Censo demográfico de 2000: características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro, 2001. v.1

IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico: 8º recenseamento geral*, 1970.

IPARDES. *Indicadores e Mapas Temáticos para o Planejamento Urbano e Regional*. Curitiba: Ipardes, 2002.

IPARDES. *Leituras regionais: mesorregião geográfica sudoeste paranaense*. Curitiba: Ipardes/BRDE, 2004.

IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR/IPARDES. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais Sul/ Brasil*. IPEA, vol. 6, p. 73-115, 2000.

LAZIER, H. *Análise histórica da posse da terra no sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1997.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. Tradução: Maria Helena Rauta Ramos & Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. *A revolução urbana*. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999a.

LEITÃO, G. *A construção do eldorado urbano: o plano piloto da Barra da Tijuca de Jacarepaguá 1970/1988*. Niterói: EDUFF, 1999, p.27-50.

LEME, R. C. L. *Expansão territorial e o preço do solo urbano nas cidades de Bauru, Marília e Presidente Prudente (1975-1996)*. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual Oeste Paulista, Presidente Prudente, 1999.

LIMA, Marli Secchi de. *Morfologia urbana e qualidade de vida na cidade de Assis Chateaubriand*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

LIPIETZ, A. Alguns problemas da produção monopolista do espaço urbano. *Espaço & Debates*, São Paulo, NERU, p. 5-20, 1982.

LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOW-BEER, J. D. Renda da terra – algumas noções básicas para compreensão do caso urbano. *Espaço & Debates*, São Paulo, NERU, p.31-41, 1983.

MAACK, R. *Geografia física do Paraná*. Curitiba: BADEP/UFPR/IBPT, 1968.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MELAZZO, E. Renda fundiária e espaço urbano. In: MELO, J.G. (Org.) *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente: Gasperr, 1996, p.91-110.

MENDES, C.M. *O edifício no jardim: um plano destruído: a verticalização de Maringá*. 1992. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

_____. O capital e o governo na produção do espaço. *Acta Scientiarum*, Maringá, v.22, n.1, p.211-222, 2000.

MINEROPAR. *Caracterização do Meio Físico da Área Urbana de Dois Vizinhos*. Curitiba, 1994.

MORENO, J. *O futuro das cidades*. São Paulo: SENAC, 2002. p. 58-83.

MORO, D. A. Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo. *Boletim de Geografia*, Maringá, n.1. Ano 16, p. 1-55, 1998.

MOURA, R.; MAGALHÃES, M.V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.88, p.3-21, 1996.

MOURA, R. Notas sobre a rede urbana da Região Sul. In: GONÇALVES, F. M. et al. (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Unesp/ANPUR, 2003. p.573-594.

PADIS, P. C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PIZZOLATTI, R. L. Globalização e a pequena produção "Integrada". *GEOSUL*, Florianópolis, v.11, n.21/22, p.92-104, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS. *PPDU: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - 1994*. Dois Vizinhos, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS. *Relatório número de estabelecimentos comerciais, industriais e serviços 2000 e 2004*. Dois Vizinhos, 2004.

RIBAS, A. et al. *A formação territorial do sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão: GETER, 2002.

RIBEIRO, D. M.; RAGGIO, N. Z.; KORNIN, T. et al. A descentralização das políticas sociais no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v.1, n. 90, p.31-51, 1997.

RIBEIRO, L. C. de Q. Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação. *Debates Urbanos*, Rio de Janeiro, v.1, 1982, p.29-47.

RODRIGUES, A. M. *Moradia nas cidades brasileiras*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

ROLNIK, R. *A cidade e a lei: a legislação urbana e território na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SALAMONI, G.; GERARDI, L. H. Agroquímica e fumicultura no Rio Grande do Sul. *Geografia*, Rio Claro, v.27, n.2, p.122-126, 2002.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Espaço & método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec, 1994a.

SCHMIDT, B. V. *O estado e a política urbana no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 1983.
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO. *Programa Paraná Urbano: mais qualidade de vida para todos os paranaenses, onde quer que eles se encontrem*. Curitiba: SEDU, 1998.

SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA. *Relatório valor adicionado município de Dois Vizinhos período 1980-2002*. Dois Vizinhos, 2004.

SERRA, E. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

SILVA, C. A. F. O capital incorporador e a segregação social do espaço urbano. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v.12, n.1, p. 53-63, 1992.

SILVA, J.G. da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, M. C. T. da. *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados – MS*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVEIRA, R. L. L. da. *Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 14.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia.(Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2.ed. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1982. p. 21-36.

SMOLKA, M. O. O capital incorporador e seus movimentos de valorização. *Cadernos do IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, v.1, n. 3, p. 41-77, 1987.

SOARES, B. R. Cidade e metrópole: notas de um debate. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, M. L. de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, M. L. de. Espaços da participação popular: algumas observações acerca da territorialidade do orçamento participativo em cidades brasileiras. *Cidades*, Presidente Prudente, v.1, n.1, p.97-116, 2004.

SOUZA, M. A. de A produção do espaço metropolitano. A Avenida Paulista. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de (Org.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1985.

SPOSITO, E. S. *Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente*. 1990. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SPOSITO, M.E.B. A urbanização da sociedade: reflexos para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A.;CARLOS, A.F.A.; SEABRA,O.(Org.). *O espaço no fim do século*. São Paulo: Contexto, 1999. p.83-99.

_____. *Capitalismo e Urbanização*.

FONTES ORAIS

ALVES, Odalgiro. Dois Vizinhos, 2004. Entrevista concedida para pesquisa.

ANTONELLO, Clair. Dois Vizinhos, 2004. Entrevista concedida para pesquisa.

BORSÓI, Avelino. Dois Vizinhos, 2004. Entrevista concedida para pesquisa.

KREMMER, Almerice. Dois Vizinhos, 2004. Entrevista concedida para pesquisa.

MEGIOLARO, Sérgio. Francisco Beltrão, 2004. Entrevista concedida para pesquisa.

PIETA, Luiz Carlos. Dois Vizinhos, 2004. Entrevista concedida para pesquisa.

PINZON, Izamir. Dois Vizinhos, 2004. Entrevista concedida para pesquisa.

SANTOLIN, Nelson. Dois Vizinhos, 2004. Entrevista concedida para pesquisa.

SHEID, Plínio. Francisco Beltrão, 2004. Entrevista concedida para pesquisa.

TONIETTO, Renato. Dois Vizinhos, 2004. Entrevista concedida para pesquisa.